

SARA TATIANY CURCIO DOS SANTOS

As Periferias em Antonio Gramsci



Apoio:



**Marília- SP
2011**

SARA TATIANY CURCIO DOS SANTOS

As Periferias em Antonio Gramsci

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista / UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Del Roio

Linha de pesquisa: Trabalho e Sociabilidade

Marília – SP
2011

Curcio dos Santos, Sara Tatiany.
C975p As periferias em Antonio Gramsci / Sara Tatiany Curcio
dos Santos. – Marília, 2011.
137 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual
Paulista, Marília, 2011.

Bibliografia: f. 137

Orientador: Marcos Del Roio

1. Centro-periferia. 2. Europa-América. 3. Oriente-
Ocidente. 4. Norte-Sul. 5. Filosofia da práxis. 6. Gramsci,
Antonio, 1891-1937. I. Curcio dos Santos, Sara Tatiany. II.
Título.

CDD 320.531

SARA TATIANY CURCIO DOS SANTOS

As Periferias em Antonio Gramsci

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP/
Marília-SP, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Dr. Marcos Del Roio
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Titular: Dr. Francisco Luiz Corsi
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Titular: Dr. Lincoln Secco
Departamento de História Econômica
Universidade Estadual de São Paulo – USP

Marília, 21 de Março de 2011.

RESUMO

Antonio Gramsci é um autor que pensa a partir do ponto de vista das periferias e dos subalternos. Suas reflexões foram fundadas numa sociedade marcada por um desenvolvimento econômico desigual e combinado e tem, como tema central, a Revolução Socialista nas periferias. A hipótese que procuramos demonstrar nesse trabalho é a de que, ao longo das reflexões do revolucionário sardo, existe uma dialética entre centro e periferia, na qual esta última se faz centro sempre que ela expressa uma inovação revolucionária. Para tanto, consultamos essencialmente os cadernos do cárcere (1929-1935), mas também os escritos políticos (1910-1926) e as cartas do autor (1926-1930), realizando um trabalho de exegese. A pesquisa parece demonstrar a pertinência da perspectiva gramsciana para pensar quem é a periferia, de uma forma dinâmica.

Palavras-chave: Centro-Periferia, Europa-América, Oriente-Occidente, Norte-Sul, Filosofia da Práxis.

ABSTRACT

This research aims to investigate the notion of periphery expressed by Gramsci, mainly in the prison notebooks (1929-1935), from the new Brazilian Edition, organized by Carlos Nelson Coutinho. However, the political writings were also consulted (1910-1926) and the letters of the author (1926-1930). The choice of edition is due to the fact that it represents, in an accessible way, the junction of the elements considered positive noted in previous editions. The research seems to demonstrate the relevance of Gramscian perspective to think dynamically the peripheral condition, which suggests we rethink concepts such as the notion of periphery.

Keywords: center-periphery, Europe-America, East-West, North-South, Philosophy of Praxis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: O RISORGIMENTO ITALIANO:	12
A Revolução Francesa como o centro irradiador de processos revolucionários	12
O Risorgimento como revolução passiva: uma revolução típica da periferia	17
Antecedentes do Risorgimento	26
CAPÍTULO 2: A QUESTÃO MERIDIONAL:	35
O Norte da Itália e a fábrica como o centro da revolução comunista italiana.....	35
O Sul como periferia do Estado italiano.....	44
O Sul do Mundo como periferia dos grandes Estados Industriais.....	66
CAPÍTULO 3: A REVOLUÇÃO RUSSA.....	71
A Rússia como centro revolucionário	71
A tradução gramsciana do centro revolucionário russo à realidade italiana	79
A recomposição da Rússia como periferia	92
CAPÍTULO 4: EUROPA-AMÉRICA.....	105
O Fascismo como revolução passiva.....	105
O movimento fascista e o movimento operário de Turim como periferia do Americanismo.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

Mais do que perguntar se os escritos de Antonio Gramsci trazem ferramentas teóricas para a análise dos países periféricos ou se serve como estímulo para tal, essa pesquisa parte do princípio de que esse autor pensa a partir do ponto de vista das periferias e dos subalternos. Sardo de origem, suas reflexões foram fundadas no terreno de uma sociedade complexa, porém, desarticulada e típica do capitalismo tardio, marcada por um desenvolvimento econômico desigual e combinado, como era a Itália de seu tempo e tem, como tema central, a Revolução Socialista nas periferias.

Como amplamente conhecido pelos leitores de Antonio Gramsci, seus escritos carcerários, produzidos em circunstâncias extremamente difíceis, possuem o caráter de investigações ainda em andamento ou de um pensamento em construção. Devido a essa especificidade, as categorias conceituais apresentam-se nesses escritos de forma móvel, repensados à medida que se aumenta a complexidade e compreensão dos problemas analisados e registrados em notas fragmentárias, não se tratando, portanto, de conceitos fechados. Essa característica decorre também do fato de que o autor se fundamenta na filosofia da *praxis*, tendo, então, a dialética como categoria central de seu pensamento, o que exige que os conceitos se exponham na realidade em movimento, assim, as formulações do autor estão sujeitas a desdobramentos sucessivos e reconstruções semânticas, o que, por sua vez, demonstra a originalidade de suas reflexões.

Outra característica dos escritos carcerários, também presente no marxismo de Lênin, com o qual Gramsci se afina, é o amplo uso de imagens que desempenham funções metafóricas como método de tradutibilidade¹. Algumas delas têm um papel destacado nesse trabalho, entre as quais citamos Norte-Sul, cidade-campo, Europa-América, Oriente-Occidente, centro-periferia, com seus valores de contraposição de espaço e tempo.

A hipótese que procuramos demonstrar é a de que, ao longo das reflexões gramscianas, encontramos uma dialética entre centro e periferia, na qual a periferia se faz centro sempre que ela expressa uma inovação revolucionária. Realizando um trabalho de exegese, consultamos essencialmente os cadernos do cárcere (1929-1935), em sua nova edição brasileira, organizada por Carlos Nelson Coutinho, a qual nos propiciou maior acessibilidade aos escritos, sem desconsiderar o rigor filológico da

¹Método para “transpor” conceitos de uma determinada cultura nos termos de outra cultura que pode ser nacional, popular, hegemônica ou subalterna, Cf. Cap. 3, p. 81.

edição Gerratana, além de ajudar a não nos perder no labirinto das anotações carcerárias de Gramsci. Todavia, também foram consultados os escritos políticos (1910-1926) e as cartas do autor (1926-1930).

A nova edição brasileira tem como base a conhecida edição Gerratana, mas também incorpora alguns critérios da velha edição temática togliattiana, bem como algumas propostas do filólogo Francioni. Acima de tudo, supera a antiga versão publicada no Brasil por Ênio Silveira entre 1966 e 1968, que, embora tenha o mérito de ter introduzido Gramsci na vida cultural brasileira, contém muitos problemas decorrentes da necessidade de se esquivar da censura ditatorial do período, que limitam a compreensão honesta do autor. Essa versão, por sua vez, baseia-se na primeira edição italiana dos apontamentos carcerários de Gramsci, organizada por Palmiro Togliatti.

Togliatti publicou os apontamentos do revolucionário sardo, não a partir da ordem cronológica em que foram redigidos, mas agrupando-os por temas em seis volumes. O problema era que essa edição induzia o leitor a pensar que Gramsci tinha se ocupado de redigir seis livros sistemáticos sobre vários temas das Ciências Sociais. Muito embora contenha um prefácio explicativo dos critérios adotados pelo editor, há uma tentativa de orientar o leitor segundo uma determinada perspectiva. Assim, apesar de seu reconhecido valor histórico, essa versão dos cadernos apresenta limites que a condicionam. Como observa F. Gerratana, a escolha em agrupar as notas em volumes independentes poderia possivelmente ter sido feita por Gramsci, mas ele não a fez, e isso não pode deixar de ser levado em conta na leitura dos cadernos.

Em 1975, em vista da necessidade sentida já anteriormente de superar os limites citados, a edição temática dos cadernos foi superada pela edição de F. Gerratana, que retoma os cadernos do cárcere, respeitando sua sucessão cronológica, sem intervir nem omitir os trechos que apresentam diferentes elaborações. Além de conter a totalidade dos textos suprimidos na edição temática, a crítica também contém um aparato que situa os interlocutores de Gramsci e define o contexto em que haviam sido redigidos os seus apontamentos. Todavia, apesar de suas virtudes, a edição crítica já foi posta em questão por uma nova proposta apresentada pelo filólogo Gianni Francioni, relativa ao novo ordenamento cronológico para notas e a inclusão dos cadernos de traduções, tanto devido ao seu valor teórico, quanto de leitura e tradução genuína. Francioni propôs, então, uma nova versão crítica, na qual os cadernos miscelâneos (apontamentos diversos) e os cadernos especiais (em que retomou e reescreveu seus apontamentos de

forma mais orgânica) estejam separados para melhor compreensão do processo de trabalho do autor.

Diante disso, Coutinho adota de Togliatti a sua concepção menos fragmentária dos cadernos do cárcere, mantendo os eixos temáticos que serviram de fio condutor nas reflexões de Gramsci. Assim, na nova edição brasileira, os cadernos especiais foram agrupados por temas em seis volumes, cada qual seguido das notas miscelâneas agrupadas conforme o respectivo tema do caderno. Da edição Gerratana, Coutinho incorporou o critério de datação em ordem cronológica das notas e dos cadernos, o aparato crítico e a perspectiva do caráter unitário dos escritos do cárcere. Já da proposta de Francioni, adotou a divisão entre “cadernos miscelâneos” e “cadernos especiais”, ou seja, a importância em se compreender a distinção entre método de pesquisa e método de exposição do trabalho de Gramsci. Esse conjunto de elementos nos propiciou maior acessibilidade aos escritos, sem desconsiderar o rigor filológico da edição Gerratana, além de ajudar a não nos perder no labirinto das anotações carcerárias de Gramsci.

No primeiro capítulo, procuramos demonstrar que, em suas reflexões, Gramsci apresenta o *Risorgimento Italiano* como movimento periférico em relação à Revolução Francesa, manifestando-se como uma *revolução passiva*. De acordo com essa concepção, os acontecimentos da Revolução Francesa impactaram a península italiana, provocando a reação das forças dominantes e dominadas, resultando num processo de restauração das classes sociais em crise.

No segundo capítulo, objetivamos demonstrar, partindo dos estudos de Gramsci, como o Estado Italiano se territorializa segundo uma definição das forças internas estabelecidas entre o Norte e o Sul do país ou entre a cidade e o campo ou, mesmo, entre a Itália setentrional e a meridional, numa relação em que o Sul se expressa como periferia, especificamente, como colônia de exploração do Norte. Posteriormente, já no cárcere, Gramsci amplia o modelo Norte-Sul da Itália para a análise das periferias dos impérios ocidentais, entendido metaforicamente como o “sul do mundo”.

No terceiro capítulo, procuramos desenvolver a hipótese de que Gramsci viu a Rússia como a grande periferia, que se tornou, a partir de 1917, o centro revolucionário, impactando tanto o Ocidente quanto o Oriente. Nesse processo, a Nova Política Econômica poderia ser considerada a expressão de uma guerra de posição produzida pelo oriente russo, com o intuito de enfrentar a revolução passiva desencadeada pelo ocidente. Entretanto, por volta de 1929, com o estabelecimento da ditadura stalinista e a

desarticulação da NEP, bem como da aliança operário- camponesa, a Rússia retornaria à sua condição periférica.

E, por fim, no quarto capítulo, procuramos expor que Gramsci acompanhou e analisou o desenvolvimento do fascismo da Itália e do *americanismo-fordismo* como duas formas de reação ao impacto da revolução russa e da queda da taxa de lucro na década de 1930. A solução advinda pelo centro, do tipo *americanista*, deslocaria a fascista, tornando-a periférica devido ao seu potencial em construir a sua hegemonia a partir da fábrica, ao contrário do que foi capaz o movimento operário de Turim e a Revolução russa.

Diante disso, pretende-se demonstrar a pertinência da perspectiva gramsciana, que nos leva a entender quem é a periferia e a condição subalterna de uma forma móvel, dinâmica, permitindo repensar conceitos, como a própria noção de periferia.

Resta ainda dizer que entendemos como questão central das reflexões do revolucionário sardo a revolução socialista internacional e unimos Gramsci ao contexto histórico e cultural do movimento do século XX denominado “refundação comunista”, especialmente com Lenin e Rosa Luxemburgo. Esses autores, cada qual em seu tempo, desempenharam o papel de resgatar, de maneira teórica e prática, a dialética materialista de Marx, através da crítica e cisão com o reformismo presente no movimento operário, além do resgate do papel do campesinato no processo revolucionário.

RISORGIMENTO ITALIANO:

Como movimento periférico da Revolução Francesa

Antonio Gramsci, comunista sardo, viveu uma complexa situação europeia do pós-guerra, marcada pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Russa, pela crise de 1929 e pelo surgimento e consolidação do fascismo, que o fez prisioneiro, em 1926, por “medidas excepcionais” adotadas pelo regime. No cárcere, tendo em vista o seu presente e os materiais que tinha à disposição, buscou refletir sobre o passado italiano, particularmente o *Risorgimento*, com intuito de buscar as possibilidades de resoluções da crise na direção de um horizonte revolucionário. É possível perceber que, em suas reflexões, o *Risorgimento Italiano* aparece como movimento periférico em relação à Revolução Francesa, manifestando-se como uma *revolução passiva*, uma forma de revolução da periferia. É o que pretendemos demonstrar nesse capítulo.

1. A Revolução Francesa como o centro irradiador de processos revolucionários

A França foi o modelo de Estado moderno positivo originado de uma revolução que combinou a democratização política urbana e a reforma agrária no campo. A revolução Francesa foi o modelo de ligação entre povo-nação e intelectuais, da participação das massas populares na vida estatal, da desprovincianização dos partidos, de um espírito popular que se expressou numa divisão moral entre direita e o resto da nação, constituída pelos grupos políticos fundamentalmente afins e a periferia esquerda, o proletariado.

A revolução francesa foi o centro irradiador de processos revolucionários do tipo jacobino, que impactaram a Europa e toda a periferia do mundo. A característica típica do jacobinismo e de toda grande Revolução é a de forçar aparentemente a situação e criar fatos consumados, empurrando para frente os burgueses. Isso é feito por um grupo de homens extremamente energéticos e resolutos, cuja ação se opõe a qualquer “parada” intermediária no processo, representando o movimento revolucionário em seu conjunto, isto é, as necessidades futuras de todos os grupos nacionais que deveriam ser assimilados ao grupo fundamental existente sempre num desenvolvimento histórico

integral real. Deste modo, os jacobinos franceses não só criaram e organizaram um Estado e governo burguês, como fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, dominante, hegemônica.

Quando jovem, pela influência de Sorel², Gramsci entendia o jacobinismo como uma forma de ação política e intelectual destacada das massas, quando não feita a expensas das massas, como “uma minoria audaciosa e decidia a tudo desde que triunfe o seu programa” (GRAMSCI, 2004, v.1, p.100-104), mesmo que para tanto fosse necessário suprimir violentamente toda a oposição que se recusasse a aderir ao seu programa, caindo na contradição de exaltar a liberdade com a prática da tirania e intolerância brutal, esvaziando, assim, qualquer possibilidade de crítica. Percebe-se a influência de Sorel que, por sua vez, baseava-se em Proudhon³ e em sua recordação do Terror francês. Assim, Sorel relaciona o jacobinismo às ações violentas e execuções sumárias.

Em sua maturidade, entretanto, Gramsci passou a entender os jacobinos franceses como a expressão de uma direção consciente de uma vontade coletiva, que teve em Maquiavel um precursor. Posteriormente, essa concepção se desenvolveu, e o autor passou a falar dos jacobinos como um grupo que representou os “problemas sociais, para cuja solução as condições já existiam ou estavam prestes a aparecer” (GRAMSCI, 2007, v. 3, C8, § 73, p. 275). Portanto, não eram nem “doutrinários”, nem representantes de um “jacobinismo degradado” (C10, §1, v. 1, p. 283-285), no sentido de manter uma posição puramente abstrata e acadêmica como de um “puro intelectual”, como Benedetto Croce⁴ e, mudadas as estruturas intelectuais, também a de Amadeo Bordiga⁵.

Assim, Gramsci entende os jacobinos como revolucionários que representaram não apenas os interesses imediatos de toda uma classe social, mas também os futuros e

² Georges Sorel (1847-1922), pensador francês de concepção voluntarista e irracionalista tornou-se fonte de inspiração para o sindicalismo revolucionário. Sorel afirmava que as teses do marxismo deveriam ser vistas como idéias-forças, como mitos capazes de impelir a classe operária à ação, como exemplo, o mito da greve geral.

³ Pierre-Joseph Proudhon (1809 —1865) foi um filósofo político e economista francês. É considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo

⁴ Benedetto Croce (1866 - 1952) foi um importante filósofo idealista italiano.

⁵ Amadeo Bordiga (1889-1970) liderou a corrente “maximalista abstencionista”, que pregava a não-participação do PSI nas disputas eleitorais. Depois da Revolução Russa, criou uma fração comunista no interior do PSI. Foi um dos fundadores do PCI e tornou-se seu principal dirigente entre 1921 e 1924.

previsíveis e que estavam sempre dispostos a seguir em frente, sem parar ou retroceder, esforçando-se para organizar, educar e dirigir uma força política correspondente de acordo com as condições já existentes ou prestes a aparecer.

A explosão revolucionária na França, com a mudança radical e violenta das relações sociais e políticas, espalhou-se pelo mundo, impactando a Europa e gerando oposição à sua difusão pelos “canais” de classe, o que, por sua vez, gerou guerras francesas contra a Europa, tanto para não ser sufocada, quanto para construir sua hegemonia de forma permanente. As guerras francesas tiveram como desdobramento as insurreições nacionais, contra a hegemonia francesa e o nascimento dos Estados europeus modernos, mas não mediante explosões revolucionárias como a originária francesa, apenas como ondas reformistas.

A história da Europa não é mais do que um fragmento de história, o aspecto “passivo” da grande revolução que se iniciou na França em 1789, espalhou-se pelo resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo poderosamente os velhos regimes e determinando não a sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão “reformista” que durou até 1870. (GRAMSCI, 2006, v.1, C10, §9, p.298).

É nesse sentido que o *Risorgimento*, processo de unificação política italiana ou a revolução burguesa italiana, nas formas e nos limites em que ele se realizou, foi entendida por Gramsci como uma “revolução sem revolução”, ou seja, como uma “revolução passiva”. De acordo com essa concepção, os acontecimentos da Revolução Francesa impactaram a península italiana, provocando a reação das forças dominantes e dominadas. A classe dominante absorveu a pressão das classes populares sem que as velhas classes fossem derrubadas do poder, resultando num rearranjo no interior da própria classe dominante. Ao contrário, os franceses realizaram uma verdadeira “revolução ativa”, capaz de defender de seus inimigos e até partir para a ofensiva com grande consenso popular.

A expressão “revolução passiva” foi formulada originalmente por Vincenzo Cuoco (1770-1823), autor clássico da Ciência Política na Itália, em sua análise sobre a Revolução Napolitana em 1799. Conforme Gramsci:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C4, §57, p. 209-210).

De acordo com Cuoco, a invasão do exército francês em Nápoles mobilizou a classe dominante, que discordava quanto às vantagens de se fazer parte do império francês ou de sua ideologia, obrigando-a a se reorganizar e incorporar simpatizantes da classe popular que se agitavam, mas sem força suficiente para alterar a situação. Dessa forma, o poder da classe dominante foi reorganizado e restaurado, resultando numa revolução passiva porque foi um elemento externo que mobilizou as classes napolitanas, incluindo os intelectuais, através de um movimento que não se vinculou às massas populares. Gramsci apropria-se dessa análise e a amplia para o entendimento de todo o *Risorgimento* (DEL ROIO, 2009). Nas palavras do autor:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais da Ciência Política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenha germinado as condições necessárias, etc. [...]. O ponto de partida deste estudo será o trabalho de Vincenzo Cuoco, mas é evidente que a expressão de Cuoco a respeito da Revolução Napolitana de 1799 não passa de uma sugestão, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §17, p. 322).

Para a ampliação e enriquecimento da análise, Gramsci considerou a Revolução Francesa um fenômeno de longo prazo e de incidência mundial, que eclodiu na França e alongou-se no tempo e no espaço, espalhando-se num processo de construção de ordem burguesa (DEL ROIO, 2009). Essa ampliação teve também a contribuição do historiador francês Edgar Quinet (1803-1875), o qual interpretou a restauração borbônica (1815-1830), como um momento de revolução-restauração (DEL ROIO, 2009).

A Revolução Francesa serviu como um modelo de análise à Gramsci para entender o processo de unificação italiana. Conforme já dito, essa revolução foi entendida pelo autor como um longo processo de revolução permanente iniciado em 1789 e esgotado apenas em 1871. Foi um período cheio de episódios revolucionários recorrentes pela ação de pequenos grupos políticos que se confrontaram com o Estado. Foram eventos políticos importantes, como exemplo, insurreições e rupturas institucionais, dentro do qual se destacam outros dois períodos importantes, relatados a seguir.

O primeiro momento (1815-1830) foi caracterizado por uma “revolução passiva”, uma revolução-restauração. Foi um processo social no qual há o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas através da restauração do poder da classe dominante antes em crise. Em vez de um processo de desenvolvimento dirigido por uma burguesia revolucionária que arraste consigo as massas camponesas e os trabalhadores, tem o Estado como o seu principal protagonista e o impacto externo como força propulsora da mudança:

O período da “Restauração” é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de “dominantes” àquela de “governativas”, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se “castas”, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas predominantes. (GRAMSCI, 2006, v.1, C10, §61, p. 426).

O segundo momento (1851-1870) foi caracterizado pelo “bonapartismo”, período histórico em que há um equilíbrio de classes, e o Estado apresenta uma autonomia relativa em face das classes em disputa, desempenhando um papel próprio. De acordo com Gramsci, esse é um processo análogo ao “cesarismo”, que pode ter um sentido muito amplo e referir-se a contextos históricos diferentes, incluindo César ou Cromwell ou, ainda, Mussolini. Significa um período histórico em que um homem forte intervém como uma terceira força para resolver o impasse entre forças sociais equivalentes e opostas. (Esse assunto será retomado no capítulo IV).

Del Roio (2009) observa que, enquanto Cuoco falava a partir da Itália meridional, ou seja, da periferia; Quinet falava a partir do epicentro da revolução, a França. Enquanto Cuoco acentua a revolução passiva como produto do impacto externo, Quinet fala da revolução-restauração como fase da revolução burguesa, entendida no processo de longo prazo, que sofre contragolpes da situação internacional, mas alimenta-se e é impulsionada por forças sociais internas (DEL ROIO, 2009). E Gramsci aproxima-se das duas formulações para pensar o *Risorgimento*.

2. O *Risorgimento* como revolução passiva:

Nos cadernos do cárcere, a revolução burguesa italiana seria comparada, por Gramsci, com o período revolucionário francês compreendido entre 1815-1830, caracterizado por uma “revolução passiva” ou uma “revolução-restauração” porque, no processo do *Risorgimento*, houve o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas não houve a inversão do poder político, restaurando o poder da classe dominante antes em crise.

O processo de unificação política italiana ou o *Risorgimento* compreendeu uma luta política que se estendeu de 1815 a 1870 entre dois partidos principais: o Partido dos Moderados e o Partido da Ação.

O primeiro, liderado por Cavour⁶, representava as altas classes piemontesas, industriais, grandes proprietários, grandes comerciantes, ou seja, congregava os interesses da burguesia industrial e dos latifundiários e defendia um processo de unificação sob uma monarquia constitucional capaz de reformas liberais. (SILVA, 2003). Esse partido se apresentava como um grupo social homogêneo, como uma vanguarda real, orgânica, das classes altas porque eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresas, grandes agricultores ou administradores, exerciam atração, de forma espontânea, sobre toda a massa de intelectuais que existia na península italiana em estado difuso em função das

⁶ Camillo Benso, Conde de Cavour, (1810 — 1861) foi um político italiano moderado. Ocupou o cargo de primeiro-ministro do Reino de Itália entre 23 de março de 1861 até 6 de junho de 1861. Foi estadista piemontês, financista e industrial.

necessidades da instrução e da administração, ainda que satisfeita de modo elementar. Entretanto, os moderados estabeleciam sua hegemonia intelectual, moral e política por meios “liberais”, isto é, pela iniciativa individual, “privada” e não através de uma movimentação de massa, por meio de um programa de partido elaborado segundo um plano anterior à ação prática e organizativa. (GRAMSCI, 2002, v.5, C19).

Já o Partido da Ação representava a pequena burguesia e os artesãos, ou seja, nenhuma classe histórica fundamental, reunindo em torno de si tendências democráticas diversas. Seus principais líderes, Mazzini e Garibaldi, esperavam que a unificação fosse consolidada com uma república democrática. (SILVA, 2003). Pela sua natureza, esse partido não poderia ter um poder de atração análogo ao dos moderados, pelo contrário, era ele mesmo atraído e influenciado por tais, seja pelo pânico terrorista reforçado pelos acontecimentos franceses de 1848-49, que o levava a hesitar em acolher as reivindicações populares, como a reforma agrária, seja porque uma das suas maiores personalidades, Garibaldi, tinha, ainda que irregularmente, relação pessoal de subordinação com os líderes dos moderados (GRAMSCI, 2002, v.5, C19).

Nesse processo, desempenhou um papel distintivo a grande influência do Estado do Piemonte na condução da revolução burguesa italiana, que definiu tanto a base de apoio, quanto o alcance das transformações políticas desencadeadas. Cavour era também o líder do governo piemontês e percebeu que a fragilidade da burguesia local tornava necessária a ação do Estado para a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Na esfera política, suas ações voltavam-se para o desenvolvimento do processo de laicização do Estado e para o estabelecimento das garantias da monarquia constitucional. E, na esfera econômica, agia no sentido de desenvolver o processo de liberalização e modernização da sociedade piemontesa.

O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre se falou de “partido piemontês”); com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um Exército, uma diplomacia, etc. Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §59, p. 329).

Na falta de uma classe dirigente homogênea que enfrentasse e dirigisse o processo de unificação, o Piemonte desempenhou essa função de substituir os grupos sociais locais na direção de uma luta de renovação. Os núcleos de classe dirigentes existiam, todavia, nenhum deles queria dirigir, ou seja, harmonizar seus interesses com os de outros grupos. Desejavam apenas que seus interesses predominassem e não suas pessoas, desempenhando a função de domínio, mas sem direção. Para tanto, queriam que uma força independente se tornasse o árbitro na nação, explicando, assim, a preservação da monarquia piemontesa durante o processo de Unificação.

Ocorre que, em 1796, as tropas napoleônicas ocuparam a península italiana com o objetivo de realizar o projeto imperial francês. Contraditoriamente, os ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade e as reformas introduzidas por Bonaparte despertaram os sentimentos patrióticos e unitários, estimulando a resistência aos franceses e a restauração da península sob o patrocínio das forças austríacas. Com isso, os reinos de Nápoles e da Sicília, independentes sob Carlos II de Bourbon desde 1735, foram devolvidos aos Bourbons, assim como o Estado Pontifício ao Papa. (SILVA, 2003) No entanto, as tensões manifestadas pelo repúdio a qualquer domínio estrangeiro e a privilégios entre grupos continuaram. Explodiram em Nápoles e na Sicília reivindicações constitucionalistas, cresceram os movimentos pelas liberdades democráticas e pela unidade, especialmente entre os líderes do Partido da ação descendentes da nobreza e oficiais militares. Por seu lado, as camadas populares reivindicavam pela melhoria das condições de vida na cidade e no campo, pela reforma agrária, que possibilitasse contratos para camponeses.

Enquanto os líderes do Partido da Ação permaneciam distantes das reivindicações populares e não enfrentavam a necessidade de construir um programa que refletisse as reivindicações essenciais dessas massas, surgiu no interior da Igreja um movimento que suscitou forças católicas liberais, dentre elas, o próprio Pio IX. Contraditoriamente, esse movimento desagregou o aparelho político-ideológico do catolicismo, tirando-lhe a confiança em si mesmo. Desse movimento, desenvolve-se uma parte “laica” em oposição ao Papado, que buscou reivindicar uma missão italiana independente (origens da Ação Católica), e outra parte que, por explícito programa,

ligou-se à instituição do Papado como expressão de uma função intelectual (GRAMSCI, 2002, v.5, C19).

Esse movimento dialético interno acabou colocando em xeque tanto o Vaticano, quanto as forças existentes ao seu lado, desatando o nó que até então impossibilitava pensar concretamente um Estado unitário italiano. O desmantelamento da igreja era condição necessária para o desenvolvimento do elemento liberal-nacional. De acordo com Gramsci, “eis a obra-prima política do *Risorgimento*” (GRAMSCI, 2002, v. 5, C19, §3, p. 21)

O desfecho da Unificação é bem conhecido. Cavour, com grande habilidade diplomática e política, utilizou-se da guerra da Criméia (1853-1856) para estabelecer com a França negociações que resultaram na anexação ao Piemonte de territórios localizados ao Norte da península itálica, enquanto as tropas de Garibaldi empreenderam uma expedição ao Sul da península, obtendo a vitória sobre as forças borbônicas, entregando, em seguida, Nápoles e Sicília a Vittorio Emanuele, rei do Piemonte. A Unidade da Itália foi proclamada oficialmente pelo parlamento subalpino no dia 4 de março de 1861 (SILVA, 2003).

A tese de Gramsci, demonstrada especialmente no caderno 19, intitulado *Risorgimento Italiano* (1934-1935), é a de que a burguesia do período não conseguiu mobilizar as massas populares. Isso poderia ter sido feito por meio da inclusão dos camponeses na luta política, com a defesa de um programa de reforma agrária, aprofundando, assim, os aspectos democráticos da revolução burguesa.

Essa separação entre os líderes e a massa trouxe consequências para a Unidade, sendo uma delas justamente a grande separação entre o Norte e o Sul do país. Para evitar tais consequências, o Partido da Ação precisaria ter se constituído de forma autônoma e contraposto à atividade dos moderados um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, principalmente dos camponeses, imprimindo ao movimento um caráter popular e democrático e, assim, vinculando-se aos grupos populares. Faltou ao partido justamente uma perspectiva histórica para a ação e um programa de partido construído seriamente para alcançar fins propostos ao povo como uma necessidade para a qual colaborar conscientemente. Essa análise deixa claro que:

Quando o impulso para o progresso não é estreitamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos – o grupo portador das novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais; e a concepção do Estado da qual se faz propaganda muda de aspecto: ele é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional. (GRAMSCI, 2006, v. 1, C10, §61, p. 428).

Nesse sentido, podemos entender a concepção do Partido da Ação. Essa minoria que guiou o movimento do *Risorgimento* não “foi ao povo” nem ideologicamente, adotando um programa democrático, nem economicamente, defendendo a reforma agrária, uma vez que o campesinato era a maioria do povo. Mas, ao contrário, essa minoria combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e a transformasse em luta social por uma reforma agrária do que contra os inimigos da unidade. Ou seja, defendiam a Unidade, sem nenhum programa. Assim, o movimento se restringiu a um grupo relativamente exíguo de intelectuais, sem vínculo com as concretas necessidades do povo.

O Partido da Ação, em substância, funcionou como um organismo a serviço dos moderados, os quais, com a palavra de ordem “independência e unidade”, conseguiram desviar a atenção do que era essencial (reforma-agrária) para o secundário (unidade), deixando claro a hegemonia do partido moderado através de sua influência sobre os dois líderes do Partido. Isso evidencia outra característica que qualifica o movimento de Unificação italiana como uma revolução passiva, o transformismo, expressão desta ação hegemônica, moral e política dos moderados. Diante desse entendimento, Gramsci propõe-se a estudar:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como “documento histórico real” da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido da Ação). (GRAMSCI, 2002, v.5, C8, §36, p.286).

Os moderados representavam um grupo social homogêneo, de modo que sua direção sofreu poucas oscilações, ao passo que o Partido da Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe fundamental, ou seja, classe histórica e, assim, as oscilações sofridas pelos seus dirigentes se compunham segundo os interesses dos moderados, que continuaram a dirigir o partido mesmo depois de 1870 e 1876. Com essa análise, Gramsci percebe que os moderados desempenharam a sua supremacia de dois modos: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Seu grupo conseguiu dominar os grupos adversários e dirigir os grupos afins e aliados. Dessa forma, provou que um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental. (GRAMSCI, 2002, v. 5, §24, p. 62-63). Essa análise serve como método de análises para outras situações de relações de forças e manifestações de “transformismo”.

Esse “transformismo” foi a estratégia realizada pelos moderados para a assimilação e domesticação de ideias potencialmente perigosas dos grupos opositores, ajustando-as às políticas de coalizão dominante cada vez mais ampla e pôde, dessa forma, obstruir a formação de uma oposição organizada, com base na classe, ao poder social e político estabelecido. Para uma complexificação maior da análise, Gramsci coloca a seguinte questão:

O conceito de “revolução passiva” no sentido de Vincenzo Cuoco, atribuída ao primeiro período do *Risorgimento* italiano, pode ser relacionado com o conceito de “guerra de posição”, comparada com a guerra manobrada? Ou seja: existe uma identidade absoluta entre guerra de posição e revolução passiva? (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §11, p. 316)

A estratégia da “guerra de posição” contrapõe-se à “guerra manobrada”, ou seja, ao ataque frontal ao inimigo. Nela busca-se a conquista de cada vez mais posições na sociedade pela articulação entre os setores populares, intelectuais e outros, em torno de um projeto político. O processo de transformismo significa a absorção de forma gradual, mas contínua e com métodos de variada eficácia as ideias contra-hegemônicas e as faz se tornarem coerentes com a doutrina hegemônica. Apropria-se, assim, de elites dos grupos adversários que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Isso leva a decapitação destes e a sua aniquilação por longo tempo. Esse tipo de política, praticada

pelos moderados, deixa claro, conforme Gramsci, que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder (GRAMSCI, 2002, v. 5, C19), que não conta apenas com a força material para exercer uma direção eficaz.

Diante disso, é possível afirmar que a revolução burguesa na Itália manifestou-se como passiva exatamente por não ter se formado uma expressão da vontade coletiva, não contando com o substrato popular, nem com um grupo político intelectual em condições de conduzir as massas. A passagem de inteiros grupos intelectuais para o lado das classes dominantes, reforçando a sua hegemonia, foi o movimento preponderante.

Em suma, os interesses da classe dominante limitavam-se a eliminar entraves feudais, sobretudo a fragmentação do país, que impediam a formação de um amplo mercado exigido pelo desenvolvimento industrial, evitando que ações radicalizadas pudessem levar a uma revolução mais profunda. “Essa concepção foi definida por Edgar Quinet como ‘revolução-restauração’, que nada mais é do que a tradução francesa do conceito de ‘revolução passiva’, interpretado positivamente pelos moderados italianos.”. (GRAMSCI, 2006, v.1, C10, p. 292)

Entretanto,

a fórmula crítica de Vincenzo Cuoco sobre as “revoluções passivas” [] quando foi formulada (após a trágica experiência da República Partenopéia de 1799), tinha um valor de advertência e deveria criar uma moral nacional de maior energia e de iniciativa revolucionária popular. (GRAMSCI, 2006, v.1, C10, p.291).

Nesse sentido, no Partido da Ação, não havia nada que se assemelhasse àquela orientação jacobina: a vontade inflexível de se tornar o partido dirigente. Para contrapor-se aos moderados, o Partido da Ação deveria ter sido “jacobino”, não só pelo temperamento, mas, principalmente, pelo conteúdo econômico-social, enviando esforços em duas direções: sobre os camponeses, aceitando suas reivindicações elementares e tornando-as parte do novo programa de governo; e sobre os intelectuais dos estratos médios e inferiores, com a perspectiva concreta (porque apoiada nas massas rurais) da formação de um novo aparelho de governo e as possibilidades de emprego que isso oferece, atraindo-os e concentrando-os. Só assim se poderia dissolver o bloco reacionário, constituído pela aliança de diversas classes rurais.

Fala-se em Francesco Crispi, um político moderado italiano, como um político jacobino (GRAMSCI, 2002, v.5, C19, §24, p.69). Para Gramsci, Crispi só pode ser considerado um jacobino no pior sentido do termo, ou seja, o do político destrutivo que expressava ódio contra os adversários, pois sua única obsessão era a unidade político-territorial do país. Este político era ligado aos latifundiários sicilianos, considerados por ele a camada mais unitária, por medo das reivindicações camponesas. Sua política geral tinha como meta reforçar o industrialismo setentrional a qualquer custo. Até mesmo a sua política colonial estava ligada à sua obsessão unitária.

Nisso, soube se apropriar da inocência política do camponês meridional que queria terra, tornando-se muito popular no Sul da Itália com seu “mito” da terra fácil a ser explorada. Mito porque era uma política sem base econômico-financeira, pois a Itália não tinha capitais para exportar, pelo contrário, recorria ao capital estrangeiro para suas próprias necessidades. Tanto que os próprios capitalistas setentrionais eram contra esta política, diferente da Europa capitalista rica que, tendo em vista a queda na taxa de lucros, tinha a necessidade de ampliar a área de expansão de seus investimentos (GRAMSCI, 2002, v.5, C19, p. 69-72).

Ao contrário de Crispi, os jacobinos franceses lutaram tenazmente para assegurar uma ligação entre a cidade e o campo, visto como uma necessidade. Segundo Gramsci, uma cidade industrial é sempre mais progressista do que o campo, que dela depende organicamente. No entanto, às vezes, essa relação se inverte. No caso da Itália, a urbanização não foi apenas e especialmente um fenômeno de desenvolvimento capitalista e da grande indústria, pois lá poucas são as cidades tipicamente industriais. Muitas delas são medievais, onde existem fortes núcleos de populações do tipo urbano, mas sem indústria, onde os homens vivem de renda ou da burocracia estatal (GRAMSCI, 2002, v.5, C19).

Neste tipo de cidade, existe uma unidade ideológica entre os grupos sociais contra o campo, que se expressa pelo ódio e o desprezo: uma frente única implícita contra as reivindicações do campo. Reciprocamente, existe uma aversão do campo contra a cidade. Isso teve importância no desenvolvimento das lutas pelo *Risorgimento* onde se manifestou, embrionariamente, a relação histórica entre Norte e Sul como análoga a de uma grande cidade e um grande campo, implicando na formação de

amplios territórios de tradição civil e cultural muito diversa, acentuando, assim, os aspectos e os elementos de um conflito de nacionalidade.

Digno de nota foi o fato de que, no período do *Risorgimento*, em crises políticas, foi o Sul que tomou a iniciativa de ação, ao passo que, na Itália Central, todo o movimento assumia uma via intermediária entre Norte e Sul. Isso mostra que, em períodos de crise, a parte mais fraca e periférica era que reagia inicialmente, talvez pelo fato de que no sul os camponeses pobres sentiam com maior violência a repressão econômica e política. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C19). Entretanto, é a partir da relação cidade-campo que se deve estudar e julgar, segundo Gramsci, a orientação do Partido da Ação no processo do *Risorgimento* e o sentido de unidade do Estado italiano.

A frágil posição das forças urbanas meridionais em relação às rurais era grave, tanto que, às vezes, ela manifestava-se numa submissão da cidade ao campo. Devido a essa fragilidade, a ligação entre as forças urbanas do Norte e do Sul devia ajudar as do Sul a se tornarem autônomas e adquirir consciência de sua função histórica e dirigente de modo concreto. Portanto, deve-se assegurar a direção do Norte sobre o Sul no contexto da relação geral cidade-campo. Em outras palavras, a função diretiva das forças urbanas do Sul só podia ser um momento subordinado da função diretiva mais ampla do Norte. O problema de criar uma unidade Norte-Sul estava ligado, portanto, ao problema de se criar uma coesão e uma solidariedade entre todas as forças urbanas nacionais. Mas o Partido da Ação falhou completamente em entender toda esta série de problemas complexos porque pensava como os moderados e considerava “nacionais” a aristocracia e os proprietários, e não os milhões de camponeses. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C19).

Sem a presença de um partido jacobino no período do *Risorgimento*, a vontade coletiva nacional-popular não pôde se formar, resultando em um processo de revolução passiva que apenas reformou a sociedade, preservando as estruturas sociais estabelecidas. Para a mobilização e inserção das classes subalternas na luta política, era imprescindível a elaboração de um programa político que atuasse como elemento de agitação das massas, principalmente das rurais.

3. Antecedentes do *Risorgimento*: Renascimento e Reforma

Nos países onde o Renascimento levou à formação do Estado unitário no século XVI, foi possível verificar a construção de uma vontade coletiva de caráter nacional popular através da mobilização das grandes massas e sua participação ativa na luta política, ampliando com isso o consenso para o conjunto das classes subalternas. Nesse momento, a burguesia mercantil, por meio de seus intelectuais orgânicos, conseguiu criar um movimento de massa, impulsionando-os à luta pela construção de uma monarquia absolutista de base nacional, enquanto a reforma religiosa, através da crítica elaborada por seus intelectuais, forneceu o fermento ideológico que permitiu a confluência das forças sociais.

Os conceitos de Renascimento e Reforma, conforme trabalhado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, transcendem o seu uso localizado e o seu sentido original, servindo para indicar duas formas distintas de transição política e cultural para o mundo moderno no continente Europeu. Essa é uma concepção alargada do movimento de renovação cultural que se irradiou pela Europa entre os séculos XIV e XVI e também da reação político-religiosa de revisão dos preceitos praticados pela Igreja Católica, cujo início foi no século XVI na Alemanha e que se espalhou por grande parte da Europa. (NERIS, 2002).

Para Gramsci, o processo de desenvolvimento do Renascimento tem origens no século XI e é chamado, pelo autor, de Renascimento espontâneo e desempenhou um papel de caráter progressista para todo o continente europeu, incluindo a Itália, porque representou uma reação contra o regime feudal e criou as bases dos núcleos urbanos que se constituíram na burguesia. Contudo, para a historiografia tradicional, o período do Renascimento é remetido aos séculos XIV, XV e XVI. Gramsci entende que esse período representa apenas o Renascimento em sentido restrito, a sua conclusão ou desfecho, momento que coincide com o surgimento da classe burguesa na política da Europa, encabeçando o movimento que levou à formação dos Estados territoriais modernos.

Parece correta a opinião de que o Renascimento é um movimento de grande alcance, que se inicia depois do ano Mil, do qual o Humanismo

e o Renascimento (em sentido estrito) são dois momentos conclusivos, que tiveram na Itália o foco principal, embora o processo histórico mais geral seja europeu e não só italiano. (O Humanismo e o Renascimento, como expressão literária deste movimento histórico europeu, tiveram na Itália o foco principal, mas o movimento progressista após o ano mil, embora tivesse na Itália um grande papel com as Comunas, entrou em declínio precisamente na Itália; e isto exatamente com o Humanismo e o Renascimento, que, na Itália, foram retrógrados, enquanto no resto da Europa o movimento geral culminou nos Estados nacionais [...]). (GRAMSCI, 2002, v. 5, C17, §8, p. 341-342).

De acordo com o autor, na Itália, o desfecho do Renascimento teve a característica de “restauração”, porque não superou a tradição cosmopolita que mantinha a separação entre classe dirigente e massas populares, impedindo a formação de uma cultura nacional-popular e assumindo a forma de um movimento regressivo.

Com efeito, o Humanismo não desenvolveu, na Itália, este seu conteúdo mais original e pleno de futuro. Ele teve o caráter de uma restauração, mas, como toda restauração, assimilou e desenvolveu, melhor do que a classe revolucionária que havia sufocado politicamente, os princípios ideológicos da classe vencida, que não soube sair dos limites corporativos e criar todas as superestruturas de uma sociedade integral. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C5, §123, p. 237).

Assim, a característica progressista do Renascimento, que é justamente a de motivar uma reforma intelectual e moral, a qual levou a criação do Estado unitário, como aconteceu na França, Inglaterra, Espanha e Portugal, foram neutralizadas na Itália, imprimindo um caráter reacionário ao movimento.

A Reforma Protestante representou o embrião de uma reforma intelectual e moral. Ela trouxe como elemento positivo o contato dos intelectuais com os grupos populares, transformou a cultura em patrimônio do povo e assinalou uma ruptura radical com a concepção de mundo medieval porque, a partir de então, os próprios homens passaram a fazer a mediação com a divindade. Conforme o autor, “a reforma luterana e o calvinismo, onde se difundiram, suscitaram um amplo movimento popular nacional, e só em períodos sucessivos uma cultura superior”. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C16, §9, p. 36). Em uma perspectiva histórica, isso desencadeou uma reforma intelectual e moral de

massa, que facilitou a construção de Estados nacionais porque rompeu com o poder da igreja, gerando, portanto, uma heresia laica, ou seja, o liberalismo, do ponto de vista ideológico, que se completou na heresia liberal com a Revolução Francesa.

Já o Renascimento, o autor considera um movimento conservador, não no sentido estético, do seu desenvolvimento artístico, mas sim político, na relação entre os grupos populares e os grandes intelectuais que não foi alterada. Esses intelectuais continuaram ligados à igreja, e o movimento ficou restrito às classes dominantes tradicionais, mantendo a cultura como patrimônio de poucos e impedindo que ela se tornasse política. (Gramsci, 2001, v. 2, C7, §68, p. 155-157).

Gramsci utiliza-se desses dois conceitos para distinguir o caráter nacional-popular de qualquer processo histórico. Por exemplo, todo desenvolvimento histórico caracterizado pela inserção ativa das massas populares foi considerado pelo autor como sendo de Reforma. Por outro lado, quando predomina a alta cultura numa determinada situação na qual as aspirações populares são isoladas, o autor entende que esse processo é caracterizado por uma natureza de Renascimento. Em outras palavras, o predomínio do Renascimento significa uma situação na qual existe a produção de uma cultura formalmente elaborada, mas de caráter elitista e separada dos anseios das massas populares. Já a predominância da Reforma significa que, em uma situação, há a constituição de uma cultura de base nacional, vinculada diretamente aos interesses populares e inserindo as massas na ação política.

Essa contraposição entre Renascimento e Reforma permitiu a Gramsci comparar a via italiana de desenvolvimento histórico à “via europeia”⁷. Seu desfecho na Itália ocorreu através de fenômeno cultural e literário aristocrático, ou seja, imprimindo uma

⁷ De acordo com NERIS (2002) “O que Gramsci parece pretender ao se apropriar dos conceitos historiográficos de Reforma e Renascimento, é proceder a uma leitura político-cultural que explique a emergência do Estado nacional na Europa Ocidental. Então, o seu conceito desse par antitético transcende a caracterização historiográfica *strictu sensu*. Por exemplo, em Portugal e na Espanha, a reforma intelectual e moral que levou à criação do Estado unitário não adquiriu o caráter de *reforma religiosa*, mas sim de uma reforma secular da política entre as massas que possibilitou a sua mobilização para tal empreendimento. E justamente na Alemanha, berço da Reforma protestante, a unificação política só ocorreu tardiamente e não no horizonte do século XVI. Segundo Gramsci, na Alemanha as “bases” do Estado nacional já estavam dadas desde aquela época (GRAMSCI, op. Cit., Q.4, §3, p.423), sobretudo em função da integração religiosa e linguística, resultante da Reforma protestante, que levou à constituição de uma comunidade homogênea de fiéis. Mas na Alemanha, e isso é uma consequência imediata da compreensão gramsciana de que a cultura não se afirma em um vazio sociológico, a reforma intelectual e moral representada pela *reforma religiosa* só se manifestará tardiamente na forma da filosofia idealista alemã e não na unificação política” (NERIS, 2002, p.58, n.4)

separação entre os intelectuais e as forças populares. Essa separação afetou o processo de Unificação no século XVI e o processo do *Risorgimento*, esvaziando seu potencial político, caracterizando-o como uma revolução passiva. De acordo com essa análise, a vontade coletiva nacional-popular necessária para a unificação territorial não se formou na Itália devido ao papel cosmopolita desempenhado pelos intelectuais italianos, os quais se mantiveram distanciados das massas, caracterizando a transição italiana como típica do Renascimento, ou seja, uma característica regressiva (NERIS, 2002).

Esses intelectuais elitistas encontraram no mundo aristocrático, da alta burguesia financeira e nobreza feudal, o patrocínio para sua arte. Esse processo produziu grandes individualidades, como exemplos, Da Vinci, Michelangelo, Maquiavel, o que permitiu a criação de uma cultura formalmente elaborada, com base nos padrões estéticos inspirados pela antiguidade greco-romana, no entanto, restrita à elite cortesã e separada da vida da maioria do povo italiano. Também produziu o mecenato, que, na Itália, criou raízes profundas, transformando-se numa estrutura “orgânica” do desenvolvimento sócio-econômico. Por seu lado, a Reforma, mesmo sendo pouco elaborada, foi capaz de vincular os estratos mais altos da burguesia aos interesses ideológicos nacionais-populares, servindo para direcionar os movimentos sociais que levaram à formação dos Estados modernos.

A conclusão do autor é a de que, na história italiana, faltou uma Reforma intelectual necessária para romper com os resquícios de fragmentação política medieval. Isso não foi possível devido ao papel cosmopolita desempenhado pelos intelectuais italianos renascentistas. Exceção à regra encontra-se em Nicolau Maquiavel, que, embora fosse um intelectual renascentista, representou sua antítese, o movimento progressivo europeu que buscou a fusão entre cultura e aspirações populares, como um reformador. Conforme o autor, “o próprio pensamento político de Maquiavel é uma reação ao Renascimento, é uma referência à necessidade política e nacional de se aproximar do povo, como o fizeram as monarquias absolutas da França e da Espanha” (GRAMSCI, 2002, v. 5, C5, § 123, p. 233). Gramsci enxerga em Maquiavel um grande jacobino antes do tempo.

Para o autor, Maquiavel é a expressão de uma personalidade cheia de paixão jacobina que desejava intervir na política e na história de seu país, para tanto, escreveu *O Príncipe* como um programa de partido que tinha como fim e criação de um Estado

unitário italiano (GRAMSCI, 2007, v.3, C17, §27, p. 348-349). Nicolau Maquiavel percebe que, a partir de final do séc. XV, a península italiana transformou-se num campo de disputa entre Espanha e França, pelo domínio político na Europa, envolvendo também os principados alemães. Do ponto de vista cultural, a península sofria o risco de declínio. A saída formulada por Maquiavel era a fundação de uma monarquia absoluta que unificasse a Itália. Para esse projeto vencer, seria crucial uma direção política e exército popular, ou seja, um príncipe que conseguisse formar um exército popular, tendo os camponeses como os protagonistas armados, dispensando as tropas mercenárias oportunistas. Entretanto, a sintonia de Maquiavel com o processo histórico em curso na época não encontrou apoio na Itália. Como consequência, as massas populares italianas não se constituíram sujeito coletivo.

De acordo com Neris (2002), seguiu-se, então, na Itália, a permanência da fragmentação política que frustrou o projeto clássico burguês de nação. A península sofreu as iniciativas expansionistas dos Estados Europeus já unificados, sobretudo, França e Espanha. E, a partir do século XVII, a península desenvolve um movimento de características regressivas denominado “refeudalização” (p. 171), conceito vinculado à tradição marxista dos historiadores que o autor se utiliza para nomear o processo de transferência de capital da atividade mercantil-manufatureira para o investimento fundiário, a partir do final do século XVI, tendo como resultado a reintrodução das relações feudais no campo, submetendo a pequena e média propriedade camponesa aos latifundiários de natureza feudal.

Esse processo, porém, não se restringiu a fatores econômicos. Houve a presença de elementos culturais em sua determinação, cuja tese gramsciana sobre o papel dos intelectuais cosmopolitas pode ajudar a compreender. O processo de “refeudalização” representou a sujeição política e cultural da burguesia italiana, graças ao seu espírito cosmopolita, à visão de mundo aristocrática. À medida que as classes tradicionais cooptavam os intelectuais da burguesia, faziam prevalecer a sua visão de mundo que se espalhou para a economia, cultura, política, etc, restabelecendo o poder da antiga aristocracia feudal. (NERIS, 2002, p. 174). Por ficar a reboque da influência dos intelectuais tradicionais, a burguesia fracassou em viabilizar a unificação territorial, a construção de sua hegemonia. Sem a inserção ativa dos intelectuais orgânicos da burguesia na vida cultural italiana, período de formação do Estado unitário europeu, o

Renascimento degenerou-se em restauração, prenúncio da “revolução passiva” consubstanciada no *Risorgimento*.

Desse modo, não conseguindo superar a fase feudal de principado regional ou do policentrismo político, ou seja, de estruturas estatais de caráter municipal, econômico-corporativa, a península itálica do século XVI permaneceu caracterizada pela fragmentação territorial, pelos particularismos locais, pela heterogeneidade político-cultural de seus habitantes e debilidade militar, que a transformou em objeto de interesses expansionistas, quando França e Espanha passaram a disputar o domínio político da região.

Para compreender os motivos que contribuíram para a permanência da situação descrita na época do Renascimento, de constituição de Monarquias absolutas, Gramsci nos remete à formação do Império Romano, para a questão da língua, do processo singular do desenvolvimento das comunas medievais, a influência marcante da Igreja católica e a intervenção do papado na política interna da península. Em seu conjunto, esses elementos tornaram impossível a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, a qual permitiria a constituição da unidade territorial. Mas Gramsci é enfático em mostrar que é a função cosmopolita exercida pelos intelectuais italianos do Renascimento um dos elementos essencialmente responsáveis pelo fracasso da unificação territorial. O cosmopolitismo é uma característica da vida cultural e intelectual italiana absorvida a partir da Igreja Católica, cujos intelectuais não se sentiam nacionais mesmo depois da unificação, mas sim cristãos universais, cosmopolitas. Os intelectuais cosmopolitas estão ligados à cultura europeia e mundial e não ao seu povo.

Outra amostra da separação que existe entre os intelectuais e o povo na Itália está na escolha da língua. Enquanto nos países da Europa Ocidental a adoção da língua nacional foi influenciada pelos estratos populares a partir do vulgar falado pelo povo, representando um elemento de homogeneização cultural nas nações em formação, de afirmação do projeto de desenvolvimento burguês; na Itália, foi escolhido como a língua nacional o italiano culto, língua literária, cuja origem decorre do vulgar ilustre de Dante, Petrarca e Boccaccio. Isso aconteceu devido ao fracasso na tentativa de fusão dos múltiplos dialetos populares em uma língua nacional, que abriu espaço para a ação dos intelectuais vinculados às classes tradicionais, sobretudo o clero, os cosmopolitas e a

difusão de seus valores ideológicos, visto que “toda língua é uma concepção do mundo integral” (GRAMSCI, 2002, v. 5, C5, §123, p. 229).

O intelectual cosmopolita tem como contraponto o orgânico, vinculado aos interesses de caráter nacional-popular. O intelectual orgânico da burguesia foi fundamental para a efetivação do processo de nacionalização das sociedades típicas do Renascimento. Isso porque ele ajudou a sistematizar uma visão de mundo coerente e orgânica, que se difundiu para o conjunto do tecido social. No século XVI, a hegemonia desses intelectuais sobre as classes aristocráticas determinou a vitória das forças nacionalizantes sobre as universalistas do Estado feudal na Europa. Ou seja, a criação do Estado unitário necessitou da intervenção desses intelectuais que, através da crítica ideológica da sociedade estabelecida e de sua difusão às outras classes, agiu no sentido de sua transformação de acordo com as estruturas sociais burguesas.

No caso da classe subalterna suscitar um grupo de intelectuais independentes, isso “requer um longo processo, com ações e reações, com adesões e dissoluções e novas formações muito numerosas e complexas”. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C16, §9, p. 37-38). Inspirado em Maquiavel, Gramsci, traduzindo o autor para a linguagem de seu tempo, propõe que o príncipe moderno seja o partido político revolucionário (GRAMSCI, 2007, v. 3, C5, § 217, p. 222), o qual deve fazer a mediação de negação da ordem capitalista vigente e a constituição de uma nova ordem. Seu papel é expressar a vontade coletiva popular direcionada através de um programa político, além de formar os seus intelectuais orgânicos.

Encaminhando para a nossa conclusão, lembramos que, para Gramsci,

o tema da “revolução passiva” como interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações sociais [...] permanece dialética, isto é, pressupõe e até postula como necessária uma antítese vigorosa e que ponha intransigentemente em campo todas as suas possibilidades de explicitação. Portanto, não teoria da “revolução passiva” como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante. (GRAMSCI, 2002, v. 5. C15, §62, p. 331-332).

A revolução passiva é uma chave interpretativa para analisar a forma como o capitalismo passou a dominar o mundo contemporâneo num processo, no qual articulou

a política e a economia para a consolidação do bloco histórico burguês, com a primazia da hegemonia burguesa na direção do Estado, da produção. Gramsci critica esse tipo de programa através da chave interpretativa da revolução passiva, portanto, ela não é uma guia de ação, pelo contrário, o autor rejeita qualquer leitura positiva da revolução passiva e destaca uma utilização do conceito como critério de interpretação.

De acordo com Gramsci, a revolução passiva distorcida para um sentido positivo é defendida por certos intelectuais e baseia-se em um erro teórico, segundo o qual a antítese deve conservar a tese para não destruir o processo, como se o processo pudesse ser previsto e repetido mecanicamente. Essa concepção tenta restringir a amplitude da transformação social. Esses intelectuais se enxergam como árbitros de toda luta política real. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §11, p. 316-319).

Gramsci, então, compreende o *Risorgimento* como uma revolução passiva, um processo de realização da revolução burguesa na Itália feita pelo alto, a qual não pode ser entendida dissociada da compreensão da revolução francesa, tampouco apenas como uma revolução nacional, bem como fora das relações entre os intelectuais e as massas (DEL ROIO, 2009).

Para entender o *Risorgimento*, Gramsci partiu de uma posição metodológica determinada. Ele concebeu a península italiana no contexto europeu, reconhecendo tanto as forças internas, quanto o contexto mais amplo. Por exemplo, do ponto de vista europeu, tratou-se da Era da Revolução Francesa e do liberalismo como concepção geral de vida. Do ponto de vista geral das relações internacionais, tratou-se de uma mudança do equilíbrio europeu Áustria-França com o surgimento de uma terceira potência, a Prússia, além do surgimento dos príncipes reformadores e o enfraquecimento do papado (GRAMSCI, 2002, v. 5, C19).

Esse processo, por sua vez, não ocorreu independente dos eventos e forças que se localizavam na península, pois foi justamente o enfraquecimento da posição do Papado, seja como potência europeia, seja como potência italiana, que organizava os Estados da península sob sua hegemonia, que o *Risorgimento* foi possível. Isso ocorreu devido à contra-reforma, pois, ao promover as guerras de extermínio, o papado confundiu-se com as classes dominantes e perdeu a capacidade de influenciar os governos diretamente ou por meio da pressão das massas populares católicas (GRAMSCI, 2002, v. 5, C19).

O *Risorgimento* como formação de uma nova burguesia, como formação de uma consciência dos problemas nacionais, entretanto, pode ser buscado no século XVIII, quando já se tinha, segundo Gramsci, constituído na Itália forças concretas capazes de unir a península. Mas, de fato, somente a Revolução Francesa aprofundou e reforçou as condições objetivas e subjetivas do movimento, agregando e centralizando as forças humanas dispersas em toda a península, tendentes à unidade, até então, sem nexos entre si e sem capacidade de suscitar laços recíprocos e, por outro lado, enfraquecendo e desgastando as forças reacionárias, o que, por conseguinte, fortalece as nacionais, mesmo escassas e insuficientes (GRAMSCI, 2002. v.5, C19).

Por fim, todo grande acontecimento histórico possui uma série de interpretações que conformam outras linhas interpretativas, as quais um novo autor deve confrontar. Isso ajuda a esclarecer, reelaborar e posicionar-se em relação a elas. É isso que Gramsci fez de forma crítica em relação ao *Risorgimento*. Ele percebeu que a quantidade de literatura sobre esse processo italiano já era um sinal de que o movimento é pouco justificado em seu desenvolvimento e produzido por forças internas insuficientes, com raros elementos nacionais para se fazer referência.

Em contraposição à literatura que busca enxergar o movimento do *Risorgimento* a partir de uma tradição cosmopolita, criando o mito de uma missão da Itália de se expandir como uma nova Cosmópolis europeia e mundial, Gramsci defende que, para as condições da sua época, a única expansão italiana possível é do trabalhador (homem-trabalho) sob um cosmopolitismo moderno, capaz de lhe assegurar as melhores condições de desenvolvimento, não importando em que parte do mundo se encontre.

Dessa forma, pode-se sustentar que a tradição italiana continua dialeticamente no povo trabalhador e em seus intelectuais. É nessa moderna forma de cosmopolitismo que o povo italiano estaria interessado, segundo o autor, não apenas o operário, mas o camponês, especialmente o meridional, para colaborar com a reconstrução de um mundo economicamente unitário.

A QUESTÃO MERIDIONAL:

O sul como periferia do Estado italiano e como periferia dos grandes Estados industriais

Gramsci, no período de 1923 a 1926, como líder do Partido Comunista Italiano e inspirado em Lênin, coloca-se no desafio de traduzir a situação russa para a realidade italiana, partindo de estudos sobre a história, o folclore e as rebeliões dos grupos sociais subalternos. Ele percebe que o método de análise desenvolvido por Lênin para entender a realidade russa e a estratégia política, fincada na aliança da classe operária minoritária com os trabalhadores camponeses, conduziu à vitória revolucionária. A situação na Itália não era a mesma, mas também havia lá a classe operária fabril que não era majoritária. Daí a necessidade de descobrir qual a possibilidade de se estabelecer uma aliança operário-camponesa com o objetivo de formular teoricamente e desenvolver o processo revolucionário socialista na Itália.

Esses estudos nos remetem a uma imagem espacial, de modo que o Estado Italiano territorializa-se segundo uma definição das forças internas estabelecidas entre o Norte e o Sul do país, ou entre a cidade e o campo, ou mesmo, entre a Itália setentrional e a meridional numa relação em que o Sul se expressa como periferia, ou especificamente, como colônia de exploração do Norte. Posteriormente, já no cárcere, Gramsci amplia o modelo Norte-Sul da Itália para a análise das periferias dos impérios ocidentais, entendido metaforicamente como o “sul do mundo”. É o que pretendemos demonstrar nesse capítulo.

1. O Norte da Itália e a fábrica como o centro da revolução comunista italiana

Depois da unificação do reino da Itália e da transferência da capital para Roma, emigraram de Turim a pequena e a média burguesia intelectual que forneceram o pessoal administrativo para o novo Estado burguês. Porém, o desenvolvimento da grande indústria atraiu para a cidade a classe operária italiana, tornando-se um dos centros industriais mais importantes da Itália, composto por operários e uma minoria de elementos pequeno-burgueses e técnicos organizados que, durante as grandes greves, colocavam-se ao lado dos operários na luta contra o capital. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 383-397).

O norte da Itália era caracterizado pela produção industrial, com a grande participação de Turim, onde a produção automobilística, com as suas principais fábricas como a FIAT, ocupava o primeiro lugar na indústria metalúrgica e subordinava a si outros ramos da produção como as indústrias de madeira e de borracha. Turim possuía uma única organização sindical importante na época, com 90 mil filiados: a Câmara do Trabalho. Devido às particularidades dessa indústria, todo movimento dos seus operários tendia a se tornar um movimento geral de massas, assumindo um caráter político e revolucionário.

As massas operárias italianas que estão ligadas a esta cidade por múltiplos vínculos: parentesco, tradição, história e laços espirituais (o ideal para todo operário italiano é poder trabalhar em Turim) [...] viam nesta cidade o centro, a capital da revolução comunista, a Petrogrado da revolução proletária italiana. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 387).

Gramsci mostra, ao longo de seus escritos, que é possível perceber o impacto que a revolução russa causou na cidade, através das manifestações, insurgências, rebeliões e posicionamentos políticos dos trabalhadores. Um evento significativo ocorreu em meados de 1917, durante as eleições para o conselho administrativo da Aliança Cooperativa Turinense (ACT)⁸. Essa cooperativa abastecia boa parte da população dos trabalhadores de Turim. O seu conselho administrativo era controlado há muito tempo pela seção socialista local, da qual Gramsci fazia parte, cuja linha política tinha como base o fortalecimento dos meios de luta revolucionária e não o lucro dos acionistas.

Com o apoio da polícia, da imprensa burguesa reformista e com a promessa de diversos privilégios, entretanto, formou-se um comitê de ferroviários que tomou o predomínio do conselho administrativo, transformando a cooperativa numa empresa comercial de caráter pequeno burguês. Apesar das violências e perseguições, os socialistas retomaram a maioria da Aliança Cooperativa, recolocando os problemas econômicos e políticos da revolução em todas as assembleias, tendo como base as reflexões que ocorriam nos organismos russos. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 383-397).

⁸ Aliança Cooperativa Turinense – ACT – é a aliança entre a Cooperativa dos Ferroviários e a Associação Geral dos Operários.

Algumas das forças desse movimento operário reuniram-se com a decisão de difundir um semanário de orientação comunista chamado *L'Ordine Nuovo*. Entre eles estavam Antonio Gramsci, Umberto Terracini, Ângelo Tasca e Palmiro Togliatti. O sentimento que os uniam nessas reuniões era o de identidade com a cultura operária, a necessidade sentida e compartilhada de entender a organização das fábricas, do sistema capitalista de produção e de organização, a psicologia da classe operária e tudo o que nele ocorria. A grande questão que eles se colocavam era a seguinte:

Existe na Itália, enquanto instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao soviete, que a ele se assemelhe por sua natureza? Algo que nos autorize a afirmar que o soviete é uma forma universal, que não é uma instituição russa, apenas russa, mas que é a forma na qual qualquer que seja o lugar onde existam proletários em luta para conquistar a autonomia industrial, a classe operária manifesta esta vontade e emancipação? (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 401-402).

A conclusão da reunião foi a de que, na Itália, havia um germe de governo operário, ou seja, de soviete: a comissão interna das fábricas. A partir desse entendimento, propuseram-se a estudar essa instituição operária como organismo político e como “território nacional do autogoverno operário” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 400-411). Colocando a orientação de Lênin em prática, a de que “é necessário preocupar-se com o momento atual concreto como se tratasse do elo de uma cadeia a ser forjado e articulado com o elo sucessivo” (GRAMSCI, 2004, v.1, p. 281), a questão dos conselhos de fábrica foi posta na ordem do dia como o primeiro elo, na Itália, da cadeia da revolução comunista. E, a partir de então, o grupo pretendia trabalhar no esclarecimento, na persuasão e na educação recíproca para que as atenções da classe operária e do Partido convergissem para esse tema, além de outros problemas da revolução: a transferência da luta sindical do terreno estreito corporativista e reformista para o terreno da luta revolucionária, do controle da produção:

se [for] verdade que a nova sociedade será baseada no trabalho e na coordenação das energias dos produtores, então os locais onde se trabalha, onde os produtores vivem e atuam em comum, serão amanhã os centros do organismo social e deverão tomar o lugar das entidades dirigentes da atual sociedade. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 277).

Existiam nas fábricas turinenses, desde 1906, as “comissões internas”, que eram pequenos comitês operários concebidos como representação dos sindicatos e que não

eram aceitos plenamente pelos capitalistas. Com o fim da guerra, em 1919, num acordo entre as associações dos industriais e metalúrgicos, foi reconhecido o direito dos operários de terem representação na fábrica, mas, segundo o acordo, as comissões internas eram eleitas apenas pelos operários sindicalizados e teriam a tarefa de cuidar dos direitos dos trabalhadores no local de trabalho.

Algumas delas já haviam se rebelado contra o burocratismo, o espírito reformista e as tendências legalistas dos sindicatos. Mas o grupo organizado em torno do *L'Ordine Nuovo* propôs uma transformação das comissões internas. Segundo o grupo, a escolha do candidato e a representação dos operários deveriam ser feitas a partir de uma lista de indicações de nomes escolhidos pela própria massa operária e não pela cúpula da burocracia sindical, além de atribuir à comissão a tarefa de controlar a produção, o armamento e a preparação militar das massas (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 383-397), ou seja, destinar-se para a educação e preparação para a luta revolucionária e criação do Estado Operário.

A proposta do grupo também apresentava um princípio de organização por indústria com base no modelo da sociedade comunista, em que não deveria haver divisões de classe, mas seguir as exigências técnicas da produção, além de não ser subordinada ao poder estatal. Para tanto, era necessário reconhecer a necessidade de disciplina e organização revolucionária, desde a base da fábrica até a direção geral de todo o movimento, através de poderes delegados por meio de eleições livres e não impostas, obtendo uma transformação na psicologia operária e tornando-a mais preparada e capacitada para o exercício do poder a partir da própria experiência.

Seria uma escola de experimentação política e administrativa englobando toda a massa. A disciplina instaurada nesse sistema deveria contribuir com a melhora da produção, confirmando com isso a tese socialista de que, quando os trabalhadores tomam consciência de si, libertam-se e livremente se organizam, e isso melhora a sua produção e capacidades. Mas, conforme os princípios do materialismo histórico, nenhuma instituição é definitiva e absoluta, e uma criação jamais está numa situação acabada, mas num constante processo dialético.

O semanário *L'Ordine Nuovo* contribuiu para o movimento que se realizou em agosto de 1919, quando a comissão interna da Fiat-Centro, que representava 10 mil operários, pediu demissão e uma nova comissão foi eleita. Seguindo as sugestões de

L'Ordine Nuovo, foram eleitos por todos os trabalhadores, incluídos os sindicalizados ou não, os “delegados de seção” na maioria das empresas metalúrgicas de Turim. E, em meados de outubro, ocorreu a primeira assembleia dos comitês executivos dos conselhos de fábrica de Turim, representando mais de 30 mil operários. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 491, n. 114). Dessa forma, ao lado dos sindicatos, em que os operários se organizavam por categoria, ou seja, pela divisão do trabalho, formou-se uma nova organização, que se baseava na fábrica, na unidade de produção com um novo sistema, segundo os princípios da democracia operária.

Era previsível, então, que muitas modificações ocorreriam nos regulamentos, por um lado, impostas pelo progresso técnico da produção e, por outro, devido ao desenvolvimento da consciência e das capacidades dos trabalhadores. Isso seria o germe de uma nova legislação do trabalho, na qual as leis seriam elaboradas e estabelecidas pelos produtores para si mesmos. Gramsci também sugeriu que se organizassem, na própria fábrica, seções de instrução, tais como escolas profissionais, nas quais o operário pudesse adquirir novos conhecimentos sobre o processo de produção, o que contribuiria para que os operários se tornassem cada vez mais capazes e faria desaparecer os sentimentos mesquinhos que dividem os operários. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 275-280).

Gramsci percebeu a necessidade de agregar, em torno desse movimento, outras instituições de bairro, os trabalhadores de diversas atividades da vida moderna, incluindo os camponeses, até chegar numa unidade suprema, para que todos os membros da sociedade se identificassem com o tipo fundamental do trabalhador emancipado e regenerado da escravidão do salário. Isso porque o autor já previa a necessidade de evitar que surgissem, depois da revolução, forças políticas antiproletárias que tivessem como meta fazer renascer a propriedade capitalista e a exploração da classe operária. Assim, a unidade deveria se basear na realidade do trabalho, da produção e nas suas necessidades objetivas de produção, conciliando as exigências do momento atual e do futuro. As instituições tradicionais se fortaleceriam nas novas instituições, mas somente as últimas é que continham a mola do desenvolvimento da luta de classe. “A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros da vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente”. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 247).

Gramsci utilizou-se do semanário para expor todo o conhecimento que o grupo adquiriu com seus estudos, análises e experiências. O sindicato, como existia na Europa Ocidental, era uma organização em sua essência diferente tanto do soviete, quanto dos sindicatos russos, porque eles eram partes integrantes da sociedade capitalista, a qual gerou um pessoal administrativo de confiança, especialista em negociações, contratos e comércio. Portanto, a natureza do sindicato é concorrencial, e isso determinou o surgimento de uma psicologia operária mesquinha, estreita, própria da pequena e média burguesia, afastando cada vez mais o proletário com sua possível autoidentificação como produtor, levando-o a considerar-se “mercadoria” de um mercado nacional e internacional. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 285-291).

A ditadura proletária, portanto, só poderia encarnar numa organização específica dos produtores, e o conselho de fábrica seria a célula primária dessa organização, em que estão representados todos os ramos do trabalho, na proporção em que cada ramo dá a elaboração do objeto produzido na fábrica. É uma instituição de classe baseada num fator permanente, na produção e não no salário e na divisão de classes.

Segundo Gramsci, o conselho de fábrica é um órgão que desenvolve um novo espírito social. Ele também se baseia na categoria profissional. As seções distinguem-se por equipes, ou seja, por profissão, que elegem os operários que formarão o conselho. Mas o interesse econômico e político de cada categoria é a solidariedade com toda a classe, distingue-se apenas pelo interesse técnico específico que emprega no trabalho. Da mesma forma, todas as indústrias são solidárias e homogêneas quanto ao objetivo de realizar a perfeita produção, distribuição e acumulação da riqueza social, mas cada indústria tem interesse distinto em relação à organização técnica de sua atividade específica. Juntos constroem um processo no qual os segredos de fabricação e as novas técnicas tornam-se comuns a toda a indústria e, assim, nivelam as condições de trabalho. Portanto, o conselho é um organismo de educação recíproca porque dá aos operários a responsabilidade direta da produção e cria a mentalidade do produtor que leva para o sindicato uma nova consciência.

Partindo dessa célula, da fábrica, visualizada como unidade, como ato criador de um determinado produto, o operário eleva-se à compreensão de unidades cada vez mais amplas, até chegar à nação, que, em seu conjunto, é um gigantesco aparelho de produção, caracterizado por suas exportações, pela soma de riqueza que troca por uma soma equivalente de riqueza proveniente de todas as partes

do mundo, dos outros vários gigantescos aparelhos de produção nos quais se diferencia o mundo. Então o operário é produtor, em todos os seus graus, desde a fábrica até a nação, até o mundo. Então, ele sente a classe e se torna comunista. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 301).

Gramsci destaca que os conselhos de fábrica representaram uma nova fase da história e do processo revolucionário. O operário de uma fábrica de automóveis em Turim, a partir de então, passou a conceber a si mesmo como produtor, como um momento necessário no complexo social que produz automóvel, e Turim como uma unidade de produção automobilística porque existem, na cidade, os trabalhadores das múltiplas atividades gerais, concebidos também como produtores, que criam as condições necessárias e suficientes para a existência e o desenvolvimento dessa indústria.

Cada operário, ao se conceber inseparável de seus companheiros de trabalho, sente a necessidade de que a ordem, a precisão e o método que dão vida a uma fábrica sejam projetados num sistema de relações que ligam uma fábrica a outra, uma cidade a outra, uma nação a outra nação. Devido a essa específica concepção de mundo, o proletariado é o sujeito do comunismo. Em contraposição, na fase liberal, o operário entendia que o proprietário era necessário, e a sua pessoa identificava-se com o industrial, com o gestor responsável pela produção e, portanto, também pelo salário e suas mínimas condições de sobrevivência (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 361-367). Por isso, diz o autor:

afirmamos que Turim é a forja da revolução comunista, isso porque a classe trabalhadora de Turim é, em sua maioria, constituída por proletários, por operários fabris, por revolucionários de tipo previsto por Karl Marx, não por revolucionários pequeno burgueses, do tipo 1848, caro aos democratas e aos embrulhões anarquistas. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 325).

Exemplo disso foi o movimento ocorrido em 28 de março de 1920, que durou dez dias, envolvendo muitos operários e camponeses. O movimento revelou a sua força expansiva na simpatia e no consenso que gerou em toda a classe operária italiana. Muitas demonstrações de solidariedade ativa foram feitas, como exemplo, a dos ferroviários de Pisa, Livorno e Florença, que se recusaram a deixar embarcar as tropas destinadas a Turim; a dos marinheiros de Livorno e Gênova e a dos estivadores que

sabotaram o movimento portuário; e a do proletariado de outras cidades que fizeram greve mesmo contra as ordens dos sindicatos. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 383-397).

Tudo começou quando a direção da FIAT, sem consultar as comissões internas, modificou os relógios, substituindo a hora solar pela hora legal, o que fez com que as comissões se decidissem por uma greve. Tomando como pretexto a chamada pela greve, os industriais turinenses decretaram o locaute das indústrias metalúrgicas, pondo como condição para a retomada do trabalho que as comissões internas renunciassem ao método das eleições através dos comissários. E, em 13 de abril, o movimento transformou-se em greve geral e estendeu-se a todo o Piemonte, envolvendo cerca de 500 mil operários e camponeses. Desautorizado pelas instâncias dirigentes – a Central Geral do Trabalho (CGT) – e sem ter obtido nenhum apoio da direção do PSI, o movimento terminou isolado e derrotado em 24 de abril de mesmo ano. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 496, n. 134).

Conforme Gramsci, entre as condições da derrota, estava a mentalidade estreita dos dirigentes do movimento operário italiano. Foram publicadas matérias do *Gionarle d'Italia* anunciando a ofensiva dos capitalistas, os quais se juntaram em apoio mútuo, incluindo o poder do Estado que com suas tropas cercaram Turim. O choque entre operários e capitalistas ocorreria em curto prazo, e qualquer parada nas negociações (mesmo que inúteis) o provocaria. Contudo, os dirigentes do PSI e os líderes sindicais limitaram-se a polemizar sobre a diferença entre o conceito de soviete e o conselho de fábrica, tirando conclusões puramente teóricas, abstratas e burocráticas, por trás das quais ocultavam o trabalho de evitar a participação direta das massas na luta revolucionária para conservar a tutela desses organismos sobre a massa.

Gramsci defende que o Partido e os sindicatos devem criar as condições políticas para que o processo revolucionário ganhe a maior celeridade possível. As relações entre sindicato e conselho de fábrica devem ter como objetivo criar a situação na qual o caráter revolucionário do conselho influencie o sindicato para que este saia da esfera da legalidade e, por conseguinte, supere a burocracia e o burocratismo. O sindicato, por sua vez, deve cuidar para que a ofensiva da classe operária ocorra no momento oportuno, evitando impulsos caprichosos que determinem um passo atrás ou derrota do movimento. Uma relação de dependência levaria à aniquilação de ambas as instituições

porque levaria, mais cedo ou mais tarde, a uma situação de conflito entre elas. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 367-372).

A distinção apontada pelo autor entre as instituições é a seguinte: enquanto o sindicato e o partido são associações de caráter “privado”, em que o operário ingressa “voluntariamente”, assinando um “contrato” que ele pode romper quando quiser; o conselho de fábrica é uma instituição de caráter “público”, da qual o operário faz parte enquanto produtor, do mesmo modo como um cidadão faz parte do Estado democrático parlamentar. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 400-401).

Os comunistas, por sua vez, trabalhavam para levar para os sindicatos e as fábricas as concepções e táticas da III Internacional Comunista, influenciando nas deliberações. Isso porque compreendiam que se tratava de um período em que qualquer estímulo, a qualquer momento, poderia converter a luta de classes em guerra aberta, que poderia levar a tomada do poder pelo proletariado. De acordo com essa compreensão,

o conselho operário de fábrica é a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na IC, não mais como organização política do proletariado revolucionário, mas como reorganização da economia mundial e de toda a convivência humana, nacional e mundial. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 366).

Segundo a direção do PSI, era preciso evitar tomar iniciativas de ação, sem um plano coordenado e elaborado anteriormente, ao mesmo tempo em que, segundo Gramsci, nunca fizeram nada para prepará-lo e construí-lo, pois se baseavam ainda no velho método de ver o socialismo como uma meta longínqua. Entretanto, o plano desse movimento foi preparado pelos próprios operários, em assembleias de fábrica, com a ajuda dos comunistas que estavam à frente do movimento. Portanto, a greve geral de Turim foi um movimento estritamente operário e demonstrou o grau de desenvolvimento alcançado, no terreno industrial, pelo proletariado. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 502). Mas a resistência dos órgãos centrais de representação do proletariado e a falta de ajuda até mesmo do jornal do Partido, o *Avanti*, que se recusou a publicar uma declaração da seção turinense, isolou o movimento, não o deixando atingir as massas operárias de outras partes da Itália.

Significativo foi o fato de que, justamente nesta época da greve geral, ocorreria em Turim o Conselho Nacional do PSI, porém este foi transferido para Milão em

virtude do caos em que se encontrava a cidade, inundada por um exército de policiais. Os dirigentes do PSI abandonaram, assim, o proletariado turinense em luta, enquanto discutiam o modo de organizar as conquistas ainda não ocorridas. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 383-397).

2. O Sul como periferia do Estado italiano

A primeira proposição de como desenvolver um processo socialista na Itália foi indicada nos documentos do III Congresso do PCI realizado em Lyon, na França, em 1926. Entretanto, a essência do conteúdo das teses de Lyon no que diz respeito à questão agrária já havia sido exposta por Gramsci em 1921, pouco antes do Congresso de Livorno, em seu artigo “*O Congresso de Livorno*”, no qual o autor escreve:

o capitalismo italiano conquistou o poder percorrendo a seguinte linha de desenvolvimento: subjugou o campo às cidades industriais e subjugou a Itália central e meridional ao Norte. A questão das relações entre cidade e campo se apresenta no Estado burguês italiano, não só como questão das relações entre as grandes cidades industriais e as zonas rurais imediatamente ligadas a elas numa mesma região, mas como questão das relações entre uma parte do território nacional e outra parte absolutamente distinta e caracterizada por traços peculiares. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 34-35).

Segundo Gramsci, o problema central da vida nacional italiana era a questão meridional. O capitalismo exercia, na fábrica, a exploração direta sobre a classe operária e, no Estado, sobre os amplos extratos do povo trabalhador, formados por camponeses e semiproletários. “A superação dessa situação só poderia ocorrer através da aliança entre os operários industriais do Norte e os camponeses pobres do Sul.” (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 36) Era preciso articular a cidade com o campo, transformar a economia agrária, promovendo a industrialização das máquinas e a psicologia dos camponeses.

Era preciso, de acordo com Gramsci, unificar econômica e espiritualmente o povo italiano, quebrando o predomínio hierárquico do capitalismo industrial e financeiro do norte sobre as outras forças produtivas na nação. E isso só poderia ocorrer a partir das grandes cidades, das quais partem os fios que formam o sistema de domínio do capitalismo industrial e bancário sobre todas as forças produtivas do país.

Gramsci percebeu que na Itália, desde 1870, com a unidade nacional, nunca existiu uma luta entre as duas classes proprietárias da Itália: os capitalistas e latifundiários, mas uma relação de subordinação das regiões centrais e meridionais, habitadas pelas classes rurais, às regiões do norte do país, onde se desenvolveu o capital industrial e financeiro. O predomínio de uma restrita parte da nação sobre a maior parte do território foi mantido através de um contínuo esforço das camadas governamentais, dos representantes do industrialismo e da plutocracia do norte em incorporar à sua classe os principais líderes do movimento proletário, com o efeito de anular a luta de classe em sua própria zona.

Os capitalistas do Norte buscavam, através de uma aliança com os latifundiários do Sul, sufocar ao mesmo tempo a luta de classes do proletariado industrial e as violentas explosões das classes pobres do campesinato sulista. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 107).

Ocorre que, em países como a Itália, a força dos partidos agrários nos parlamentos não corresponde a sua função histórica, social e econômica. Isso se deve ao fato de que, no campo, mantém-se um bloco de todos os elementos da produção agrária dirigidos, muitas vezes, pela parte mais retrógrada desses elementos, enquanto, na cidade, há uma desagregação dos partidos médios. Com isso, os partidos agrários mantêm um predomínio parlamentar e, muitas vezes, impõem diretrizes políticas anti-históricas. (GRAMSCI, 2007, C14, §53, p. 313)

Com a evidência de que, em longo prazo, essa relação entre os proprietários do norte e sul entregaria o poder do Estado aos latifundiários, fazendo com que o norte perdesse as suas posições de privilégio que conquistara com a unidade nacional, o capitalismo tentou substituir essa aliança das classes proprietárias por outra aliança com o proletariado urbano. Esta tendência teve Giolitti⁹ como representante da indústria do norte, o qual enxergava a necessidade de destruir a força retrógrada e asfixiante dos proprietários de terra, para dar à nova burguesia um espaço mais amplo no Estado e até mesmo pô-la na sua direção.

A partir das leis liberais sobre a liberdade de associação e de greve, Giolitti favoreceu o surgimento das organizações sindicais e cooperativas e o nascimento no

⁹ Giovanni Giolitti (1842-1928) foi o primeiro ministro da Itália entre 1903 e 1921. Durante seu governo, pôs em prática uma política industrialista, centrada em medidas protecionistas.

interior da classe operária de um estrato pequeno-burguês. Dessa forma, as organizações de resistência e de produção da classe operária italiana não nasceram de um esforço autônomo e original, mas de um compromisso com o governo, o qual desempenhava o papel dominante tanto de criador quanto de possível destruidor dessas organizações, intensificando até o absurdo a política dos compromissos.

Com esse entendimento é que a separação ocorrida em Livorno entre comunistas e reformistas representou a separação daquelas correntes que buscavam explorar a posição de superioridade do Norte sobre o Sul, as quais criaram as aristocracias proletárias que, ao lado do protecionismo alfandegário burguês, criaram, por sua vez, o protecionismo cooperativista. Como exemplo, temos o desenvolvido na província de Reggio Emilia, das cooperativas de produção e consumo. Por outro lado, Gramsci reconhece que a desagregação do PSI, o qual em 1919 parecia “ter se tornado o unificador de todas as tendências à revolta que estavam latentes até nos mais baixos extratos da população italiana” (GRAMISCI, 2004, v. 2, p. 110), significou o enfraquecimento do próprio proletariado. Mas foi no Congresso de Lyon, em 1926, que houve o reconhecimento de que os camponeses meridionais são, após o proletariado industrial e agrícola da Itália do Norte, os sujeitos mais revolucionários da sociedade italiana. E a situação dos camponeses meridionais gerou, de forma não explícita, uma luta de caráter regionalista e de correntes que lutam pela descentralização e pelas autonomias locais.

As relações existentes entre o capitalismo italiano e os camponeses meridionais não consistem apenas nas normais relações históricas entre cidade e campo, [tais quais] criadas pelo desenvolvimento do capitalismo em todos os países do mundo; no quadro da sociedade nacional, estas relações são agravadas e radicalizadas pelo fato de que econômica e politicamente toda a zona meridional e das ilhas funciona como um imenso campo diante da Itália do Norte, que funciona como uma imensa cidade. Tal situação determina, na Itália meridional, a formação e o desenvolvimento de determinados aspectos de uma questão nacional. (GRAMSCI, 1987, p. 131).

A guerra colocou as massas camponesas em contato com as agitações operárias, fazendo despertá-las para vida própria. Alguns movimentos procuram desfrutar desse despertar para influenciá-las. E Gramsci percebia a passagem em massa da pequena burguesia meridional para o fascismo, o que tornava mais urgente regatar os

camponeses da influência da burguesia agrária e, principalmente, da influência do Vaticano, que tinha os camponeses como “exército de reserva”, da reação.

Era urgente destruir a ideologia difundida, em meados da primeira metade do século XX, pela burguesia industrial italiana, orientada pela escola positivista, e transferida à classe operária – que sofre o influxo de sua hegemonia –, segundo a qual é o Sul que impede o progresso e o desenvolvimento do Norte. O “atraso” do Sul não era compreendido como um problema do sistema capitalista, mas sim dos próprios meridionalistas vistos como inferiores e bárbaros (salvo pela expressão individual de alguns gênios). O problema era ainda mais grave porque o próprio partido operário incorporou essa concepção. (GRAMSCI, 1987, p. 131-132). A miséria do Sul era inexplicável historicamente para as massas populares do norte, que não compreendiam que a unidade do Estado Italiano não ocorrera numa base de igualdade, mas como hegemonia dos capitalistas do Norte sobre o Sul, isto é, que o Norte se enriquecia às custas do Sul e que o seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional.

Na Itália Meridional, havia e há uma determinada atividade agrícola, mas o protecionismo agrário beneficiou mais o Norte do que o Sul, porque foi proteção para os cereais, cujo grande produtor era o Norte relativamente mais do que o Sul. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §44, p. 325).

Depois do congresso em Lyon, Gramsci ocupou-se em aprofundar seus estudos sobre a região meridional e demonstrou que a especificidade da realidade histórico-social na Itália estava na questão camponesa. Tal questão foi historicamente determinada em duas formas típicas: como um problema meridional, ou seja, geograficamente localizada no Sul do país, e como um problema religioso, vinculado à instituição da Igreja Católica, ao Vaticano. Conforme o autor:

o Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si [...]. A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. (GRAMSCI, 1987, p. 154).

De acordo com os seus estudos, o Sul, em contraste com o Norte do país, apresentava-se em plena desagregação social (exceto Pulhas, Sardenha e Sicília). A sociedade meridional constituía-se pelos camponeses que eram a grande maioria, por um estrato médio de intelectuais (oriundos da pequena e média burguesia rural) e os latifundiários somados aos grandes intelectuais. A inter-relação desses grupos sociais forma um bloco agrário, como uma massa volumosa e sólida, sobre o qual funcionava outro bloco, composto por intelectuais, também desagregados entre si, que impediam, com sua atuação, que o bloco agrário se rachasse e se desmoronasse. (GRAMSCI, 1987).

Gramsci preocupou-se em conhecer a subjetividade do povo italiano ou da classe subalterna presente no campo, em contraste com a dos pequenos proprietários. Segundo o autor, a mentalidade do camponês poderia ser comparada a do servo da gleba que se revoltava violentamente contra os senhores, mas era incapaz de conceber a si mesmo como membro de uma coletividade e de desenvolver ações que modificasse as relações econômicas e políticas. Seus verdadeiros sentimentos ficavam ocultos e ele acabou desenvolvendo um sistema de defesa contra as explorações criadas pelo Estado democrático-parlamentar, o qual deixou o camponês completamente à mercê da barbárie cruel dos proprietários e de seus funcionários corruptos.

Esse sistema de defesa se expressava por meio de dissimulações e servilismo fingido. A luta de classes, no campo, confundia-se com o banditismo, com a vingança, com o terrorismo elementar sem consequências eficazes. Era uma soma de sentimentos primitivos, de psicologia egoísta, sem continuidade lógica. Assim, o camponês conservou-se como um elemento anárquico, “subversivo”, átomo de um tumulto caótico refreado somente pelo medo da polícia. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 264-270).

Conforme Gramsci, o “subversivo”, genuinamente italiano, era uma posição negativa de classe. Expressava-se quando o povo individualizava o inimigo nos chamados “senhores”, na aversão do campo à cidade, na percepção da roupa como elemento de distinção, na aversão da burocracia. O camponês não odiava o Estado, pois não o compreendia, mas sim o funcionário, que era visto e hostilizado como “o senhor” ou como “o morto de fome”. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, §46, p. 189-193).

Era um ódio de tipo “semifeudal” porque significava que o camponês não tinha consciência exata da própria personalidade histórica e dos limites do adversário. Mas os

“mortos de fome” não eram um estrato homogêneo, existiam os do tipo diarista agrícola e os do tipo pequeno burguês ou pequenos intelectuais, os quais se contrapunham ao camponês típico: o pequeno proprietário ou meeiro, que possuía alguns instrumentos de trabalho e uma pequena casa.

O “diarista” agrícola era aquele que não possuía nada, vivia com o trabalho pago por dia, que era escasso, era um semi-mendigo e aproximava-se da criminalidade rural. Já o “morto de fome” pequeno burguês tinha origem na burguesia rural, de uma propriedade que se liquidou devido às repartições em famílias numerosas. Mas, como ele não considerava o trabalho manual digno, vivia atrás de pequenos cargos públicos municipais. Este estrato social estava sempre ávido de mudanças (eleições) e produzia o “subversivo” local. Esse se aliava à burguesia rural contra os camponeses. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, §46, p. 189-193).

Esse elemento perturbador da vida no campo tinha ramificações na cidade, onde se convertia em criminalidade profissional e estava ligado ao fato de que não havia na Itália um domínio da lei, mas sim de grupos personalistas que desenvolviam uma política arbitrária. Como possuía uma escassa compreensão do Estado, que por sua vez significava escassa consciência de classe, o “subversivismo” italiano não era perigoso.

Nos movimentos da classe subalterna, existe uma multiplicidade de elementos de “direção consciente”, mas nenhum deles é predominante ou ultrapassa o nível do senso comum, isto é, da concepção de mundo tradicional de um determinado estrato.

O elemento da espontaneidade é característico da “história das classes subalternas”, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe “para si” e que, por isso, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, §48, p. 194).

Gramsci, todavia, defende a necessidade de estudar historicamente e elaborar os elementos da psicologia popular para transformá-los, através da educação, numa mentalidade moderna. Segundo o autor, “esta necessidade estava pelo menos implícita (talvez explicitamente declarada), na doutrina de Ilitch [Lênin]”. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, §48, p. 195) Além disso, o fato de existir grupos que defendem a espontaneidade

como método demonstra, segundo o autor, que há, em todo movimento “espontâneo”, um elemento de direção consciente, de disciplina em germe.

Como exemplo, Gramsci cita o movimento da “greve geral” de Turim que foi acusado de “espontaneísta”, e os próprios dirigentes falavam em “espontaneidade” do movimento. Contudo, isso significava para Gramsci que a direção não era abstrata, ou seja, não se limitava a repetir mecanicamente as fórmulas científicas ou teóricas e não confundia a ação com a investigação teórica. Ao contrário, significava que a “espontaneidade” não foi desprezada por eles, mas orientada no sentido de torná-la homogênea, em relação à teoria comunista e historicamente eficiente.

Não foi, portanto, um movimento arbitrário, artificial, mas sim construído por meio da unidade da “espontaneidade” e da “direção consciente”, isto é, da disciplina, como uma ação real das classes subalternas. Gramsci defende que a teoria comunista não pode estar em oposição aos sentimentos “espontâneos” que se formam através da experiência cotidiana, iluminada pelo senso comum, porque isso significaria uma renúncia em lhes dar uma direção consciente e inseri-los na política. Em consequência, um movimento espontâneo da classe subalterna pode ser absorvido por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, p. 196-197).

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C25, §2, p. 135)

Uma crise econômica, por exemplo, pode levar ao descontentamento e a movimentos espontâneos de massa por parte da classe subalterna, “tornando possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada, em razão do enfraquecimento do Estado” (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, § 48, p. 195-198). Por outro lado, pode levar a formação de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas da efetivação do golpe, está a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos.

Contudo, Gramsci lamenta que a concepção academicista valoriza o movimento totalmente consciente, com base em um plano minuciosamente traçado e que corresponda à teoria abstrata. O autor adverte que: “a realidade é rica de combinações bizarras e cabe ao teórico traduzir os elementos da vida real em linguagem teórica, e não esperar que a realidade se apresente segundo os seus esquemas teóricos, o que apenas expressaria a sua passividade”. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C3, p. 195-198).

Outra característica presente no povo italiano é o apoliticismo, os resíduos de paroquialismo e manifestações de um “espírito desordeiro e faccioso” como as brigas locais e das rivalidades esportivas muitas vezes selvagens e sangrentas. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C9, §36, p. 306-307). Para a superação dessa condição, um elemento importante é a difusão de uma vida política de partido que ampliasse os interesses intelectuais e morais do povo, criando, por um lado, “diretrizes” histórico-políticas de massa que orientassem as paixões populares fortes e dominantes e, por outro, diluíssem o apoliticismo da vida do povo italiano, especialmente da pequena burguesia e dos pequenos intelectuais, que é um apoliticismo irrequieto e litigioso, aventureiro, que os tornam fáceis “voluntários” para qualquer iniciativa, desde que seja vagamente subversiva (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §10, p. 80-81).

A característica do apoliticismo, no entanto, não é própria da classe subalterna, ela também se apresenta nos estratos superiores e dominantes sob a forma de “consorteria”, que corresponde ao modo de pensar sectário, corporativo, ou seja, interesses econômicos particularistas, especialmente agrários e regionais. Um “sectarismo” desse tipo apresenta-se nos elementos populares manifestados em forma de princípios de paixões baixas e ignóbeis, que se próxima da “questão de honra”, da criminalidade e da lei do silêncio da máfia e da camorra. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C14, § 10, p. 310-311).

Em meio a essa situação, os camponeses, embora em constante efervescência e rebeliões, não conseguem expressar, como massa, suas aspirações e necessidades devido a uma consciência fragmentada ou ausência de consciência de si enquanto classe, portanto, de uma organização coesa e de partidos regulares. Seus movimentos eram vistos, pelos dominantes, como explosões de tendências retrógradas, bizarras, folclóricas e patológicas, pois eram misturados a elementos religiosos e proféticos.

Mas,

o movimento lazzarettista esteve ligado ao *non expedit* do Vaticano e mostrou, ao Governo, a tendência subversiva-popular-elementar que podia nascer entre os camponeses, em decorrência do abstencionismo político clerical e do fato de que as massas rurais, na ausência de partidos regulares, buscavam dirigentes locais que emergissem da própria massa, misturando a religião e o fanatismo ao conjunto de reivindicações que, de forma elementar, fermentavam no campo. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C25, §1, p. 132)

Esse tema ganha maior profundidade em *Às margens da história*. História dos grupos sociais subalternos (1934), quando Gramsci, num tempo histórico maior, trata-os de forma mais ampla. As massas rurais são apresentadas como um mundo bastante complexo e diversificado de grupos justapostos, estratificados, com culturas que se sobrepõem, justapõem-se e que apresentam momentos de rebeldia espontânea, a partir do qual se podem desenvolver elementos de consciência e luta contra a ordem estabelecida. Por isso, o autor nos adverte quanto à inestimável importância de qualquer traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos (GRAMSCI, 2002, v. 5, C25, p. 131-145).

Porém,

a diferença entre Norte e Sul estava também, e especialmente, na composição social, na posição diferente das massas camponesas, que, no Sul, deviam manter com seu trabalho uma quantidade excessivamente grande de população economicamente passiva de rentistas, etc. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §44, p. 326).

Além dos camponeses, havia a camada dos intelectuais meridionais, com origem na pequena e média burguesia rural, que não trabalham na terra, mas a alugam ou a cedem em meação, com o intuito de arrecadarem o suficiente para viver convenientemente e pagar os estudos ou dotes das filhas. Esses intelectuais sentem aversão pelo camponês e compõem, em grande medida, a administração pública e a burocracia estatal.

Esse grupo não é homogêneo e, entre eles, encontram-se intelectuais médios como os padres, tabeliões e advogados que, por manter contato direto com os camponeses, a eles se ligam, exercendo a função de intermediários entre esse estrato social e a administração pública em geral, recebendo disso o impulso para sua atividade política e ideológica. Alguns desses intelectuais armam-se contra a burguesia industrial e pensam em alguma maneira de mudar a situação, porém, fracassam, limitados que

estavam pelas relações sufocantes do bloco. Outros, pertencentes a partidos locais controlados pelos grandes proprietários de terra, acabam reduzindo e articulando qualquer movimentação camponesa ao aparato estatal (GRAMSCI, 1987).

Um “sectarismo” correspondente àquele espírito de “consorteria” está articulado ao apoliticismo dos pequenos intelectuais de província, os quais eram geralmente desempregados e viam nos partidos alguma possibilidade de ganho econômico. Estes, muitas vezes, serviam como informantes junto à polícia em troca de impunidade para ganhos equívocos ou para atividades marginais. Isso explica a deterioração dos partidos políticos que nasceram no terreno eleitoral, ou seja, que não se formaram como fração orgânica das classes populares. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C14, §10, p. 310-311).

Acima destes, estão os latifundiários, com os quais se ligam os grandes intelectuais. Os primeiros, no campo político, e os segundos, no campo ideológico. Centralizam e dominam o conjunto de manifestações dos estratos acima. Entretanto, é no campo ideológico que a centralização produz maior eficácia. Filósofos idealistas, como Benedetto Croce e Giustino Fortunato, constroem grandes sistemas explicativos, sem relação com os trabalhadores, reproduzindo a situação de miséria do camponês e preservando, assim, uma situação quase colonial. São intelectuais de enorme cultura e inteligência que, embora nascidos no Sul italiano, não possuem identidade com seu povo, uma vez que estão ligados à cultura europeia e mundial. São cosmopolitas, característica da vida cultural e intelectual italiana absorvida da Igreja Católica. Para Gramsci, a função internacional ou cosmopolita dos intelectuais italianos é um problema histórico interessante, na formação de seus intelectuais tradicionais entendido, pelo autor, como causa e efeito do estado de desagregação em que permaneceu a península italiana, desde a queda do Império Romano até 1870 (GRAMSCI, 2001, p. 26).

Por sobre o bloco agrário funciona, no Sul, um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as rachaduras do bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento. (GRAMSCI, 1987, p. 160).

Essa estrutura social existente em todo o Sul da Itália forma, no seu conjunto, um bloco agrário que funciona como guardião do capitalismo setentrional, pois seu único objetivo é conservar a situação vigente. Por cima dele, funciona outro bloco,

formado pelos intelectuais meridionais, tornando o bloco agrário ainda mais volumoso, sólido e sufocante, pois atua no sentido de evitar fissuras no bloco agrário e manter relações nodais entre Norte e Sul.

Isso ocorre da seguinte forma: no Sul inexistia uma organização da cultura média, ou seja, não há revistas pequenas e médias, nem editoras, em torno das quais pudessem se agrupar as formações médias de intelectuais meridionais que se ligavam ao camponês, que sentiam simpatia pelas suas reivindicações, armavam-se contra o burguês setentrional, denunciando a situação de miséria e que abordavam a questão meridional de forma radical. Esses intelectuais só conseguiam se agrupar e publicar seus artigos em revistas impressas fora do Sul. Alguns deles, em virtude do perigoso terreno político do Sul, acabam migrando e vinculando-se aos grupos do Norte.

Para Gramsci, “é notável o fato de que, no Sul, junto à grande propriedade, tenham existido e continuem a existir grandes acumulações culturais e de inteligência em indivíduos singulares” (GRAMSCI, 1987, p. 161). Grandes intelectuais como Giustino Fortunato e Benedetto Croce, mesmo atuando num ciclo mais amplo do que o bloco agrário, trabalhava como moderadores do debate meridional, no sentido de evitar que a abordagem dos problemas meridionais se tornasse revolucionária (GRAMSCI, 1987).

Isso foi feito na medida em que esse grande intelectual exerceu influência sobre a formação de muitos outros intelectuais italianos, tirando-os, através de seu sistema filosófico, de uma condição provinciana e colocando-os em contato com o pensamento europeu e com postura cosmopolita, sem identidade com seu povo, através da qual puderam ser absorvidos pela burguesia nacional e, conseqüentemente, pelo bloco agrário. Essa é uma das características que marcam o grupo dominante: sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais de forma tão rápida quanto a elaboração de seus próprios intelectuais, papel desempenhado pela burguesia nacional italiana, enquanto os camponeses não assimilam nenhuma camada de intelectuais "tradicionais", embora grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa e outros grupos extraíam daí seus intelectuais.

Não obstante isso, Gramsci destaca a enorme importância de Giustino Fortunato como renovador da cultura italiana dominada em grande parte pela hegemonia da igreja. Como na Itália não houve uma reforma protestante, e o poder católico preservou-se

como poder feudal, a única reforma laica historicamente possível foi feita por B. Croce (herdeiro de Hegel) que, com seu sistema filosófico, alterou a orientação e a forma de se pensar, superando o positivismo, o catolicismo e outras religiões. Constrói, assim, uma nova concepção de mundo. Contudo, foi uma reforma só no pensamento, já que a estrutura social se manteve.

A questão sobre os intelectuais recebe muita atenção de Gramsci. Em *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais (1932)*, o autor aborda o intelectual de forma mais ampla e considera que todos os homens são intelectuais porque, ao participar de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribuindo para manter ou modificar essa concepção. Porém, nem todos exercem a função de intelectuais que é a de suscitar novas maneiras de pensar, num esforço intelectual-cerebral, que inova uma atividade prática que poderá exigir, por sua vez, um novo tipo de esforço muscular-nervoso. Formam-se, então, categorias especializadas para o exercício da função intelectual (GRAMSCI, 2001, v. 2, C12, p. 15-53). De que maneira isso acontece?

O entendimento central a respeito dos intelectuais é que todo grupo social cria para si, organicamente ou a partir de sua própria classe, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua função no campo econômico, social e político. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C12, §1, p. 15). Como exemplo, no desenvolvimento do capitalismo, a indústria criou um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada, com suas características de ordem e disciplina. Esses intelectuais não possuem iniciativa autônoma, mas executam o plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria. Já o empresário representa uma elaboração social superior pela sua capacidade técnica e dirigente, são os intelectuais orgânicos da burguesia (GRAMSCI, 2001, v. 2, C12, p. 19-21).

Esse tipo se contrapõe ao velho tipo de intelectual médio rural, que, conforme já dito, constitui a burocracia e possui função de intermediário entre o camponês e a administração geral, que é inseparável da função político-social. Além disso, por possuir um padrão de vida médio superior ao do camponês, representa um modelo social na aspiração de melhoria e mudança de sua condição social. Na Itália meridional, é esse o tipo de intelectual que predomina.

Existem as categorias intelectuais preexistentes a todo grupo social "essencial" que se mostram como a continuidade histórica não interrompida nem pelas mais radicais modificações das formas sociais e políticas, além de "aparentemente" independentes, autônomos e dotados de características próprias. O exemplo mais típico são os eclesiásticos que monopolizaram por muito tempo a ideologia religiosa, ou seja, a filosofia e a ciência da época, e estão ligados à aristocracia no exercício da administração da propriedade feudal da terra e no uso dos privilégios estatais ligados à propriedade.

Gramsci observa que, na Itália, o clero é essencial e constitui um tipo de intelectual particular. Mas é preciso diferenciar o padre setentrional do meridional. O primeiro normalmente é filho de um artesão ou camponês e, por isso, tem sentimentos democráticos e é mais ligado aos camponeses.

No Norte, a separação entre a Igreja e o Estado e a expropriação dos bens eclesiásticos foram mais radicais do que no Sul, onde as paróquias e os conventos ou conservaram ou reconstituíram importantes propriedades imobiliárias. (GRAMSCI, 1987, p. 156)

Para o camponês, o padre meridional, fora do altar, aparece como um homem comum, um administrador de terra, com o qual ele entra em conflito pela cobrança de aluguéis e taxas de juros. Ou é visto, ainda, como um homem submetido a paixões comuns, não oferecendo confiança quanto à discrição e imparcialidade. Além de que, em alguns casos, reivindicam os direitos eleitorais dos paroquianos. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C1, §52, p. 174).

Com base no que foi exposto, percebemos que a relação entre Norte e Sul pode ser estudada nas diversas concepções culturais e comportamentos mentais: na Itália meridional, predomina o tipo "bacharel", que põe em contato o camponês com os proprietários e o aparelho estatal; e, no Norte, domina o "técnico" de fábrica, que serve de elo entre o operário e o empresário.

O grande problema que Gramsci observa em relação aos intelectuais e aos camponeses é que, mesmo que estes desenvolvessem uma função essencial no mundo da produção, não conseguiriam elaborar seus próprios intelectuais "orgânicos", isto é, intelectuais vinculados à própria classe, capazes de pensar, organizar e vocalizar os

interesses da sua classe ou fração dela. Em outras palavras, pessoas capazes de pensar o processo produtivo de maneira diversa da ordem social burguesa.

Para alguns grupos sociais, essa é a função fundamental de seus partidos: elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos. No partido, os elementos de um grupo social econômico superam o momento econômico-corporativo e tornam-se agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional, até transformarem-se em intelectuais políticos qualificados, dirigentes organizadores de todas as atividades inerentes a uma sociedade integral.

Com base na compreensão dessa estrutura social meridional, Gramsci sente-se estimulado a escrever um ensaio sobre o problema da revolução meridional, em resposta à resenha de Tommaso Fiori sobre o livro de Guido Dorso: *La Rivoluzione meridionale, Turim (1925)*, publicado numa revista chamada *Quarto Stato*, em outubro de 1926. Esta era de orientação socialista e dirigida por Carlo Rosseli, publicada em Milão, de março a outubro de 1926.

O estímulo adveio de uma crítica feita pelos jovens intelectuais que se organizavam em torno dessa revista sobre a alusão que Guido Dorso fez, em seu livro já citado, em relação à posição do partido comunista de Turim sobre a questão do Sul italiano, publicada na *L'Ordine Nuovo* de 3 de janeiro de 1920 e resumida por eles como “a fórmula mágica” de distribuição de terras aos camponeses. (GRAMSCI, 1987, p. 134-135).

No ensaio intitulado *Alguns Temas da Questão Meridional (1926)*, Gramsci, com certa ironia, esclarece o ponto de vista dos comunistas turinenses:

A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas [Sardenha e Sicília], reduzindo-as a colônias de exploração; o proletariado setentrional, emancipando a si mesmo, da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte. (GRAMSCI, 1987, p. 136).

A proposta do comunismo não era a divisão do latifúndio, “mas a da aliança entre os operários do Norte e os camponeses do Sul”. (GRAMSCI, 1987, p. 135). Tratava-se de colocar o proletariado como protagonista da história italiana e, portanto,

da questão meridional, apresentando-a como um dos problemas essenciais da política nacional.

Essa política tinha como conceito fundamental a aliança operário-camponesa sob a direção hegemônica do proletariado industrial revolucionário. Assim, a questão meridional, que até então era um problema tratado pelos intelectuais meridionais, passou, através do grupo do *L'Ordine Nuovo*, a ser um problema nacional posto à classe operária. (GRAMSCI, 1987).

A hegemonia do norte teria sido “normal e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de ampliar seus quadros com um certo ritmo, para incorporar cada vez mais novas zonas econômicas assimiladas. Esta hegemonia seria, então, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo e o menos produtivo; ocorreria uma revolução econômica de caráter nacional (e de amplitude nacional), ainda que seu motor fosse temporária e funcionalmente regional. Todas as forças econômicas seriam estimuladas e à divisão se seguiria uma unidade superior. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C1, §149, p. 153).

Mas não foi assim que se desenvolveu o capitalismo italiano e a hegemonia do norte apresentou-se como permanente; a divisão entre Norte e Sul foi uma condição histórica necessária por tempo indeterminado e, portanto, aparentemente “perpétua” para a existência de uma indústria setentrional. Portanto, os comunistas turineses colocaram como emergente a necessidade do proletariado em tornar-se classe dirigente e hegemônica, o que significa ter a capacidade de articular outras forças sociais e de difundir seus valores de forma ampla e consensual, tornando-se, assim, capaz de organizar o processo produtivo de vida material. Isso implica em conquistar a maioria da massa camponesa, incorporando suas exigências e suas reivindicações de luta em um programa revolucionário, criando uma aliança entre as classes.

A hegemonia do proletariado é a base da sua ditadura e do Estado operário. Sendo a classe operária italiana minoritária, necessita construir uma base social mais ampla, fazendo aliança com os camponeses. Para tanto, é necessário que se despoje de qualquer incrustação preconceituosa em relação aos camponeses, fruto da difusão da ideologia burguesa hegemônica, e que supere qualquer orientação corporativista e sindicalista.

É bastante conhecida a ideologia difundida de forma capilar pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos no desenvolvimento civil da Itália. (GRAMSCI, 1987, p. 139)

Gramsci lembra que, durante a ocupação das fábricas turinenses, em 1920, alguns documentos da Associação das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas foram publicados na edição piemontesa do *Avanti!* para comprovar a existência de listas de trabalhadores “subversivos” e de outras medidas discriminatórias por parte dos empresários. Como exemplo, uma circular que ordenava as indústrias filiadas a não admitirem operários que tenham nascidos de Florença para baixo, além de uma variada literatura de entretenimento, na qual os sardos são chamados de macacos, os sicilianos de bandidos e coisas semelhantes. (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 149-150).

Deve-se, portanto, superar a diferença entre as diversas profissões e, também, os preconceitos e egoísmos da classe operária, em relação a outras categorias. O operário tem que pensar como membro de uma classe que tende a dirigir os intelectuais e os camponeses e ser seguida pela maioria desses estratos sociais. Gramsci avalia cinco casos de movimentos sociais ocorridos em Turim e um em Reggio Emilia, que já continha embriões dessa proposição feita pelo grupo da *L'Ordine Nuovo* para a solução do problema meridional.

Foi o caso de um episódio ocorrido antes da Primeira Guerra Mundial. Os camponeses das Pulhas, em épocas de eleições, sofriam pressão administrativa do governo e muita violência dos propagandistas filogovernistas que agiam com métodos agressivos, especialmente no Sul, impedindo os camponeses de se exprimirem. Diante disso, os operários de Turim decidiram eleger um representante dos camponeses como candidato: Salvemini, “um expoente da massa camponesa do Sul”. Fizeram isso, cientes de que, ao ser eleito, o representante atenderia às reivindicações dos camponeses de Pulhas, que eram ainda mais explorados e oprimidos do que os operários de Turim. Esse caso mostra um desenvolvimento da consciência da classe operária ao perceber que outras classes também são exploradas e, então, organizam-se em torno disso, expressando uma política de aliança. (GRAMSCI, 1937, p. 141-142).

A mesma orientação ocorre num outro episódio entre os soldados da brigada Sassari composta, em sua maioria, por trabalhadores sardos e chamados a Turim em 1920, para reprimir o movimento de ocupação das fábricas. No sentido inverso do caso

anterior, aqui são os camponeses que, numa conversa com um operário comunista também sardo, passam a enxergar os proletariados como trabalhadores também explorados pelo capitalismo, assim como os pobres lavradores sardos que o conheciam bem. Então, em vésperas de greve geral (julho de 1920), a brigada afasta-se de Turim, demonstrando o seu “apoio” ao movimento. Isso se repetiu em 1922 quando trezentos soldados da região de Cagliari foram enviados a Turim, com o mesmo propósito, ocorrendo desfecho semelhante. (GRAMSCI, 1937, p. 144-146).

Em 1919, ocorreu o caso da associação “Jovem Sardenha”. O objetivo era que todos os sardos da ilha e do continente (exploradores capitalistas e trabalhadores) se unissem num bloco, para exercer pressão sobre o governo e fazê-lo cumprir as promessas feitas aos soldados durante a guerra. Contudo, após a intervenção comunista minoritária, na assembleia constituinte convocada em Turim pelos sardos, os trabalhadores foram favoráveis à proposta revolucionária de fazer uma aliança com os operários revolucionários do continente, com o objetivo de abolir todas as explorações e emancipar os oprimidos. (GRAMSCI, 1937, p. 142-144).

O caso da FIAT em Turim ocorreu do seguinte modo. Após a ocupação das fábricas, em 1919, a direção da FIAT propôs que esta se transformasse em cooperativa. Gramsci percebe nesse movimento a inauguração de uma nova política das classes dominantes. No final do século XIX, em oposição às graves condições de vida, ocorreram violentos levantes populares em toda a Itália, que foram duramente reprimidos, demonstrando uma política de Estado repressivo. Porém, no início do século XX, a classe dominante inaugura a política de democracia burguesa, oferecendo as seguintes opções: escolher, entre a democracia rural, o que significa incorporar os camponeses meridionais ao estatuto de cidadania e fazer crescer a economia, investindo no Sul como mercado interno, o que implica em contrariar as oligarquias ou construir um bloco industrial, com os operários a favor do protecionismo alfandegário.

Foi a segunda opção que se seguiu, pois, com a liberdade sindical e uma política reformista de salários, ganhou-se o apoio de grande parte da classe operária. Isso deixa claro que a representação de sindicalistas dentro do Estado burguês não representa uma instituição antagônica ou autônoma. Entretanto, essa opção não foi consensual no campo no trabalho e, então, surge a reação com o nascimento do sindicalismo revolucionário representado pelos seus intelectuais mais avançados, entre eles, Arthur

Labriola. Essa foi uma expressão saudável da reação operária contra a burguesia, segundo Gramsci, porque eram favoráveis a uma aliança com os camponeses meridionais. São revolucionários porque não limitados à esfera econômico-corporativa. (GRAMSCI, 1937, p. 146-152). Em Reggio Emilia, apresentou-se uma questão semelhante à da FIAT de Turim, quando um comunista turinês expôs o conjunto da questão das relações entre o Norte e o Sul, obtendo o consenso da maioria dos operários que rejeitaram a tese reformista e corporativa. (GRAMSCI, 1937, p. 152).

Esses casos demonstram o grau de maturidade e capacidade política do proletariado turinês ao compreender os seus deveres como classe. Além disso, percebe-se que a relação Norte-Sul pode ser estudada com base nos programas políticos gerais dos liberais-democratas, cujo objetivo era criar no Norte um bloco urbano (de industriais e operários) que fosse a base de um sistema protecionista e reforçasse a economia e a hegemonia setentrional.

O nó das relações entre o Norte e o Sul, no que se refere à organização da economia nacional e do Estado é tal que o nascimento de uma classe média de natureza econômica (o que significa o nascimento ulterior de uma burguesia capitalista difusa) torna-se quase impossível. (GRAMSCI, 1987, p. 160).

E o Sul era reduzido a um mercado de venda semicolonial, fonte de poupança e impostos, mantidos sob disciplina com duas medidas. Entre as medidas policiais, está a repressão de qualquer movimento de massa, incluindo assassinato de camponeses. E, entre as medidas político-policiais: favores aos “intelectuais” ou bacharéis, sob a forma de empregos na administração pública, permissão para o saque impune nas administrações locais, legislação eclesiástica menos rígida e incorporação “a título pessoal” dos elementos meridionais mais ativos, ao pessoal dirigente estatal.

Assim, o estrato que poderia organizar o descontentamento meridional tornava-se instrumento da política setentrional. E o descontentamento popular não conseguia, por falta de direção, assumir uma forma política, pois suas manifestações expressavam-se de modo caótico, fragmentado. Conforme dito anteriormente, os camponeses italianos não conseguiam se organizar de forma coesa, em parte devido a uma concepção de mundo fragmentada que tem relação, também, com o passado histórico da península italiana.

Possuir uma concepção de mundo fragmentada significa que o próprio povo não representa uma coletividade homogênea de cultura, mas numerosas estratificações culturais, combinadas de modo variado, folclórico. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C5, §156, p. 81). O elemento folclórico se expressa como contraditório, fragmentário e muito mais móvel e flutuante do que as línguas e os dialetos. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C9, §15, p. 225-226). Na Itália, a língua popular não existia (exceto em Toscana) até a sua unificação, em vez disso, predominavam os diversos dialetos, o que dificultou a criação de sentimentos e acordos comuns porque contribuía para que cada um se limitasse à opinião de sua província.

O folclórico aproxima-se do “provinciano”, seja no sentido particularista, seja no sentido anacrônico ou de uma classe privada de características universais. Exemplo dessa presença na cultura italiana está na linguagem melodramática, na teatralidade italiana, “na ênfase no dizer as coisas mais banais”, que manifesta uma forma de chauvinismo cultural.¹⁰ (GRAMSCI, 2002, v. 6, C14, §7, p. 231-232).

O folclore é uma fase enrijecida dos conhecimentos populares de uma determinada época e lugar, criado pelo senso comum, que, por sua vez, transforma-se continuamente devido à penetração de noções científicas e opiniões filosóficas em sua esfera. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C24, §4, p. 209).

Essa problemática é melhor explorada em Observações sobre o “Folclore” (1935), em que o autor propõe que o folclore, entendido como um aglomerado de concepções de mundo fragmentadas, necessita ser superado por uma cultura nacional-popular, ou seja, uma concepção de mundo capaz de unificar nacionalmente o povo e dirigir a transformação social, visto que a emancipação não pode ser pensada a partir de fragmentos. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C27, p. 133-138). Daí a utilização da expressão “reforma intelectual e moral”, uma vez que isso não é feito pela força, mas sim produzindo consenso e, necessariamente, criando nova cultura.

O folclore não deve ser concebido como uma bizzarria, mas como algo muito sério e que deve ser levado a sério. Somente assim o ensino será mais eficiente e determinará realmente o nascimento de uma nova cultura entre as grandes massas populares, isto é, desaparecerá a

¹⁰ A admiração ingênua e fanática pelo homem inteligente como tal corresponde ao nacionalismo cultural dos italianos, talvez a única forma de chauvinismo popular na Itália. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C9, §141, p. 179-181).

separação entre cultura moderna e cultura popular ou folclore. Uma atividade deste gênero, feita em profundidade, corresponderá no plano intelectual ao que foi a Reforma nos países protestantes. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C27, §1, p. 136).

Nesse sentido, despertou desde cedo o interesse de Gramsci pelo trabalho do dramaturgo e romancista Luigi Pirandello (1867-1936). Segundo o autor, *Liola* talvez seja a melhor comédia do teatro dialetal siciliano, peça que remete aos dramas satíricos da Grécia antiga, na qual se expressa a vida campestre dionisíaca, o trabalho como uma atividade prazerosa e o homem cheio de robustez moral e física e uma humanidade vigorosa. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 448-450).

A importância de Pirandello para o autor é de caráter intelectual e moral porque ele tentou introduzir na cultura popular a “dialética” da filosofia moderna em oposição à mentalidade católica ou positivista do velho teatro tradicional. Essa concepção dialética se manifesta através dos personagens e suas lutas paradoxais contra o senso comum e o bom senso, embora o autor lamenta que a peça seja marcada fortemente por diálogos filosóficos quando os personagens passam a explicar e justificar o novo modo de conceber o real. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C6, §26, p. 183-184).

Gramsci percebe Pirandello como um escritor siciliano que concebe a vida local em termos dialetais, folclóricos, embora sem incrustações católicas. O teatro de Pirandello é caracterizado por personagens cujos modos de pensar são historicamente populares, popularescos, dialetais, com a participação de pessoas reais, do povo, sicilianos, que pensam e agem assim porque são populares e sicilianos. Mas, ao mesmo tempo, é um escritor italiano e europeu. O teatrólogo expressa a consciência crítica de ser tudo ao mesmo tempo, de sentir em si esses três elementos de civilização como justapostos e contraditórios. Com esse olhar, Pirandello tem um grande significado cultural porque desempenha a função de um crítico do costume nacional-regional, que pode modificar o gosto do público, desprovincializando-o e modernizando-o, além de modificar as tendências psicológicas e os interesses morais dos demais escritores de teatro, superando o velho costume teatral. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C14, §15, p. 232-237)

Pirandello baseia-se em sua própria experiência de “aldeão” que adquiriu características nacionais e europeias. Daí a sua atitude de observar as contradições nas personalidades dos outros e entender o drama da vida, como o destas contradições: “a

forma como cada pessoa tende a dominar impulsos e instintos buscando parecer com o modelo social de determinada época histórica” (GRAMSCI, 2002, v. 6, C14, §21, p. 238-239) e “como um protagonista que recria continuamente sua personalidade física e moral” (GRAMSCI, 2002, v. 6, C17, §34, p. 268-269). Contudo, apesar de Pirandello ter grande importância de crítico dos costumes, sua concepção da vida e do homem é individual, incapaz de difusão nacional-popular. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C23, §2, p. 64).

Outro exemplo lembrado por Gramsci e que teve o caráter de uma campanha para a renovação moral e intelectual da vida italiana no século XX foi o movimento da revista *La Voce* de Giuseppe Prezzolini (1882-1982). Esta lutou pela divulgação, numa camada intermediária do povo, da luta por uma nova cultura, a luta contra o provincianismo, os costumes, os sentimentos e concepções de mundo marcadas pelo reacionarismo político e religioso, cientificistas e positivistas. Essa revista pretendeu estender aos subalternos o mesmo tom de civilização de uma alta cultura nacional. E, lutando por uma nova cultura, indiretamente promoveu a formação de temperamentos artísticos originais. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C23, §3, p. 64-68). Prezzolini foi um intelectual que evoluiu de suas iniciais posições antirracionais e nacionalistas para o idealismo crociano, com alguma abertura para temas socialistas (através de Sorel), mas termina por ajustar suas orientações às exigências culturais do fascismo em ascensão.

Gramsci encaminha-se, então, para uma conclusão, a qual expressa um avanço teórico significativo porque trouxe a questão dos intelectuais como um elemento novo para a teoria e prática política comunista, da aliança entre os operários e camponeses em uma frente única. Conforme o autor, para se ter uma ideologia que adquira o amplo consenso, os trabalhadores precisam de intelectuais orgânicos que deem coerência, organização e sistematização aos elementos recolhidos da prática, para pensar um projeto alternativo, o qual só tem apelo quando faz sentido às condições de vida das pessoas. Entretanto, há uma dificuldade inerente à condição “subalterna” de construir uma continuidade orgânica entre as camadas intelectuais, os dirigentes e sua base social.

É nesse sentido que a *L'Ordine Nuovo* e os comunistas de Turim, ainda que tenham sofrido a influência de grandes intelectuais cosmopolitas (italianos), como Giustino Fortunato e Benedetto Croce, desempenharam um importante papel:

o operário revolucionário de Turim e de Milão tornou-se o protagonista da questão meridional [...] Os comunistas turinenses tinham-se posto concretamente a questão da ‘hegemonia do proletariado’, quer dizer, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora. (GRAMSCI, 1987: 138-139)

Isso porque conseguiram romper com essa tradição, não perderam o contato com o seu povo, mas colocaram-se justamente como intermediários entre o proletariado e determinados estratos intelectuais de esquerda e modificam a orientação mental deles, no sentido de pensar a questão meridional a partir de uma abordagem revolucionária e não mais como um problema do sul italiano ou dos intelectuais meridionais. Pelo contrário, é um problema nacional, que necessita, para a sua superação, do proletariado como seu protagonista histórico. (GRAMSCI, 1987).

Um importante exemplo disso foi a mudança de orientação intelectual de Piero Gobetti, que, embora não fosse comunista, conseguiu compreender a posição social e histórica do proletariado. Com isso, representa um movimento de ligação entre os intelectuais rurais meridionais, porém, diferente dos intelectuais tradicionais, por tratar do problema meridional de forma radical e próximo dos intelectuais do tipo técnico, nascidos no terreno capitalista, mas que tinham assumido uma posição de esquerda.

Tais movimentos representam uma fratura de caráter orgânico, historicamente caracterizada e capaz de desagregar um bloco intelectual que é extremamente resistente. Isso porque os intelectuais, especialmente os tradicionais rurais, representam toda a tradição cultural de um povo, cuja história inteira, todo um passado e sua ideologia desejam sintetizar. Nesse sentido, os intelectuais desenvolvem-se mais lentamente do que qualquer outro grupo social. “Portanto, o proletariado foi auxiliado por Gobetti tendo em conta a dificuldade que se tem de formar um estrato, próprio de intelectuais, a não ser muito lentamente”. (GRAMSCI, 1937, p. 165).

Esse ensaio escrito por Gramsci, embora não finalizado, teve o objetivo político de estabelecer uma interlocução com os intelectuais meridionais e propor a aliança política tão difícil de ser entendida pelos próprios comunistas naquele momento. A direção do PCI não compreendia por que os socialistas eram vistos como adversários, enquanto os intelectuais meridionais, que eram liberais, podiam ser aliados. Ainda mais

num momento em que todos estavam pressionados pelo fascismo, seria óbvio se aliarem aos socialistas contra um inimigo comum. Mas, para Gramsci, a questão central estava na aliança entre os trabalhadores do Norte e Sul.

Para tanto, era crucial que o proletariado industrial setentrional se unisse ao camponês meridional, através de um representante: o intelectual médio que ocupa a administração pública. Nessa estratégia, não caberia os socialistas que estavam vinculados à burguesia industrial e eram, portanto, organicamente inimigos. Com esse entendimento, era preciso desarticular o partido socialista, uma instituição dentro do Estado burguês, e atrair a massa dos trabalhadores para a posição revolucionária defendida pelo partido comunista.

É importante sublinhar que o entendimento sobre os intelectuais meridionais é considerado pelo autor como sendo de suma importância para o entendimento e superação da questão meridional. Em outro momento, Gramsci ressalta que "todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende". (GRAMSCI, 2001, Q12, p. 23).

3. O Sul do mundo como periferia dos grandes Estados industriais

O modelo Norte-Sul de desenvolvimento da Itália é estendido por Gramsci, (já anteriormente intuído por Bukharin¹¹) para as periferias dos impérios ocidentais, entendido metaforicamente como o "sul do mundo", onde os intelectuais também não são autônomos em relação ao poder constituído. Nos cadernos do cárcere, Gramsci constrói uma analogia metafórica entre cidade-campo mundial, para uma análise dessas forças no plano internacional. (DEREK, 2008, p. 241-268). Através dessa metáfora, o autor faz um espelhamento histórico entre as condições italianas e a de outras periferias e, assim, coloca a questão meridional como uma questão internacional. De acordo com essa metáfora, os grandes Estados industriais portam-se como as cidades da economia mundial e as colônias ou semicolônias como as suas zonas rurais.

Do desmembramento do Império Otomano seguiu-se a tentativa de construção dos Estados nacionais na península árabe, em meio à tensão entre o "cosmopolitismo teocrático" (significando uma consciência religiosa de caráter popular que transcende as

¹¹ Cf. BUKHARIN, N. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. RJ, Guanabara, 1969.

fronteiras normais dos Estados, da mesma forma do catolicismo medieval) e o “sentimento nacional”, considerado herético por isso. Segundo Gramsci, em países com forte presença islâmica, há uma íntima ligação entre política e religião. Muitos movimentos políticos nessa região se encobrem sob o manto da religião, embora tenham origem em causas econômicas. O autor chama a atenção para o fato de que seus principais líderes desempenham tanto um papel político, quanto religioso. Essa sobreposição de função tem um papel positivo em relação à questão nacional, embora seja ambíguo quanto à política sócio-econômica.

Exemplo disso é o caso do jovem árabe Ibn-Sa’ud, pertencente a uma família que havia governado e perdido grande parte da Arábia. Esse jovem conseguiu, com apenas quarenta homens e pouco dinheiro, tornar-se o dono da metade da Arábia central, instaurando, em seguida, um regime puritano sobre a península. Ibn-Sa’ud teve como instrumento uma organização militar-religiosa, os “Ikhwan” (os irmãos), muçulmanos Wahhabiti, caracterizados por um fervor puritano, fator que unificou as diversas tribos que compunham essa organização. (DEREK, 2008).

Segundo a análise de Gramsci, a relação entre os líderes árabes e as potências imperiais era de natureza instrumental. Os chefes do mundo muçulmano eram vistos pelos chefes ocidentais como peças de um jogo no qual se deveria aproveitar da melhor maneira possível ou como condescendente aos seus projetos. Nos países árabes-muçulmanos que ainda lutavam para se afirmarem como nações, seus líderes eram cúmplices do imperialismo ocidental, e os movimentos nacionais não eram caracterizados por um luta contra a potência imperial, mas, ao contrário, esses líderes tomavam partido de uma ou outra potência, conforme seus interesses imediatos. Posição bem diferente em comparação com países que estavam sob o domínio colonial no *stricto senso*, tal como a Índia, cujo povo estava vivendo uma fase avançada do movimento nacionalista. Os líderes indianos da época desempenhavam uma batalha anti-imperialista relativamente coerente.

A questão principal para Gramsci, todavia, é a adaptação do Islam à civilização moderna (GRAMSCI, v. 2, 2001, C5, §90, p. 128-130) e, no geral, o interesse de verificar se uma nação ou um grupo social que atingiu um grau superior de civilização poderia acelerar o processo de educação dos povos e dos grupos sociais “atrasados” do ponto de vista de desenvolvimento econômico ocidental. (GRAMSCI, 2006, v. 1, C11,

§1, p. 85-87). Com base em um artigo lido pelo autor no cárcere e, portanto, sem poder consultar as fontes necessárias, Gramsci comenta que, no mundo muçulmano, há uma relativa ausência de um clero regular que sirva de intermediário entre o Islam teórico e as crenças populares, criando uma grande distância entre os intelectuais e o povo. Aqui o vínculo entre intelectuais e povo se manifestaria na forma de um fanatismo, ou seja, fortes emoções e impulsos, mesmo em tempos normais. De acordo com Derek (2008), Gramsci refere-se a certas periferias do mundo muçulmano, particularmente ao Magrebe, objeto de discussão do artigo. (DEREK, 2008, p. 248).

Nas zonas isoladas do Norte da África, a separação entre intelectuais e povo é muito grande. Isso explica a existência das tendências que buscam a mediação entre povo e divindade, através da interposição dos santos populares, característica que perdura nas religiões sincréticas atuais, como o sufismo e o marabutismo em Magrebe, cuja tendência mística e missionária remonta aos primeiros decênios do Islam. Os santos são homens privilegiados que podem entrar em contato com Deus, enquanto para o povo santo poderia também ser um peregrino que buscava esse contato. (GRAMSCI, v. 2, 2001, C5, §90, p. 128-130). O marabutismo incorporava a figura de santos locais que também desenvolviam a função de juizes de paz e a de chefes de insurreições contra os europeus. Segundo Gramsci, tais santos poderiam representar tanto um obstáculo para a difusão da civilização europeia, quanto um auxílio para a sua expansão. (DEREK, 2008).

Para Gramsci, o fato de não existir, nessa região, uma maciça organização eclesiástica do tipo cristã tornaria mas fácil a adaptação ao ocidente em sua forma industrial, econômica e política. Esse juízo se repete para a Índia e para a China. Mas, enquanto para o Islam a dificuldade decorre de sua experiência de séculos de isolamento sob os regimes feudais, a Índia e a China passam pela dificuldade de seu secular entorpecimento social, cuja transformação deverá passar por uma enorme revolução. Embora os intelectuais leigos produzidos pelo industrialismo na Índia se tornaram expressão das classes médias e industriais, o autor não percebia neles um novo espírito crítico difuso, capaz de formar uma opinião pública que se contraponha ao velho modo de conceber a realidade. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C6, §32, p. 136-140). Todavia, constituíam uma categoria capaz de criar as escolas para as massas indianas. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C2, §86, p. 97).

A distância entre a religião oficial e as crenças populares alcança sua máxima expressão na Ásia Oriental, onde a religião do povo não tem nada a ver com aquela dos livros. Na China, por exemplo, há um sistema de escrita próprio das classes dominantes e de seus intelectuais, da mesma forma que existia na Europa Ocidental e Central, na Idade Média, o latim médio como língua das classes dominantes. Nessas condições, não pode existir na China uma cultura popular de ampla difusão, e a oratória é a forma mais popular de difusão de cultura. Essa enorme separação entre os intelectuais e o povo é um dos elementos mais importantes de estratificação social e de fossilização de alguns estratos. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C5, §23, p. 103-110).

De acordo com Gramsci, o erro do intelectual consiste em acreditar que possa realmente ser um intelectual mesmo quando destacado do povo-nação, sem sentir as paixões do povo, compreendendo-as para explicá-las e justificá-las em determinada situação histórica. Sem essa conexão, as relações entre intelectuais e povo-nação se reduzem a uma natureza puramente burocrática e formal, e os intelectuais tornam-se uma casta ou um sacerdócio. (GRAMSCI, 2006, v. 1, C11, §67, p. 221-222).

Nesse caso, os intelectuais não saem do povo, ainda que alguns deles sejam de origem popular; não se sentem ligados ao povo, não o conhecem e não sentem suas necessidades, suas aspirações e seus sentimentos difusos; ao contrário, em face do povo, são algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta e não uma articulação do próprio povo. (GRAMSCI, 2002, v. 6, C21, §5, p. 39-45). Uma característica desses intelectuais é conceber a si mesmos como continuação ininterrupta da história, independente da luta dos grupos e não como expressão de processo dialético, pelo qual todo grupo social dominante elabora uma categoria de intelectuais própria.

Gramsci destaca que, mais do que os elementos de esquerda, o Papa conhece o mecanismo de reforma cultural das massas populares-camponesas. Foi nesse sentido que os jesuítas realizaram muitos estudos dirigidos, para finalidades práticas, de conhecer as organizações de hegemonia cultural e moral tanto na Ásia, como China e Índia, quanto na América do Sul, como Brasil e Paraguai. Ou seja, para apressar o processo de convencimento das massas, era necessário conquistar os seus dirigentes naturais, os seus intelectuais. Isso significava, por sua vez, conhecer o modo de pensar e a sua ideologia para entender a sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de

destruí-la ou assimilá-la, ou formar grupos intelectuais de novo tipo. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C7, §71, p. 157-158).

De acordo com Derek (2008), encontramos nessa análise de Gramsci a mesma que o autor fez sobre o cristianismo: a ligação entre religião popular e a do povo, o papel da reforma protestante e a função dos intelectuais. A solução preconizada foi a de uma grande frente única entre o proletariado revolucionário da “cidade do mundo” e os camponeses da “zona rural do mundo”. Para realizar tal aliança, o papel que os intelectuais e dirigentes não comunistas desempenharam foi de importância, no sentido de retirar os camponeses de um tipo de ideologia religiosa que encontra seu aliado nas forças da reação, validando, dessa forma, o mesmo modelo da Itália meridional para o “sul do mundo”, o que demonstra o seu interesse em pensar sobre como construir a Revolução a partir de outras periferias do mundo.

A REVOLUÇÃO NA RUSSIA

Quando a periferia torna-se o centro revolucionário

Gramsci, desde sua juventude em Turim, como estudante, e depois como jornalista e membro do Partido Socialista Italiano, por volta de 1913, já revelava sua grande capacidade crítica e de antecipação de fenômenos culturais e políticos importantes (LAJOLO, 1982, p. 22-23).

Ao longo de seus escritos, desde a juventude até a maturidade reconheceu e exaltou como obra primorosa a dos revolucionários russos, especialmente Lênin, pois ele foi capaz de traduzir para a realidade russa, a fórmula marxista da ditadura do proletariado, transformando em forma estatal as experiências históricas e sociais do proletariado russo.

Esta tradução leninista converte-se em grande estímulo para o autor conhecer melhor a sua própria realidade, e ao incorporar tal tradução ao ambiente italiano, deu a ela uma expressão original que, por sua vez, expressou sua universalidade. Nesse capítulo pretendemos mostrar como Gramsci viu a Revolução Russa, e como ele traduziu Lênin à realidade italiana. A hipótese que pretendemos desenvolver é a seguinte: Gramsci viu a Rússia como a grande periferia que tornou-se o centro revolucionário impactando tanto o Ocidente quanto o Oriente. Nesse processo, a NEP (Nova Política Econômica) poderia ser considerada a expressão de uma guerra de posição produzida pelo oriente russo com o intuito de enfrentar a revolução passiva desencadeada pelo ocidente. Entretanto, por volta de 1929, com o estabelecimento da ditadura stalinista e a desarticulação da NEP, bem como da aliança operário-camponesa, a Rússia retornaria a sua condição periférica?

1. A Rússia como o centro revolucionário:

Gramsci viu a Rússia como a grande periferia que tornou-se o centro revolucionário impactando tanto o Ocidente quanto o Oriente. “E mais uma vez a luz vem do Oriente e se irradia sobre o velho mundo ocidental que se espanta com isso” (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 104). É dessa forma que Gramsci, mesmo dispondo de

informações precárias sobre os eventos russos, assim como a maioria dos socialistas ocidentais da época, entende e expressa a Revolução Russa (fevereiro de 1917).

O autor celebra os bolcheviques como homens que se alimentaram do pensamento marxista, eliminando as incrustações evolucionistas da época. Posteriormente no famoso artigo *A revolução contra o capital*, Gramsci mostra que a revolução dos bolcheviques (outubro de 1917) é justamente a revolução contra os liberais, que se utilizavam da obra de Karl Marx para defender a tese de que a Rússia deveria passar necessariamente por uma etapa de desenvolvimento da burguesia, consolidação do capitalismo e instauração de uma civilização de tipo ocidental, para que depois o proletariado pudesse pensar em suas reivindicações de classe (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 126-130).

Ao contrário disso, os bolcheviques fizeram explodir esses esquemas ao renegarem não *O Capital* em si, mas sim um determinado “materialismo histórico” baseado numa doutrina rígida, dogmática, contaminada de concepções positivistas naturalistas e evolucionistas. Eles compreenderam a realidade e especificidade dos fatos sociais e econômicos russos, e os próprios revolucionários se imputaram o desafio de criar condições de chegar rapidamente à altura da produção do mundo ocidental, começando a partir do progresso já realizado em outros lugares.

Gramsci acompanha atentamente a construção da revolução russa a fim de apreender exemplos para o movimento socialista italiano e percebe que não basta negar mesmo que radicalmente a ordem vigente, é preciso materializar nova subjetividade construindo a incipiente vida material e cultural, ou seja, uma nova hegemonia. (DEL ROIO, 2007). Para tanto, os revolucionários russos passaram a pensar e construir instituições políticas que garantissem esse desenvolvimento e assegurassem a sua permanência no poder. Foi dessa forma que o oriente russo sob o domínio de um Estado fortemente burocratizado, coercitivo, com uma burguesia débil sem hegemonia, possibilitou uma vitoriosa revolução conduzida por um partido operário. Seguir-se-ia um difícil processo de construção hegemônica.

A organização primordial foram os sovietes, onde todos os trabalhadores faziam parte influenciando nele e o modificando a fim de torná-lo expressivo de suas vontades e desejos. É um organismo (poder organizado das massas) que adere de modo plástico aos múltiplos carecimentos econômicos e políticos do povo russo. A acumulação de capital,

necessária para o progresso econômico, é administrada pelo Estado dos soviets, que suscitando a unidade entre os camponeses e operários, revela uma possibilidade de desenvolvimento social. Assim, os soviets e o Partido Bolchevique completam-se continuamente orientando a política russa no sentido de coincidir com a vida moral.

A unidade dialética ocorre também entre teoria e prática, entre os intelectuais e a massa, pois os intelectuais orgânicos a classe proletária são os que elaboram e tornaram coerentes os seus princípios, encontrando nesse contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Nesse contato, os intelectuais orgânicos imbuídos da filosofia da práxis buscam desenvolver o trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum (agregado caótico de concepções desagregadas, incoerentes, inconseqüentes, pensamento imediato, acrítico, supersticioso) para o progresso intelectual em massa.

Quando se forma um grupo social homogêneo, forma-se também, contra o senso comum, um modo de pensar coerente e sistemático, uma filosofia nova ou uma autoconsciência crítica que demanda histórica e politicamente a formação de intelectuais, que no caso da classe subalterna, se trata de um processo longo, difícil e cheio de contradições porque está ligada ao movimento de disciplina e elevação da cultura da massa, numa passagem de grupos ou de indivíduos para o estrato dos intelectuais especializados. Isso significa que uma classe não se distingue ou se torna independente “para si” sem se organizar, pois é necessária a formação de intelectuais, dirigentes, e pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica o que contribui de forma criadora em ligação orgânica com a massa na discussão e no desenvolvimento de novos conceitos críticos.

É nesse sentido que Gramsci sublinha a importância dos partidos políticos como elaboradores de vontades coletivas e novas intelectualidades, na medida em que elaboram e difundem concepções de mundo integrais de dimensão universal e funcionam como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos podem ser considerados escolas da vida estatal, resistência aos impulsos das culturas ultrapassadas pela vontade de sustentar o novo tipo de cultura e de vida, consciência de agir para um fim superior através da disciplina interna do partido que se transforma em autodisciplina porque nele a necessidade já se tornou liberdade.

Entretanto,

determinados movimentos concebem a si mesmos como marginais; pressupõem, portanto, um movimento principal no qual devem se inserir para reformar determinados males pretensos ou verdadeiros, isto é, são movimentos puramente reformistas. Este princípio tem importância política porque a verdade teórica de que cada classe possui apenas um partido é demonstrada, nos momentos decisivos, pelo fato de que agrupamentos políticos variados, cada um dos quais se apresentava como partido “independente” se reúne e unifica em bloco. A multiplicidade existente antes era apenas de caráter “reformista”, isto é, referia-se a questões parciais, em certo sentido era uma divisão do trabalho político (útil, em seus limites); mas cada parte pressupunha a outra, tanto que nos momentos decisivos, quando as questões principais foram postas em jogo, formou-se a unidade, criou-se o bloco. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C15, § 6, p. 328-329).

A formação dessa unidade pode ser comparada a construção de um monumento feito de uma só pedra de grandes dimensões. Ela é possível no momento em que as questões secundárias, parciais, os interesses imediatos, conteúdos estreitos, mesquinhos, corporativistas e as atitudes arbitrárias são substituídas por uma perspectiva de ação universal. Sua construção tem como ferramenta principal a crítica feita ao complexo ideológico anterior pelos sujeitos da nova fase. Através da crítica tem-se um processo de distinção e de modificação do peso que as velhas ideologias possuíam.

Nesse processo, o que era secundário e subordinado tornar-se principal e núcleo de um novo complexo ideológico e, assim, a velha vontade coletiva se desagrega, deixando cada vez mais claro que eram apenas produto de determinadas relações sociais. Esse é um processo de destruir "relações" invisíveis, impalpáveis ainda que se escondam nas coisas materiais, sendo assim, difícil. É um método de remover obstáculos exteriores e mecânicos, para trazer à luz desenvolvimentos originais e espontâneos, e que faz aflorar o novo que se tornou "necessário" historicamente, ou seja, um partido de caráter homogêneo, integral e independente porque possui perspectiva de ação universalizante.

Gramsci entende, portanto, que a condição subalterna só é transformada na medida em que os grupos subalternos conquistam uma organicidade ao se unificarem em torno de um projeto teórico e prático de ação social autônoma e totalizante construído junto ao movimento da realidade e num consenso alcançado através do enfrentamento e superação das polêmicas, o que produz por sua vez, uma síntese das posições conflitantes entre os sujeitos associados e expressa a perspectiva da totalidade.

Nesse momento tem-se a formação de uma nova subjetividade ou vontade coletiva rompendo a cultura subalterna porque a auto-organização representa uma cisão com a ordem dominante vigente e explicita a contestação da própria subalternidade e dos fragmentos culturais e ideológicos que a compõe (DEL ROIO, 2007).

Nesse processo, a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (consciência política) é a primeira fase de uma autoconsciência que progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo unitária, quando uma pessoa age e reflete segundo uma concepção crítica do real, ou seja, segundo uma concepção que superou o senso comum.

O método de transição é a “ditadura do proletariado” que significa um Estado de classe, que deve enfrentar os problemas de defesa interna e externa. É a instituição fundamental que impede os golpes de mão das minorias facciosas; tem a função de educar o proletariado para o exercício do autogoverno e de desenvolver sua tarefa de suprimir a propriedade privada e das classes. Esse método de transição permitirá criar e solidificar os organismos permanentes nos quais a ditadura se dissolverá (GRAMSCI, 2004, v.1, p. 200-209). Importa aqui a natureza das relações que existe entre os líderes e o Partido da classe operária. Os líderes fazem parte desta classe e devem representar seus interesses e suas aspirações. Dessa forma as relações do Partido com a classe operária se tornam orgânicas e históricas, assim como Lênin se ligou ao proletariado russo, ao desenvolvimento de um novo processo histórico na Rússia.

Para os grupos sociais, que antes de conquistarem uma vida estatal autônoma, não viveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio, é necessário um período de “estatalatria” ou “governo de funcionários” (GRAMSCI, 2001, v.2, C8, §130,p. 279-280). Esse é um momento em que um grupo social se identifica com o Estado no sentido restrito (força coercitiva e punitiva de um país), mas num movimento de criação de uma nova civilização, de um novo tipo de homem e de cidadão, ou seja, com o objetivo de construir uma complexa e articulada sociedade civil, que produza, por sua vez, novas formas de vida estatal que supere os corporativismos econômicos e onde cada indivíduo governe a si mesmo, tornando-se continuação orgânica e espontânea da vida estatal.

Dessa maneira, todo indivíduo (de um determinado grupo) é funcionário do Estado, não no sentido de um empregado submetido ao controle hierárquico da

burocracia estatal, mas no sentido de que sua ação se identifica espontaneamente com os fins do Estado ou da sociedade civil (GRAMSCI, 2007, v.3, C8, §142, p. 282-283). Portanto, é um Estado que se dissolve na sociedade comunista, pois nela, Estado, governo e sociedade civil se identificam.

Antes, no entanto, como dito acima, se passará por uma fase de Estado restrito ou “guarda-noturno”, ou ainda, como expressa Lassalle¹², “veilleur de nuit”, que corresponde em italiano ao Estado *carabiniere*, significando uma organização coercitiva com a função de proteger os elementos da sociedade comunista em desenvolvimento e que, para tanto, poderá produzir intervenções autoritárias e coativas (GRAMSCI, 2001, v.4, C26, § 6, p.85-86).

O Estado de transição tem como objetivo suprimir a concorrência mediante a eliminação da propriedade privada, das classes e das economias nacionais criando novas experiências associativas da classe operária que devem substituir o Estado democrático-parlamentar. São organismos que ligam as fábricas entre si numa unidade econômica elementar, que por sua vez, se ligam as várias atividades da indústria agrícola construindo assim, um edifício harmônico da economia nacional e internacional. Tal princípio, associativo e solidarista é importante, uma vez que modifica a psicologia e o modo de vida dos operários e dos camponeses.

Nesse momento de transição, as instituições tradicionais continuarão a persistir até a supressão de todo resíduo de concorrência. Entretanto, ao mesmo tempo devem se desenvolver as instituições de novo tipo, capazes de assumir o poder de direção para criar as condições objetivas que torne impossível qualquer dualismo de poder entre os organismos de luta da classe proletária e o capitalismo, visto que não há convivência pacífica entre o parlamento e o sistema de soviets, ou seja, entre ditadura burguesa e a ditadura proletária.

Como exemplo citamos o soviete húngaro, em 1919, quando os líderes dos sindicatos que possuíam uma psicologia burocrático-reformista criaram obstáculos para a ditadura do proletariado, formando um Estado no interior do Estado. Esses líderes afirmavam que a classe operária era imatura para a gestão direta da produção, e

¹² Ferdinand Lassalle, *Programma operaio* [1863], Roma, 1903. Para Lassalle, estatista dogmático, que se inspira na concepção hegeliana do Estado ético, a fórmula do Estado-guarda-noturno tem significado depreciativo. (GRAMSCI, 2007, v.3, p. 402).

defenderam a conservação da burguesia em suas posições principais de classe proprietária.

Na Alemanha, um importante dirigente do Partido Social-Democrata Alemão, de origem sindical, Gustav Noske, chefiou, em 1919, de dentro do ministério da Defesa do governo uma dura ação repressiva contra as correntes de esquerda, agrupada na Liga Espartaquista culminando no assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Posteriormente, com o comportamento burocrático e reformista dos socialistas alemães e a morte de importantes líderes revolucionários, a Alemanha fracassará em sua missão de europeizar a Revolução Russa, de europeizar o sistema de conselhos (GRAMSCI, 2004, v. 1, p.334-337). Percebe-se, então, que os sindicatos assumem um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida para objetivos que vão além do limite da luta corporativa, valorizando o lado político da ação sindical. O sindicato como reflexo de uma determinada indústria e valorização de capacidade técnica transformou-se em uma ilusão, na medida em que as suas intervenções na luta de classe tornaram-se mais freqüentes, os postos de direção foram transformados em postos puramente burocráticos.

Da mesma maneira, na Itália, o Partido Socialista, permaneceu um mero partido parlamentar que se mantinha imóvel no interior dos estreitos limites da democracia burguesa e que se movia somente depois que as massas o impulsionavam. Frente aos movimentos espontâneos dos trabalhadores, o Partido Socialista Italiano se limitava a vagas manifestações de solidariedade sem capacidade de fornecer uma orientação geral que unificasse a ação revolucionária.

Exemplo do explicitado acima foi a atitude do partido frente a “greve dos ponteiros” ocorrida em 1920 (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 318-323), marco da combatividade operária na Itália e da competência e do poder das comissões internas das fábricas contra a direção da FIAT. Mesmo envolvendo cerca de 500 mil operários e camponeses, a greve foi desautorizada pela central sindical e não recebeu nenhum apoio do Partido Socialista, que abandonou os centros operários revolucionários a si mesmos. O movimento foi assim derrotado, seguido de uma forte reação capitalista.

A tática parlamentar é uma iniciativa capitalista para criar a ilusão de que as instituições democráticas podem ser corrigidas e melhoradas, sem que se suprima o Estado capitalista. Os socialistas, ao participarem desta instituição, deixaram de se

manter contrários à ordem existente, aceitaram a ilusão produzida pela tática parlamentarista da “conquista do Estado” e “esqueceram” que é no Estado que a classe proprietária capitalista se coloca como aparentemente “neutra”, acima dos conflitos entre as classes com o objetivo de manter os seus privilégios. Daí se originaram as contradições internas, os desvios e hesitações. Exemplo disso foi quando a maioria dos partidos da II Internacional decidiu apoiar os governos burgueses e seus respectivos países na Primeira Guerra Mundial Imperialista, culminando na “bancarrota da II internacional”¹³, em 1915.

Essa é uma nova posição ideológica caracterizada pelo social-reformismo que procura conciliar o poder burguês (o parlamento) com o poder proletário (o sistema de conselhos). Ideologia muito presente nos sindicatos, apesar das doutrinas sindicalistas afirmarem que a organização sindical tem como objetivo suprimir o lucro individual, a exploração do trabalho e eliminar o capitalista do processo industrial de produção. Não podendo realizar essa meta imediatamente, os sindicatos dirigem seus esforços para objetivos imediatos de melhoria das condições de vida do proletário, reivindicando melhores salários e um conjunto de leis sociais, deixando intacta a ordem da produção capitalista.

Ao contrário, no centro revolucionário russo a subalternidade foi negada, o comportamento reformista dos sindicatos foi superado pelo desenvolvimento paralelo dos conselhos de produção, os sovietes. Os conselhos, os sindicatos e partidos mantinham relações influência mútua e contínua que permitia não só corrigir defeitos obscuros em suas constituições mas também possibilitava que todos expressassem uma vontade única, evitando valorizar os operários industriais em detrimento das massas não organizadas por profissão.

¹³ Em 1915, Lenin escreveu *A bancarrota da II Internacional*. Neste texto, o autor, faz uma análise da crise política da organização internacional que aglutinava os vários partidos da Europa com extensões em outros continentes e, procura uma explicação científica para a sua bancarrota. Segundo a sua análise, isso aconteceu porque o *social-chauvinismo* aceitou a ideia de defesa da pátria apresentada pela guerra imperialista e fez uma aliança traidora entre as “castas” superiores do proletariado e a burguesia, renunciando as ações revolucionárias. Portanto, o *social-chauvinismo* coincide com o oportunismo, pois estavam ganhando vantagens com essa prática de aliança (muitos estavam apoiando a guerra para preservar suas instituições). Esse oportunismo foi cultivado pelo legalismo, por aqueles que entendiam que só era possível chegar ao poder pelas vias legais. Esses não contestam o poder do capital e da sociabilidade que ele gera; não pensam em outra sociabilidade (LENIN, 1975).

O partido russo tinha, portanto, a função de mola propulsora tanto para a luta política, quanto econômica e trabalhava para conquistar e se tornar majoritário nos organismos de base como os soviets, e os conselhos de produção, os quais absorviam toda a massa dos produtores em contato com o processo produtivo e que não demandavam apenas melhores condições de trabalho ao sindicato, mas vislumbravam a possibilidade da passagem para outro regime (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 313-318).

O partido encontrou nos organismos de base uma comunidade que começava a se autogovernar com potencial de ampliar-se indefinidamente com características de universalidade. Decorre disso a conclusão de que, quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa acontece uma revisão de todo o modo de pensar, porque já aconteceu uma transformação no modo social de ser: um protagonista, ativo e empreendedor e não mais simples “resistência”.

De acordo com Del Roio (2007) os indícios apontam que para Gramsci qualquer forma de economicismo representa a permanência da subalternidade teórica ou cultural à ideologia da classe dominante porque a “unificação” necessária para a emancipação do subalterno também passa pela compreensão de que o econômico e o político (e o filosófico) são expressões de uma mesma realidade em movimento. A não compreensão dessa realidade unificada, mas ao contrário, dicotômica é própria do liberalismo que restringe a organização dos trabalhadores ao campo econômico o que é insuficiente para criar uma situação nova de hegemonia porque nega a política e a atividade intelectual revolucionária, a qual assume a perspectiva da totalidade. Portanto, as diversas formas de sindicalismo reformistas e o corporativismo apenas preservam a condição subalterna da classe operária porque reproduz a ideologia da classe dominante ao manter a falsa dicotomia entre o econômico e o político, entre a sociedade civil e o Estado (p. 13-19)

2. A tradução gramsciana do centro revolucionário russo à realidade italiana

Gramsci observou na experiência russa as relações que os diversos órgãos da luta de classe estabeleciam entre si, e procurou encontrar na Itália elementos que pudessem ser comparados a uma instituição que contivesse em si a possibilidade de universalidade. Se havia algum organismo na Itália que pudesse ser comparado aos soviets russos seriam segundo Gramsci, os conselhos de fábrica. Mas, tomando como

exemplo a Rússia, o Partido Socialista Italiano precisava deixar de ser uma organização parlamentar pequeno-burguesa e se tornar um partido do proletariado revolucionário.

Diante disso, Gramsci, juntamente com a seção socialista de Turim, organizados em torno do jornal *L'Ordine Nuovo*, publicou, em abril de 1920, um informe que criticava a ação e a orientação do Partido e denunciava a postura subalterna dos dirigentes socialistas que agiam como intermediários na manutenção da classe operária na situação de impotência. Propunha, então, um Congresso dedicado a discutir os problemas de tática e organização proletária e outra concepção de partido que fundasse seu poder e sua ação somente na classe dos operários industriais e agrícolas com auxílio dos demais estratos do povo trabalhador, expulsando os reformistas.

Essas críticas a princípio foram ironizadas pela direção do PSI, que acusou a seção turinense de indisciplina e espontaneísmo. Entretanto, as críticas também foram lidas em Moscou pelo comitê executivo da III Internacional, especialmente por Lênin, que as consideraram fundamentalmente justas, bem como urgente a realização do congresso extraordinário para examinar essas propostas e todas as decisões. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 411). Isso ocorreu no Congresso em Livorno, em janeiro de 1921, e resultou na fundação do Partido Comunista da Itália - PCI. (GRAMSCI, v. 1, p. 414-427).

Como dirigente do PCI, Gramsci se coloca o desafio de traduzir a situação russa para a singularidade da realidade italiana. O dirigente sardo percebeu a importância da tradutibilidade como método insistido por Lênin, em sua preocupação em evitar resoluções excessivamente russas, que não pudessem ser lidas nas linguagens europeias (GRAMSCI, 2006, v.1, C11, §46, p. 185). Essa preocupação metodológica o acompanha até mais tarde, quando já prisioneiro do Fascismo faz a seguinte reflexão numa correspondência à sua cunhada Tatiana Schucht:

O que quer dizer a expressão “dois mundos”? Que se trata de algo como duas terras que não podem se aproximar e estabelecer comunicação entre si? Se não quer dizer isto, mas se trata de uma expressão metafórica e relativa, ela faz pouco sentido, porque metaforicamente os “mundos” são inumeráveis [...]. A quantas sociedades pertence cada indivíduo? E cada um de nós não faz esforços contínuos para unificar a própria concepção de mundo, na qual continuam a subsistir fragmentos heterogêneos de mundos culturais fossilizados? E não existe um processo histórico geral que

tende a unificar continuamente todo o gênero humano? (GRAMSCI, 2005, v.2, carta n. 256, p. 100).

Para o autor duas civilizações ou “dois mundos” são reciprocamente traduzíveis, redutíveis um ao outro. Esse trabalho de tradução é entendido pelo revolucionário sardo não apenas como interpretar as linguagens especializadas, científicas, ou seja, o significado das palavras técnicas de diferentes épocas, mas “trasladar” os termos, inclusive conceituais, de uma determinada cultura nos termos de outra cultura que pode ser nacional, popular, hegemônica ou subalterna. Entretanto, isso não é feito de forma mecânica, porque esse processo implica a necessidade de conhecer criticamente duas civilizações, já que é um trabalho de traduzir um “significado” que atravessa diferentes níveis da sociedade passando pela superestrutura e chegando até a sua base, para então, da mesma forma emergir como um conceito linguístico próprio da outra sociedade. (GRAMSCI, 2005, v.2, carta 333, p. 236-238). Foi a partir dessa compreensão que Gramsci desenvolveu seu entendimento inovador e revolucionário sobre a questão meridional e traduziu a política de frente única para a realidade italiana e depois, realizou um espelhamento histórico entre as condições italianas e a de outros países, colocando a questão meridional como uma questão internacional.

Pode-se dizer que o PCI passou por uma crise de desenvolvimento até alcançar um nível de homogeneidade e unidade teórica, o que permitiu alcançar uma maior capacidade de ação. É possível observar o desenvolvimento e a superação dessa crise no acompanhamento dos debates realizados ao longo dos Congressos Nacionais do Partido.

O I Congresso do PCI, realizado logo após a sua fundação em Livorno, fixou-se apenas em tarefas de caráter organizativo imediato. A direção do Partido coube ao grupo liderado por Bordiga e foi organizado em torno do jornal *Il soviet*, publicado em Nápoles e Gramsci foi indicado para o Comitê Central.

O II Congresso realizou-se em Roma, em março de 1922. Nele, Bordiga apresentou suas teses sobre a tática, fortemente críticas em relação à política de frente única proposta pela Internacional Comunista. As teses de Bordiga foram votadas, mas ao voto foi dado um valor meramente consultivo (Gramsci, 1987, p.113). As teses sindicais foram apresentadas por Gramsci e por Tasca¹⁴ e apoiavam a política de frente

¹⁴ Angelo Tasca (1892-1960), com quem Gramsci morou logo após sua chegada a Turim, em 1911. Em 1919, juntamente com Gramsci, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, participou da fundação do semanário *L'Ordine Nuovo*. Foi também um dos fundadores do PCI, em 1921, em seguida alinhou-se com a direita nas lutas internas do Partido e terminou por se expulso dele em 1929.

única no plano sindical. Nesse Congresso, Gramsci é indicado para representar o PCI em Moscou, junto ao Comitê Executivo da IC no IV Congresso da Internacional Comunista realizado em 1922.

Essa postura crítica se justificava até então, pelo fato de que a fundação do PCI representou, para os seus dirigentes, uma luta para se separar do reformismo, reforçada pelas experiências históricas de fusão entre comunistas e social-democratas que, como na Hungria, sempre contribuíram para a derrota. Nesse sentido, qualquer ação da Internacional dedicada a obter uma aproximação com o PSI, como a proposta da frente única, parecia uma implícita negação da cisão de Livorno ou uma manifestação de arrependimento.

Coutinho nos alerta para o fato de que, nesta época, Gramsci ainda acreditava que a tática da “frente única”, embora pudesse ser aplicada no terreno sindical, não podia sê-lo no das alianças políticas (Escritos políticos, 2004, v.2, p.461, n.96). Contudo, conforme carta de 9/2/1924, o autor diz ter deixado claro que aceitara as teses de Roma somente pela razão de organização do partido, mas se declarou “favorável à frente única até sua normal consequência no governo operário” (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 179).

Já em sua estada em Moscou, em 1923, ocasião em que Gramsci teve contato mais estreito com a formulação teórica de Lenin, com outros bolcheviques e viu de perto todo o esforço que se fazia para recompor a economia russa, o autor percebe que a cisão com o PSI foi vista em seu valor imediato e mecânico, e que ela deveria ter sido adaptada à fórmula das cisões dada por Lênin¹⁵, segundo a qual, depois da separação se deve continuar a luta ideológica e organizativa contra aquelas correntes, procurando uma aliança contra a reação. Gramsci lamenta que:

Não soubemos traduzir em linguagem compreensível por todo operário e camponês italiano o significado de cada um dos eventos italianos dos anos 1919-1920; não soubemos, depois de Livorno, pôr o problema praticamente, que era a de conquistar a maioria do proletariado. (GRAMSCI, 2004, v.2, p.243).

A cisão se formou sobre uma base concreta e imediata: a separação dos reformistas e limitou-se em questões formais, de pura lógica de organização e

¹⁵ É o significado da frase de Lênin à Serrati “Separem-se de Turati, e depois façam a aliança com ele” (GRAMSCI, 1987, p. 110)

conservação de sua estrutura básica e luta física de defesa contra o fascismo. Ela acabou significando, além do afastamento da maioria do proletariado italiano da IC, um triunfo da reação, o fascismo (GRAMSCI, 2004, V. 2, p. 136-138). Não se partiu dos fatos italianos que davam razão à tática da Internacional, isto é, o fato de que o Partido Socialista Italiano manteve relações com as massas por mais de três décadas e a tática da IC propunha a conquista da influência sobre a maioria dessa massa com o objetivo de que no caso de retomada operária revolucionária, ela se organizasse em torno do PC e não do PS.

Foi nesse sentido que no IV Congresso Internacional Comunista se confirmou a necessidade de uma política de “frente única”, (já anteriormente proposta no III Congresso) e a criação de “governos operários e camponeses” como palavra de ordem para que o partido obtivesse um contato eficaz com as amplas massas e um princípio de movimento em largos estratos da classe operária.

Partindo dessa compreensão, o autor percebeu a necessidade de buscar uma nova síntese teórica que incorporasse as contribuições do grupo dirigente bolchevique e se sobrepusesse ao processo de cisão orgânica que se formava no interior do PCI, onde havia uma “esquerda” sob o comando de Bordiga, que criou um movimento minoritário se opondo abertamente à linha da “frente única”, inclusive com a iniciativa de redigir um manifesto aos militantes do Partido, convidando-os a escolher entre a IC e a direção do PCI, sobretudo no que se referia às propostas de “frente única” e de “governo operário e camponês”. E também um grupo à direita liderado por Tasca que era a maioria dentro do partido e que manobrava a situação se qualificando como verdadeira representante da Internacional na Itália, com o objetivo de obter, com o apoio da Internacional, o controle da direção o Partido de cima para baixo.

Gramsci entendeu que os dois extremismos reduziram o Partido a um papel bastante secundário. Especialmente no que se referia ao manifesto de Bordiga, Gramsci não estava de acordo com ele, nem em seu sentido legal, muito menos em sua substância que expressava uma função de partido, da qual o autor não compartilhava e se recusou veemente em assiná-lo (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 149-154). Gramsci tinha outra concepção de partido, de sua função e das relações que deve estabelecer com as massas, incluindo a população sem partido. Segundo o autor, num partido só uma classe

está representada e as diferentes posições que se convertem em correntes e frações não podem se solidificar numa estrutura permanente.

A ortodoxia da minoria em face da tática do Comintern era na verdade, uma concepção de Bordiga, que procurava fazer com que se tornasse a concepção do Partido, e faria com que o partido se colocasse em contraste com a maioria do proletariado revolucionário. Poderia significar também, ou uma tendência liquidacionista, que se manifesta em todo movimento revolucionários depois de uma derrota; um tipo de pânico próprio da pequena burguesia, ou um disfarce para obter a direção do Partido. Mas, acima de tudo significava o início de uma batalha contra a IC, na qual se pedia a revisão não só de toda a evolução tática, mas dos princípios gerais que estão em sua base (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 154-159).

Era preciso levar em conta, segundo o autor, que o estatuto da internacional dá ao Partido russo a hegemonia de fato na organização mundial, pois os russos se encontram numa situação mais vantajosa no conhecimento da situação em sua totalidade. Eles dispõem de uma quantidade abundante e precisa de informações, não somente da organização italiana, mas sobre toda a organização, principalmente sobre o Estado russo. Assim, suas orientações são fundadas numa base material, as quais os italianos ainda não dispõem.

Numa carta aberta, escrita em 1922, o Executivo Internacional orienta ao Comitê Central do PCI que renuncie as teses próprias e se contente com as teses elaboradas pelo III Congresso da IC e pelo Executivo ampliado de fevereiro. Mas,

Amadeo pensa que a tática da IC reflete a situação russa, ou seja, tem sua origem no terreno de uma civilização capitalista atrasada e primitiva. Ele pensa que, para os países mais desenvolvidos da Europa Central e Ocidental, esta tática é inadequada ou até mesmo inútil. Nestes países, o mecanismo histórico funcionaria segundo todos os preceitos marxistas: neles existe a determinação que faltava na Rússia e, por isso, a tarefa central deve ser a de organizar o Partido sem si e para si. Penso que a situação é bastante diversa. Em primeiro lugar, porque a concepção política dos comunistas russos formou-se num terreno internacional e não no nacional; e, em segundo porque na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de amplos estratos proletários, mas também – e por isso mesmo – criou um estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 183)

Gramsci entende que na Itália existe uma tradição socialdemocrata difícil de destruir apenas com a polêmica ideológica e é nesse sentido que se confirma, para o autor, a necessidade da “frente única” proposta pela Internacional. Primeiro pela necessidade de unificar o proletariado e destruir a tradição populista demagógica. Isso seria feito não fazendo oposição a toda a massa, mas especificando as divergências entre ela e seus líderes, aprofundando-as e generalizando-as, além de fazer propostas práticas de ação e organização.

Mais tarde, em 1932, Gramsci escreverá que as “teses sobre a tática”, escritas por Amadeo Bordiga por seu caráter extremamente sectário, são exemplos de “bizantinismo”, significando a tendência a tratar as questões teóricas como se elas tivessem um valor em si mesmo devido a sua coerência e lógica formal. Ao contrário, uma verdade mesmo sendo universal e expressa em fórmulas matemáticas, só tem eficácia porque pode ser expressa nas linguagens e situações concretas particulares, caso contrário, trata-se de “bizantinismo” (GRAMSCI, 2006, v.1, C9, § 63, p. 255-256).

Na verdade, na avaliação de Gramsci, diferentes partidos comunistas não souberam traduzir e aplicar concretamente, nos diferentes países, em suas condições específicas a diretriz do Comintern. Isso porque não souberam fazer política autônoma, criadora, que fosse centralizada na medida em que correspondesse aos planos gerais esboçados nos congressos da IC. Uma das causas que se explica isso, é o modo como concebiam o centralismo do Comintern (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 213-217). Gramsci explica que o tradicional centralismo democrático, proposto por Lênin:

consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar estreitamente o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão surjam como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros. Este esforço contínuo para distinguir o elemento “internacional” e “unitário” na realidade nacional e local é, na verdade, a ação política concreta, a única atividade que produz o progresso histórico. Ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, § 36, p. 92)

Então, o grande problema é a definição de partido, das relações entre o centro dirigente e a massa do partido por um lado, e entre o partido e as classes da população

trabalhadora por outro, que leva a uma errada formulação dos problemas da organização e da tática. Nesse sentido, novas clivagens apareceram na ocasião do III Congresso do PCI, realizado em janeiro de 1926, na cidade de Lyon, na França, quando Amadeo Bordiga propôs como forma de organização do partido o “centralismo orgânico” no lugar do tradicional “centralismo democrático”.

Segundo Gramsci o “centralismo orgânico” se caracteriza por uma doutrina rígida, formulada de maneira rigorosa e que tem a pretensão de fabricar um organismo perfeito e definitivo. Em tal tipo de organização surge um tipo de “direção sacerdotal”, um “comando autoritário” ligado a uma concepção mecânica da história e do movimento (GRAMSCI, 2007, v.3, C3, § 56, p. 199-200) porque as fórmulas serão repetidas de cor como algo artificial e a atividade será mecânica separada da vida real.

Essa forma de organização tende a gerar engano recíproco entre “dirigentes” e “dirigidos”, dando origem a hesitações, desconfianças e disputas pessoais, separando-os, devido a ausência de uma democracia real. Isso gera crise de comando que significa a dificuldade em consolidar a organização, de criar harmonia e lealdade recíproca, deixando clara a incapacidade, tanto do “dirigente”, quanto do “dirigido” de cumprir sua missão (GRAMSCI, 2007, v.3, C6, § 128, p. 252-253).

Ao contrário, no entendimento de Gramsci, o movimento histórico da realidade reage continuamente, tanto sobre a doutrina do partido, quanto sobre a sua composição física, determinando a luta teórica e prática e assim, faz elevar a consciência coletiva para níveis cada vez mais refinados. A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamentos coletivos construída de forma dialética pelo enfrentamento e superação das polêmicas e cisões, alcançando conseqüentemente, maior homogeneidade ideológica e pelo esforço individual concreto, pela disciplina interior e não daquela exterior e mecânica.

Esse tipo de organização é caracterizado pelo “centralismo democrático”, o que significa que ela não é considerada como algo definitivo e enrijecido, pois sua organicidade é um centralismo em movimento, numa contínua adequação da organização ao movimento da realidade. Contudo,

Nos partidos que representam grupos sociais subalternos, o elemento de estabilidade é necessário para assegurar a hegemonia não a grupos privilegiados, mas aos elementos progressistas, organicamente

progressistas em relação a outras forças afins e aliadas, mas heterogêneas e oscilantes. (GRAMSCI, 2007, v.3, C13, § 36, p. 89-92)

O centralismo democrático ao mesmo tempo em que leva em conta o movimento, é também estável e permanente, pois se move numa direção fácil de prever. O elemento da estabilidade está na direção, no desenvolvimento orgânico do núcleo central do grupo dirigente. Explicando melhor, nesse tipo de organização há uma contínua inserção dos elementos que brotam “do mais fundo da massa” no aparelho de direção, assegurando a continuidade e a acumulação regular das experiências. Assim sendo, há uma mútua implicação entre os impulsos que vem da periferia do partido e o centro da direção, equilibrando-os.

Dessa forma o núcleo da direção não se enrijece mecanicamente na burocracia evitando a manifestação do “centralismo burocrático” no Estado. Se isso ocorrer indicará que o surgimento das forças contrastantes está sendo sufocado por regulamentos ou por alguma outra deficiência, imaturidade ou primitivismo político das forças da base, o que por sua vez, indica que o grupo dirigente está saturado ou transformou-se num grupelho estreito que tende a criar privilégios mesquinhos.

De qualquer modo, deve-se destacar que as manifestações mórbidas do centralismo burocrático ocorreram por causa da deficiência de iniciativa e de responsabilidade na base, isto é, causa do primitivismo político das forças periféricas, mesmo quando elas são homogêneas com o grupo territorial hegemônico. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, § 36, p. 89-92)

Se há o predomínio do “centralismo burocrático” significa que as forças periféricas (seja em relação ao partido ou em relação ao governo) anularam sua personalidade e liberdade ao se enxergarem como meras executoras, não deliberantes, pois acolhem de forma servil e passiva às ordens, executam de forma mecânica as tarefas e aceitam uma autoridade arbitrária e irresponsável, imposta exteriormente. Essas forças periféricas não entenderam a disciplina como uma relação continuada entre “governantes e governados”, para a realização de uma vontade coletiva construída democraticamente, como assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar, ou seja, de uma consciência crítica.

Entretanto, o autor atenta para o fato de que sem um florescimento da individualidade e da personalidade do homem, a sua consciência crítica não pode aflorar. Esse desenvolvimento acontece justamente na luta contra um conformismo autoritário e retrógrado imposto a ele, seja pelo predomínio de uma parte sobre o todo presente num programa político de forma oculta (grupo sectários de intelectuais ou grupo territorial “privilegiado”), seja pelo predomínio de um programa político explícito e consciente proposto por sectários e fanáticos (culto pontífice, o Papa infalível).

Frente a essa situação, Gramsci propõe um núcleo no interior do PCI de companheiros que tivessem o máximo de homogeneidade ideológica que conseguissem imprimir a ação prática o máximo de unidade de orientação, constituindo um “centro dirigente” oposto tanto à “direita”, quanto à “esquerda” (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 149-154). E que fosse possível, no âmbito do Partido, ter opiniões diferentes e continuar a trabalhar em conjunto com o máximo de confiança recíproca e ingressar numa fase de mais clareza nas relações partidárias internas e nas relações entre o Partido e a IC. Gramsci avalia como erro ter colocado a questão organizativa do partido em primeiro plano e de forma abstrata, significando apenas criar um aparato de funcionários que fossem ortodoxos em relação à concepção oficial e sendo contrário até mesmo à formação das células de fábricas vista como um perigo para a unidade e o centralismo.

De acordo com o autor, era preciso conceber o Partido como resultado de um processo dialético, no qual convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade dirigente. E ter em conta que historicamente, um partido não é e jamais será definido, o que só acontecerá quando tiver se tornando toda a população e, portanto, desaparecido por ter alcançado o comunismo. Até lá o Partido atravessará várias fases transitórias e absorverá elementos novos por adesão individual ou de grupos. E a forma que poderá assumir dependerá mais do Executivo Internacional do que do Executivo Nacional. O centro dirigente do PCI, absorvido por seu trabalho organizativo não levou em conta que uma determinada linha política vinha sendo feita pela IC. Conforme o autor, “nosso programa atual deve reproduzir a tradição de intérprete fiel e integral do programa da IC (como disse Lênin). A palavra de ordem necessária hoje, é a do governo operário e camponês.” (GRAMSCI, 2004, v.2, p.248).

Reconhecendo a importância da colaboração de Amadeo Bordiga, Gramsci propõe construir um núcleo com o mesmo espírito daquele de 1919-1920, entre o grupo

L'Ordine Nuovo, quando nenhuma iniciativa era tomada sem relação direta com a realidade da fábrica, sem sondar a opinião dos operários sobre determinado assunto (GRAMSCI, 2004, v. 2, P. 206-212). Essas iniciativas apareceriam como tradução de uma necessidade sentida e difundida e jamais como aplicação de um esquema intelectual. Era fundamental reconhecer a importância das organizações de fábrica, desde a célula do Partido até a comissão interna, até a representação da massa em seu conjunto. Existia uma relação entre as células de fábrica e de aldeia, que se explicitava em lutas esporádicas e localizadas fora dos sindicatos oficiais que não cumpriam mais as suas funções e estavam em crise.

O partido deveria buscar contatar essas relações e influenciá-las, além de editar e fazer circular um jornal (bem barato) entre os camponeses pobres com o objetivo de popularizar a palavra de ordem do governo operário e camponês, que contém em si todas as reivindicações dos múltiplos partidos e tendências, sobretudo das massas camponesas que o fascismo desagregou, mas sem negligenciar a vontade política da classe operária e suas especificidades.

Foi no Congresso de Lyon, em 1926, que Gramsci apresentou pela primeira vez o seu esforço de tradução da tática de frente única para a particularidade da Itália (embora a sua essência já estivesse presente num artigo publicado em 1921, intitulado *O Congresso de Livorno*). Essa tradução expressa um avanço teórico significativo porque trouxe a questão dos intelectuais como um elemento novo para a teoria e prática política comunista. Esse esforço é “identificável com a refundação comunista¹⁶ empreendida por Lenin e pelos bolcheviques” (DEL ROIO, 2005, p. 164).

Segundo o autor, “a questão das relações entre cidade e campo na Itália, em função da questão meridional, assume uma forma nitidamente territorial” (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 191). Isso porque a unidade do Estado Italiano não ocorrera numa base de igualdade, mas como hegemonia dos capitalistas do Norte sobre o Sul, isto é, o Norte se enriquecia a custa do Sul e o seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional.

¹⁶ A “refundação comunista” foi um movimento do século XX, especialmente com Lenin e Rosa Luxemburgo, que fez o resgate teórico e prático da dialética materialista de Marx, da crítica ao imperialismo capitalista, do papel do campesinato no processo revolucionário e da cisão com o reformismo e da atualidade da revolução socialista internacional, conforme Del Roio (1998).

Esse era um problema nacional, que necessitava, para a sua superação, que o proletariado industrial setentrional se unisse ao camponês meridional, através de um representante: o intelectual médio que ocupava a administração pública. Nessa estratégia, não caberiam os socialistas, que estavam vinculados à burguesia industrial e eram, portanto, organicamente inimigos. Além disso, devido à dificuldade inerente à condição “subalterna” de construir seus próprios intelectuais orgânicos, função fundamental de seus partidos, essa aproximação política com os intelectuais meridionais representava uma fratura capaz de desagregar o bloco dos intelectuais, que é extremamente resistente.

Portanto, o trabalho foi traduzir a palavra de ordem do governo operário e camponês às condições concretas italianas. Em outras palavras, o método fundamental é operar a passagem de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais de cada sociedade, demonstrando seus aspectos positivos e situando cada aspecto parcial no interior da totalidade.

Levando a sério o exercício de tradução como método para operar a passagem de conceitos construídos numa determinada realidade à outra e, assim, de conhecer melhor a própria situação, mais tarde, em suas notas do cárcere, o dirigente sardo aponta algumas observações indispensáveis para a realização de uma política cultural de massas, quando se quer elaborar uma consciência coletiva nacional unitária e homogênea.

Primeiro, qualquer atividade moral e intelectual se expressa através de uma linguagem historicamente determinada, que carrega consigo uma profunda substância cultural. Os níveis desta linguagem são diversos: há, por exemplo, o nível provincial, dialetal, ou folclórico, o nível nacional-popular, o nível de uma determinada civilização (tradição religiosa, como a cristã, protestante, etc), além de uma cultura política. Portanto:

não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo”. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares. [...] Descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade, eis o mais delicado, incompreendido e, não obstante, essencial dom do crítico das idéias e

do historiador do desenvolvimento histórico. (GRAMSCI, 2001, v. 2, C24, § 3, p. 205).

Segundo, o desenvolvimento de uma nova cultura intelectual e moral não é simultâneos em todos os estratos, pois existem muitos conformismos e muitas lutas por novos conformismos, além das diversas combinações entre o que é e o que se quer ser. Assim, as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões ocorrem através de “combinações sucessivas” variadas e incontroláveis. Da mesma forma que um material técnico obsoleto para uma civilização ainda é utilizado durante muito tempo por outra civilização, na qual ainda representa um progresso técnico, assim se combinam, na esfera da cultura, as diversas camadas ideológicas, com a diferença de que na esfera da técnica as inovações se difundem com relativa rapidez e simultaneidade, enquanto que na esfera da cultura as inovações são mais lentas e graduais, isto porque a cultura é produto de uma complexa elaboração. Assim, não há uma única linha de movimento progressista, mas múltiplas, e por vezes, ocorrem retrocessos na linha “mais” progressista.

Terceiro, a elaboração de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, embora principal, não pode ser a única. O trabalho educativo e formativo, desenvolvido por um centro homogêneo de cultura para a elaboração de uma consciência crítica deve ser articulado e graduado, numa combinação entre a lógica formal e dialética, de identificação e distinção, de demonstração positiva de construção e de destruição do velho. Isso deve ser feito de modo concreto e com base no real, nas experiências efetivas.

No caso da Itália, era preciso fazer com que as massas do PCI atingissem um nível político igual ao atingido pelos maiores partidos da IC. Para tanto, era necessário, sobretudo, assumir a bolchevização do PCI que implicava assimilar o marxismo em sua forma leninista e saber construir a unidade que expressa a síntese das posições conflitantes. A luta na frente ideológica foi negligenciada pelo movimento operário na Itália, onde o marxismo (exceto com Antonio Labriola)¹⁷ foi estudado mais pelos intelectuais burgueses que o deformaram para colocá-lo a serviço da sua política. Em contraste era preciso colocar como dever do militante o conhecimento das doutrinas do marxismo-leninismo, pelo menos, em seus aspectos gerais, como a concepção de centralização e unidade de teoria e prática que até então, foram concebidas de modo

¹⁷ Antonio Labriola (1843-1904), importante filósofo marxista italiano.

mecânico, bem como, o Comitê Executivo deveria ser visto como todo o Partido e não tal qual parte dele, como um organismo que o representa e dirige, mas numa dialética entre centro dirigente e periferia do partido:

Centralização significa, sobretudo, que – em qualquer situação, mesmo sob um duro estado de sítio, mesmo quando os comitês dirigentes não puderem funcionar por um determinado período ou não tiverem condições de se ligar à periferia – todos os membros do Partido, cada qual em seu ambiente, sejam capazes de se orientar, de saber extrair da realidade os elementos para estabelecer uma diretriz, afim de que a classe operária não se abata, mas sinta que continua sendo dirigida e ainda pode lutar. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 297).

Em vista disso era preciso, segundo Gramsci, que o Partido se separasse não apenas do reformismo, mas também do maximalismo, uma concepção mecânica da doutrina de Marx, que no PCI era caracterizada pela intransigência que no limite considerava inútil a luta diária, e se colocava à espera da situação objetiva que “inevitavelmente” levaria as massas para a revolução. Mas, ao contrário, Gramsci aprendeu de Lênin a necessidade de aproveitar todas as fissuras apresentadas pelo bloco inimigo e também utilizar de todo aliado possível, ainda que incerto, oscilante e provisório. Isso significa que, antes de enfrentar o inimigo em campo aberto, para vencê-lo é necessário ter realizado uma série de planos táticos, com o objetivo de desagregar seu aparelho organizativo de ataque e defesa até o esgotamento de suas reservas. A estreiteza e as restrições mentais, tendências bizantinas provocam lutas dramáticas que se tornam as práticas, por meio das quais se realiza o desenvolvimento histórico.

3. A recomposição da Rússia como Periferia

Foi a partir do ponto de vista descrito acima que Gramsci analisou o agravamento da situação social e política na União Soviética, quando Trotski, Zinoviev, Kamanev e outros, constituíram um bloco de oposição à maioria do grupo central leninista liderada por Stalin e Bukharin. Nesse debate, foram discutidas questões de política econômica, como exemplo, a relação do poder soviético com a economia

camponesa. A concepção predominante defendia a aliança entre a classe operária e camponesa. Trotski e a oposição de esquerda defendiam a industrialização acelerada para impedir o retorno ao capitalismo e propuseram que os custos deste processo recaíssem, essencialmente sobre a propriedade camponesa (GRAMSCI, 2002, v.5, n.100, p.380).

Segundo Trotski, as tendências socialistas e capitalistas continuavam a se enfrentar no interior da sociedade russa, e de maneira ainda mais intensa depois da morte de Lênin apresentando um retrocesso na relação de forças entre as classes. Dentre os argumentos sobre o retrocesso que expressavam não apenas o bloco de oposição, mas também os críticos em geral, era o de que a NEP, ao tolerar a pequena e média propriedade agrária, preservou o caráter burguês da propriedade e contribuiu para a rápida formação de uma camada de privilegiados, fazendo recuar a sociedade para o capitalismo.

Nos escritos *In che direzione se sviluppa l'Unione Sovietica?* e *L'URSS verso il comunismo*, publicados em 1926, no jornal *L'Unità* Gramsci, com base nas reflexões de Lênin e Bukharin, rebate esses argumentos. Segundo o autor a pequena propriedade familiar organizada em cooperativa de produção, venda e consumo, seria o caminho para a industrialização do campo e a absorção do campesinato na produção mercantil, transformando-o em classe operária. O elemento a destacar é que o campo era propriedade coletiva e não privada, e assim, preponderavam os elementos socialistas tanto na economia, quanto na política. Portanto, não se podia falar sobre volta ao capitalismo. Era a força da aliança entre proletários e camponeses que impediria o fortalecimento econômico do campesinato que poderia ter interesse na restauração do capitalismo (DEL ROIO, 2005, p. 155-156).

De forma súbita, Gramsci recebeu através de Togliatti¹⁸ (que estava em Moscou), a informação sobre a iminente cisão do grupo central leninista anunciada por Trotski, em julho de 1926. Na ocasião, Gramsci ficou encarregado de redigir uma carta pelo Birô Político do PCI ao Comitê Central do Partido Comunista da Rússia Bolchevique, cujo conteúdo apresentava a seguinte análise: a atitude do bloco de

¹⁸ Palmiro Togliatti (1893-1964), amigo de Gramsci desde os tempos em que ambos frequentavam a Universidade de Turim, foi um dos fundadores de *L'Ordine Nuovo* e, depois, PCI. Após a prisão de Gramsci, em 1926, Togliatti tornou-se o principal dirigente do PCI até a sua morte.

oposições feria o coração da doutrina leninista, isto é, o princípio da hegemonia do proletariado e a união orgânica do partido mundial dos trabalhadores, pois:

É o princípio e a prática da hegemonia do proletariado que estão postos em discussão; são as relações fundamentais da aliança entre operários e camponeses que estão sendo abaladas e postas em perigo, ou seja, os pilares do Estado operário e da revolução. Jamais ocorreu na história que uma classe dominante, em seu conjunto, se visse em condições de vida inferiores a determinados elementos e estratos da classe dominada e submetida. Residem em tal contradição os maiores perigos para a ditadura do proletariado, sobretudo nos países onde o capitalismo não alcançou um grande desenvolvimento. É desta contradição que nascem o reformismo e o sindicalismo, que nascem o espírito corporativo e as estratificações da aristocracia operária. Se não superar essa contradição, não pode manter sua hegemonia, se não sacrificar tais interesses imediatos em nome dos interesses gerais e permanentes da classe. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 390).

O problema da hegemonia do proletariado num país onde a massa de trabalhadores camponeses é grande, pode se apresentar também na Itália de forma mais complexa por causa da densidade da população rural italiana, que é muito maior do que na Rússia. E ainda, pelo fato de que os camponeses italianos têm grande tradição organizativa, com peso na vida política nacional visto que, o aparelho organizativo eclesiástico com dois mil anos de tradição se especializou em sua organização. Além disso, a indústria italiana não dispõe de matérias-primas no país, o que a deixa exposta a crises. Isso significa que também na Itália, assim como na Rússia, o proletariado só poderá desempenhar sua função dirigente se tiver um grande espírito de sacrifício e se liberar completamente de todo corporativismo reformista ou sindicalista, inclusive, eventualmente manter-se em condições de vida inferiores às de camadas sobre as quais exerce sua hegemonia (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 384-393).

O que está na base da ideologia do bloco de oposições, segundo Gramsci, é o renascimento da tradição socialdemocrata e do sindicalismo tão enraizado nas organizações ocidentais, que tanto obstaculizou o proletariado ocidental a se organizar em classe dirigente. Tal erro levaria à paralisação do processo de bolchevização dos partidos ocidentais, que estava em desenvolvimento porque cristaliza, com a cisão, os desvios de direita e de esquerda, tornando novamente distante o êxito da unidade orgânica do partido mundial dos trabalhadores. Portanto, Gramsci conclui que a oposição representa na Rússia os velhos preconceitos do corporativismo de classe e do

sindicalismo, que pesam sobre a tradição do proletariado ocidental e atrasam o seu desenvolvimento ideológico e político.

O bolchevismo consiste em ser ideológica e politicamente firmes também nas situações difíceis. E existe ainda mais porque o reformismo, com sua tendência ao corporativismo de classe, com sua incompreensão do papel dirigente da vanguarda, papel a ser conservado mesmo com sacrifícios, é muito mais enraizado no Ocidente do que o era na Rússia. (GRAMSCI, 2004, v.2, p.401).

É nesse sentido que Gramsci entende como papel do PCI através da carta, contribuir para a criação de um plano unitário, no qual as diversas tendências e personalidades pudessem se reaproximar, fundirem-se ideologicamente e assim, construïrem a unidade de forma leal, obtida pela convicção e não de forma mecânica ou coercitiva. A aceitação leal dos princípios fundamentais da disciplina revolucionária do partido por parte da minoria é importante, já que influi não apenas nos diversos partidos, mas sobretudo, nas grandes massas trabalhadoras, politicamente estratificadas de modo contraditório, mas tendentes à unidade.

E o PC da URSS é um elemento de organização e de propulsão da energia revolucionária, na medida em que as massas ocidentais européias vêem na República dos Sovietes e no Partido uma unidade de combate, onde não existem linhas opostas e completamente divergentes em todas as questões e que se movem em conjunto para o comunismo. A unidade do partido é o núcleo da teoria leninista. É deste ponto de vista, que caso fosse necessário, o PCI se pronunciaria. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 384-402). A partir de uma proposta de Togliatti, a carta não foi remetida, o qual conhecendo a situação de perto a julgou inoportuna para o momento.

Na base da cisão estava a polêmica sobre o “socialismo em um só país”, defendida por Stalin e Bukharin, ocasião em que Trotski foi posto em minoria no seio da direção bolchevique, ao defender a “revolução permanente”, que voltaria ao centro do debate soviético entre 1924 e 1926. Conforme Trotski, a revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer, pois sucumbirá vítima das contradições internas e externas. Isso porque o desenvolvimento capitalista nas economias nacionais de países como a Rússia, na fase da economia imperialista, segue uma linha de desenvolvimento “desigual e combinado”, ou seja, é uma confusão de diferentes fases de desenvolvimento, nas quais aspectos da economia arcaica e moderna

estão articulados. Nesses países, a conquista do poder é apenas o início de um longo processo de uma luta contínua de profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, uma permanente transformação das relações sociais (TROTSKI, 1967). Mas, segundo Gramsci:

Deve-se examinar se a famosa teoria de Bronstein [Trotsky] sobre a permanência do movimento não é o reflexo político da teoria da guerra manobrada; em última análise, o reflexo das condições gerais – econômicas, culturais, sociais – de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não se podem tornar “trincheira ou fortaleza”. Neste caso, seria possível dizer que Bronstein, que aparece como um “ocidentalista” era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu. Em vez disso, Ilitch [Lênin] era profundamente nacional e profundamente europeu. (GRAMSCI, 2007, v.3, C7, § 16, p. 261)

Preliminarmente a teoria da revolução permanente nasceu da experiência da revolução russa de 1905 e daquilo que ela havia trazido de novo à história das revoluções: a universalização da greve geral como arma privilegiada da luta operária e a construção de organismos de poder operário denominados sovietes, que formariam uma unidade com a direção do Partido, na construção de uma revolução ininterrupta, através de uma série de conflitos sociais em agudização paulatina, de contínuos ataques do proletariado aos privilégios econômicos e políticos das classes dominantes (TROTSKI, 2007).

Nos países burgueses “atrasados”, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo, tornava-se, assim, permanente o processo revolucionário que vai da revolução democrática à transformação socialista da sociedade. Mas, a revolução é internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, e se constrói num processo permanente (TROTSKI, 2007).

Conforme dito em capítulo anterior, a “revolução permanente” se caracteriza pela “guerra de movimento” ou “guerra de manobra” (ataque frontal e fulminante ao inimigo). É um tipo de revolução que nos remonta ao processo histórico francês que se inicia em 1789 e que só se completa em 1870; um período cheio de eventos políticos importantes, insurreições e rupturas institucionais, dentro do qual se destacam outros dois períodos importantes: O primeiro (1815-1830), conhecido como momento de “revolução passiva”, é uma revolução-restauração visto que há o desenvolvimento das

forças produtivas capitalistas, o que faz com que a burguesia apareça como classe dominante, mas não há a inversão do poder político restaurando o poder da classe dominante antes em crise. É uma revolução, cujo desenvolvimento capitalista do país, e sua conversão em país industrial moderno é feita “pelo alto”, tendo o Estado como principal protagonista, em vez de ser o resultado de movimentos populares, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária, que arraste consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos.

O segundo (1851-1870), momento do “bonapartismo”, caracterizado por períodos históricos em que há um equilíbrio de classes e o Estado apresenta uma autonomia relativa frente às classes em disputa, desempenhando um papel próprio. Um período histórico em que um homem forte intervém para resolver o impasse entre forças sociais equivalentes e opostas. Entretanto, Gramsci percebeu que Lênin já havia concebido uma necessidade de superação da fórmula da “revolução permanente”:

[...] Parece-me que Ilitch [Lênin] havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras muniadíssimas. Parece-me este o significado da fórmula da “frente única”, que corresponde à concepção de uma só frente da Entente sob o comando único de Foch (GRAMSCI, 2007, v.3, C7, § 16, p. 262)

A estratégia da “guerra de posição” se contrapõe à “guerra manobrada”. Nela busca-se a conquista de cada vez mais posições na sociedade pela articulação entre os setores populares, intelectuais e outros, em torno de um projeto político. Formulação segundo a qual, a classe trabalhadora, para conquistar o poder, precisa conquistar a hegemonia na sociedade civil e depois no Estado. Não se trata de ganhar democraticamente o conjunto da população, mas de estabelecer trincheiras de poder, frentes de atuação, que se tornem não só uma força capaz de um dia tomar o poder, mas também uma força impossível de sofrer a coerção da hegemonia burguesa.

A luta pela hegemonia significa a formulação de uma nova proposta hegemônica antagonica (com outros valores), capaz de competir com a dominante. Os partidos, escolas, imprensa e igreja são instituições privadas que também expressam o poder (da classe dominante) e fazem resistência ao processo de revolução. Nesse sentido, a NEP

não significou apenas uma nova política econômica soviética para a ocidentalização de sua base produtiva, porque Lenin percebia a necessidade de uma alta qualificação técnica da classe operária, mas ao mesmo tempo, culta e convencida do projeto comunista.

Há, portanto, um vínculo entre economia e cultura, cerne da hegemonia de classe que deveria ser construída dentro de um Estado cuja base produtiva encontrava-se devastada e que tinha uma imensa maioria de trabalhadores rurais. Desdobra-se disso, a necessidade da aliança operário-camponesa, numa frente única. (DEL ROIO, 2009, p. 29). A tática da “frente única” buscou a construção do consenso entre as classes afins e potencialmente aliadas em torno de um projeto, diferentemente da dominação que busca liquidar o adversário com o uso da força.

A guerra de posição exige uma concentração inaudita de hegemonia, um governo que tome a ofensiva contra os opositores e organize a impossibilidade de desagregação interna com o reforço das posições hegemônicas do grupo dominantes com controles do tipo políticos, administrativos, etc. Com Lênin, a fórmula da “revolução permanente” é superada pela fórmula da “hegemonia”, mas a princípio, essa questão se apresenta para os Estados modernos e não para os países “atrasados” como a Rússia, do ponto de vista do capitalismo, e as colônias (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, § 7, p. 23-25) porque:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (C7, § 16, 1930-31, V3, p. 261-262).

Já no cárcere, ao pensar as condições para a revolução na Europa, cujas sociedades são mais complexas e o poder não está concentrado no Estado, mas também disseminado na sociedade civil, Gramsci percebe que ali a dominação dependia também da busca de consenso na sociedade civil. Isso significa que na Itália, ou na Europa ocidental, o poder não poderia ser tomado de assalto como na Rússia no período

revolucionário, quando a sociedade civil era frágil, pouco estruturada (ausência de associações civis) por causa do regime czarista.

Então, pensando as condições de revolução no Oriente e Ocidente, o autor entendeu que no ocidente, neste período, a estratégia da “guerra de posições” se contrapõe à “guerra de movimento” e não como aconteceu na Rússia revolucionária. O foco na guerra de movimento, na política, é um erro que acontece pela falta de compreensão do que é o próprio Estado no sentido integral (sociedade política + sociedade civil), e também do Estado inimigo. Esse erro está ligado ao “particularismo individual, de município, de região que leva a subestimar o adversário e sua organização de luta” (GRAMSCI, 2007, C6, § 155, v.3, p. 257).

Em novembro de 1922, quando Gramsci participou em Moscou, no IV Congresso da Internacional Comunista, como membro da delegação do Partido italiano, o tema da contraposição entre Oriente e Ocidente já tinha sido discutido. (Também no congresso anterior de 1921, o tema apareceu com vigor na intervenção de Lênin):

Uma tentativa de dar início à revisão dos métodos táticos deveria ter sido aquela exposta por L. Davidovitch Bronstein [Trotski] na quarta reunião, quando traçou um paralelo entre a frente oriental e a frente ocidental: enquanto aquela caiu imediatamente, mas foi seguida por intensas lutas, nesta última as lutas teriam lugar “antes”. Ou seja: tratar-se-ia de saber se a sociedade civil resiste antes ou depois do assalto, onde este tem lugar, etc. Contudo, a questão foi exposta apenas em forma literária e brilhante, mas sem caráter prático. (GRAMSCI, 2007, v.3, C13, § 24, p.74)

Lênin não teve tempo de aprofundar a sua fórmula, o que exigiria um reconhecimento do terreno nacional, uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza, representados pelos elementos da sociedade civil do inimigo. Porém, a NEP poderia ser considerada a expressão de uma guerra de posição produzida pelo oriente russo com o intuito de enfrentar a revolução passiva desencadeada pelo ocidente, por volta de 1929, com a crise mundial, com o “americanismo” e o “fascismo”, formas pelas quais o ocidente se defendia e atacava ao mesmo tempo a revolução no oriente e seus impactos do ocidente. A NEP como “guerra de posição” seria realizada com a construção de uma rede de organizações públicas, e a autogestão do processo produtivo que expressassem o desenvolvendo da “sociedade civil soviética” e materializassem a cultura e a hegemonia socialista, dando substância a democracia socialista. (DEL ROIO, 1998, 296-297).

Para Gramsci, não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha grande superioridade em relação ao inimigo. A guerra de posição é imposta pela relação com o inimigo. Ela é constituída por todo o sistema organizativo e industrial que está por trás do exército alinhado, são os tiros rápidos de canhões e metralhadoras, pela abundância do abastecimento que permite a rápida substituição do material perdido. A situação técnica militar: o submarino, o gás e os meios químicos e bacteriológicos aplicados à guerra atuam silenciosamente na transformação da guerra de movimento para a guerra de posição, na política (GRAMSCI, 2007, v.3, C13, § 28, p. 80-81).

A guerra manobrada não está cancelada, contudo, no choque com os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial ela foi reduzida mais a função tática do que estratégica. A utilização da “guerra manobrada” num momento de crise seria justificável, desde que se trave uma “guerra de posição” pelo período anterior.

Talvez a teoria de Trotski possa ser comparada com a de Rosa Luxemburgo. Gramsci recorda do ensaio de Rosa Luxemburgo, *Greve geral, partido e sindicatos*¹⁹, onde são teorizadas as experiências históricas de 1905, que embora condicionados por um viés economicista e espontaneísta é muito significativo no que diz respeito a teorização da guerra manobrada aplicada à arte política.

No ensaio de Rosa, o elemento econômico imediato (as crises) é considerado como a artilharia de campo, que abriria a brecha na defesa inimiga, o suficiente para que as tropas próprias irrompessem ou obtivessem um sucesso importante na linha estratégica que seria: abrir a brecha na defesa inimiga e desbaratar as suas forças; organizar rapidamente em seu lugar os quadros existentes e criar de modo fulminante a concentração ideológica a identidade do fim a alcançar. Essa era uma fórmula determinista e economicista, cujos efeitos eram concebidos como rápidos no tempo e no espaço, por isso, mística (GRAMSCI, 2007, v.3, C13, § 24, p.71-74).

Com a expansão colonial européia as relações internas e internacionais do Estado se tornaram mais complexas e robustas. Frente a essa mudança, a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848 foi superada, na ciência política, pela fórmula da “hegemonia civil” porque as estruturas maciças das democracias modernas, sejam no

¹⁹ Publicado pela primeira vez em 1906 e traduzido para o italiano em 1919 por C. Alessandri (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, § 24, p.71)

Estado, sejam como conjunto de associações na vida civil, constituíram algo similar as “trincheiras” e contribuíram para que fosse apenas parcial o elemento que antes constituía toda a guerra: o movimento. Ao que parece, Trotski, “pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas” (GRAMSCI, 2007, v. 3, C6, § 138, p. 255-256).

Exemplo disso foi a derrota da revolução chinesa que colocou em prática a “guerra manobrada” e o relativo sucesso do ghandismo na Índia. Para o autor, “a resistência passiva de Gandhi foi uma guerra de posição” (GRAMSCI, 2007, v.3, C1, § 134, p. 124-125), o que significava que essa estratégia também estava se difundindo pelo oriente em contraposição ao ocidente.

Dessa forma, o oriente russo sob o predomínio de um Estado fortemente burocratizado, coercitivo, com uma burguesia débil sem hegemonia, possibilitou uma vitoriosa revolução conduzida por um partido operário através da tática de “guerra manobrada”. Seguir-se-ia um difícil processo de construção hegemônica que incluía a materialidade de uma sociedade civil, tentativa expressada pela experiência da NEP.

Entretanto, com o estabelecimento da ditadura stalinista, a desarticulação da NEP, a política de frente única substituída pela a de “classe contra classe”, além da implantação de um programa de industrialização acelerada e de coletivização forçada chamada por Stalin de “revolução pelo alto” (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 500) poder-se-ia dizer, apenas como hipótese, que a partir de então, se estabelece uma situação semelhante à revolução passiva, a qual recompõe a condição de periferia na Rússia, sua subalternidade e o bloco histórico do Ocidente. Uma situação caracterizada pela restauração do absolutismo feudal, com o poder autocrático e o trabalho forçado, como uma revolução passiva capaz de promover a industrialização da Rússia, a qual gerou, no aspecto internacional, o fortalecimento do fascismo que se espalhou para a zona periférica do mundo. (DEL ROIO, 1998).

A derrota da revolução socialista no ocidente e o seu isolamento na Rússia ocorreu, de acordo com Gramsci, pela impossibilidade do movimento operário, submetido ao reformismo, sustentar um leque de alianças sociais a fim de realizar sua hegemonia iniciada em 1917, ou seja, sua direção moral e intelectual revestida de poder coercitivo contra as classes antagônicas. Mas, sobretudo devido a incapacidade de compreender a hegemonia como uma forma de movimento no processo de conquista do

poder político, e de cristalização de determinadas relações sociais. O exemplo mais sólido do poder de alcance da hegemonia e da supremacia de um grupo social e político pode ser tirado:

[...] das noções de “Oriente” e “Ocidente” que não deixam de ser “objetivamente reais”, ainda que, quando analisadas, demonstrem ser nada mais do que uma “construção” convencional, isto é, “histórico-cultural”[...] Que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem? Elas são relações reais, e, contudo, não existiram sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização. É evidente que Leste e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, isto é, históricas, já que fora da história real qualquer ponto da terra é simultaneamente Leste e Oeste [...]Assim, através do conteúdo histórico que se anexou ao termo geográfico, as expressões Oriente e Ocidente terminaram por indicar determinadas relações entre conjuntos de civilizações diversas (GRAMSCI, 2006, v.1, C11, § 20, p. 136-138).

As noções de “oriente” e “ocidente”, Norte-Sul e Leste-Oeste, são construções histórico-culturais produzidas pelo homem no desenvolvimento da civilização, através de relações sociais reais que se cristalizaram e que expressam o ponto de vista das classes cultas européias, as quais, por meio de sua hegemonia, fizeram com que fossem aceitas. Mesmo admitindo que outras culturas tivessem importância e significação nesse processo, na medida em que se tornaram elementos constitutivos da cultura europeias, ao contribuir para o processo do pensamento europeu, foi por esse pensamento assimiladas. Hoje, tais expressões revelam que uma das concepções tornou-se predominante e real e expressa uma visão de mundo, uma civilização.

A noção de hegemonia é originária da Grécia antiga e se vincula à supremacia de uma *pólis*. Ela foi utilizada por Lenin e reelaborada no sentido de capacidade de direção do movimento social e de capacidade ideológica de elaboração programática, ou seja, “uma forma de movimento, no processo de conquista do poder político” (DEL ROIO, 2009, p. 29). A conquista da hegemonia é realizada mobilizando em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas, principalmente a camponesa, com o objetivo de criar e sustentar um Estado operário, o qual através da ditadura do proletariado elimina os obstáculos que se opõem à realização do comunismo. Essa frente de luta política não pode ser desvinculada da luta ideológica – interligada por sua vez com a frente de luta econômica – (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 311-313). Conforme o autor:

a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce

concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (GRAMSCI, 2006, v.1, C11, §70, p. 225).

Por isso a atividade teórica, a assimilação do marxismo-leninismo é de suma importância no entendimento do autor, bem como a necessidade de propor uma luta por uma cultura superior autônoma, antes da conquista do Estado. Gramsci, já no cárcere, lembra de um artigo de Trotski, *O professor Masaryk sobre a Rússia*, publicado com uma introdução de sua autoria primeiramente, em 1918, em *Il Grido del Popolo* e, depois em 1920 em *L'Ordine Nuovo*, no qual Masaryk²⁰ defende a tese da necessidade de uma reforma religiosa protestante na Rússia como forma de se criar no povo russo uma nova atitude em face da vida, de empreendimento e de iniciativa.

Nesse artigo, Masaryk reconhece como positiva a contribuição dada pelo materialismo histórico nesse sentido através de seu grupo dirigente e compara o processo da revolução russa ao movimento de reforma e de construção de uma nova civilização. Gramsci considera muito significativo o reconhecimento deste professor de que o materialismo histórico possa desempenhar esta função como concepção de mundo unitária e que possui dimensão universal, na medida em que atinge toda a sociedade a partir de suas raízes mais profundas.

Se para Marx, a função histórica de sua filosofia seria a de ser transformada em teoria de uma classe que se transformaria em Estado, Gramsci diz que Lênin fez isso acontecer, num determinado período, na Rússia na medida em que fez progredir a filosofia como prática política através da construção e realização de um aparelho hegemônico, que enquanto criava um novo terreno ideológico determinava uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, introduzindo uma nova moral de acordo com uma nova concepção do mundo, e assim, uma reforma filosófica. Essa é a contribuição teórica de Lênin à filosofia da práxis: a teorização e a realização da hegemonia como um grande acontecimento “metafísico” no sentido de que se chegou

²⁰ Thomas G. Masaryk (1850-1937), além de sociólogo preocupado com a herança eslava, foi presidente da República Tcheca entre 1918 e 1935. Um de seus livros, *A Rússia e a Europa*, publicado em 1913, foi objeto de um ensaio de Trotski publicado em *Der Kampf*, revista social-democrata de Viena, em 1914. Em 1919, Gramsci publica esse ensaio de Trotski em *Il Grido del Popolo*. Cf. caderno 7, § 44, v. 1, Cadernos do Cárcere, 2006.

numa equação entre “filosofia e política”, entre pensamento e ação, ou seja, numa filosofia da práxis.

EUROPA – AMÉRICA

Fascismo e *Americanismo* como revolução passiva

Gramsci, apesar de desfrutar de imunidades parlamentares, é preso em 8 de novembro de 1926 em consequência das medidas adotadas pelo regime fascista depois de um atentado contra Mussolini. Em sua atividade militante e jornalística, acompanhou e se contrapôs ao desenvolvimento do fascismo da Itália. No cárcere, interessado em fazer uma análise concreta da sua realidade, que era o fascismo, o revolucionário sardo estabeleceu um contraponto entre Europa e Estados Unidos nos propondo a hipótese de que o fascismo poderia ser entendido como um movimento duplamente periférico, tanto em relação à revolução russa contra a qual reage, quanto em relação ao fordismo, o qual procura assimilar. Além disso, o movimento de fábrica de Turim poderia também ser entendido como um movimento periférico do americanismo-fordismo.

1. O Fascismo como revolução passiva na Itália:

Desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o capitalismo revelou-se incapaz de dominar as forças produtivas nos quadros da livre concorrência, sem a intervenção ativa e permanente da violência direta. As forças produtivas foram arruinadas e dilapidadas pela guerra. Os laços que uniam os diversos mercados mundiais foram violentamente rompidos bem como as relações entre cidade e campo, entre metrópoles e colônias, foram subvertidas. Criou-se uma simultaneidade de crises nacionais, que tornou a crise geral aguda e incontornável.

Na Itália, a ação promovida pelo capitalismo reduziu o Estado e todos os institutos de poder governamental à condição de instrumentos imediatos de sua própria conservação e desenvolvimento. Com o desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro, a pequena burguesia perdeu sua função no terreno da produção e especializou-se na política parlamentar de forma corrupta, colocando-se a serviço do poder Executivo. Após o fracasso do movimento da ocupação das fábricas, em 1920, a massa popular, desiludida e desamparada pelo Partido Socialista Italiano (PSI), desmembrou-se e dispersou-se, gerando o declínio da força do Partido. A pequena

burguesia passou a simpatizar com o fascismo e os camponeses, com o Partido Popular (PP), num primeiro momento.

Em relação aos camponeses, os militantes mais radicais do PP fundiram-se com os socialistas. Na análise de Gramsci, essa aproximação representou um progresso porque a classe camponesa se unificou e adquiriu a consciência e a noção de sua solidariedade antes difusa, quebrando a carapaça religiosa no campo dos populares e a carapaça da cultura anticlerical pequeno-burguesa no campo socialista. Isso fez com que o PP se inclinasse à esquerda e se tornasse cada vez mais um partido laico, levando à cisão com a direita, constituída por grandes e médios proprietários rurais, entrando, assim, no campo da luta de classe e, por conseguinte, enfraquecendo o governo burguês. Por seu lado, o PSI afastou-se do proletariado industrial, quebrando o vínculo entre a cidade e o campo, que já não existia na realidade. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 87-92).

Com relação à pequena burguesia, houve o seguinte deslocamento: as desilusões sofridas na guerra despertaram fortes sentimentos de rebelião antigovernamental nesta classe, a qual se dispersou pelos vários partidos, incluindo o PSI. Mas, com o declínio de sua força, após 1920, a pequena e média burguesia organizaram-se nacionalmente com rapidez fulminante, desenvolvendo o movimento fascista. O antecedente desse movimento remete à guerra italiana que foi dirigida pela oficialidade subalterna, ou seja, pela pequena burguesia, devido à falta de um Estado-Maior eficiente. Os *fasci di combattimento* nasceram logo após a guerra, das associações de ex-combatentes que se conservaram como grupos armados. Essas associações constituíram a primeira forma organizativa do movimento fascista que se mantiveram armadas mesmo depois que o movimento se tornou partido político. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 449, n. 48).

O poder Governamental enfraquecido e esgotado com a guerra e o parlamento, totalmente corrompido a serviço do poder Executivo, perdeu qualquer prestígio junto às massas populares, entrando, assim, em dissolução orgânica. Diante disso, a pequena burguesia, que antes se dedicava à política parlamentarista de forma corrupta, modificou sua forma de prestação de serviço e tornou-se antiparlamentarista, fazendo, inclusive, manifestações nas ruas, sustentando a ilusão de ter conquistado a direção da classe operária e camponesa, de ter posto fim à luta de classe e de ter substituído a ideia socialista pela de imperialismo nacionalista ou “sindicalismo nacional”.

Mas o caso de violência sofrida pelos deputados socialistas que manifestavam contra a monarquia, na abertura da XXV legislatura, em 1919, os quais foram agredidos por grupos nacionalistas e por oficiais desmobilizados após a guerra, pôs freio às atividades políticas da pequena burguesia que, a partir de então, buscou se organizar em torno de senhores industriais e agrícolas na defesa de suas propriedades, contra os assaltos da classe revolucionária dos operários e dos camponeses pobres. Revelou-se, assim, como serva do capitalismo e da propriedade agrária e agente da contra-revolução. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 30-34).

A pequena burguesia converteu-se oficialmente em “fascismo” e, após ter corrompido o parlamento, passou a corromper o exército, a polícia e a magistratura, sustentáculos fundamentais do Estado, sem finalidade específica e incapaz de fundar um Estado, mas cada vez mais fortes e agressivos contra a Câmara do Trabalho e as prefeituras socialistas, substituindo a lei pela violência brutal e caótica, num movimento de reação armada contra os órgãos de classe do proletariado e de guarda do capitalismo e que tinha como meta desagregar a classe trabalhadora a fim de imobilizá-la.

O “fascismo” é a fase preparatória da restauração do Estado, ou seja, de uma intensificação da reação capitalista, de um aguçamento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe operária. O fascismo é a ilegalidade da violência capitalista, enquanto a restauração do Estado é a legalização desta violência: é uma conhecida lei histórica a de que o costume precede a lei. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 429).

O fascismo apresentou-se como um antipartido. Benito Mussolini fez seu primeiro discurso radicalmente nacionalista na Câmara dos Deputados em 21 de junho de 1921. Referindo-se à política interna, estendeu a mão ao Partido Popular (o antecessor da Democracia Cristã) e ao Vaticano. Ao mesmo tempo, atacou os socialistas e comunistas, os quais, para ele, tinham sido derrotados, além de fazer cautelosas propostas de conciliação com a Confederação Geral do Trabalho, contanto que essa se afastasse do Partido Socialista (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 446).

Nesse discurso, Mussolini falou de blanquismo²¹ como o seu modo de conceber os conflitos políticos e de agir. O blanquismo é uma teoria social do golpe de mão, da qual Mussolini recolheu apenas a parte da minoria dominadora e o uso das armas no ataque violento, desconsiderando o movimento da massa, o processo que faz da revolta o meio para a transformação das relações sociais. Com isso, Mussolini abriu as portas da “organização” fascista para todos os candidatos e, prometendo a impunidade, permitiu o desencadeamento de forças elementares, das paixões, dos ódios, dos desejos, irrefreáveis no sistema burguês de governo econômico e políticos. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 56-58). Assim, a luta de classe assumiu na Itália, em função da imaturidade de alguns estratos da população, um caráter extremamente violento e de uma “revolução sem programa”. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 68-70).

Em 1920-1921, Gramsci já percebia a possibilidade de Golpe do Estado dos fascistas (ou seja, do Estado maior, dos latifundiários e dos banqueiros), que podiam realizar suas atividades porque eles organizaram um sistema hierárquico de tipo militar, que encontrava o seu coroamento orgânico no Estado-Maior e podiam dispor de depósito de armas e munições. Os funcionários dos órgãos da segurança pública e magistratura tornaram-se seus cúmplices morais e materiais uma vez que sabiam que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras estava estreitamente ligados aos destinos da organização fascista e, por isso, tinham interesse em apoiar o fascismo na tentativa de consolidar sua posição política. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 65-68). Existiam, na Itália, naquele momento, dois aparelhos punitivos e repressivos, o fascismo e o Estado burguês, os quais a burguesia combinaria a seu favor. E já havia uma situação na qual o fascismo governava províncias e regiões inteiras.

Gramsci, portanto, previa um “golpe de Estado” segundo o esquema democrático do Estado parlamentar: haveria resistência por parte do povo, bem como por parte da burocracia contra a pequena burguesia desempregada e ansiosa por cargos e salários e tentativa de insurreição local. A parte mais reacionária da classe dirigente imporá uma ditadura sangrenta, dissolverá as organizações operárias e entregará todos os poderes à casta militar. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 77-80).

²¹ Auguste Blanqui (1805-1881), o mais conhecido revolucionário francês do século XIX, foi um legítimo herdeiro da tradição jacobina e, em particular, da sua vertente comunista. Blanqui passou a maior parte de sua vida na prisão. Concebia a revolução proletária como um golpe de mão liderado por uma pequena minoria clandestina e, ao que parece, foi o primeiro a usar a expressão “ditadura do proletariado” (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 446, n. 35).

Em julho do mesmo ano, estava em negociação o chamado “pacto de pacificação” entre os socialistas e fascistas. Esse pacto estipulava, entre outras coisas, a imediata cessação de ameaças e violências pessoais entre os militantes socialistas e fascistas, bem como o respeito recíproco aos símbolos dos dois partidos. O Partido Comunista recusou-se a participar das negociações e a assinar o pacto porque entendia como uma tática do fascismo que, depois de esfacelar as organizações proletárias, queria impor aos líderes socialistas a volta da legalidade constitucional e induzi-los à colaboração. Segundo Gramsci, esse tratado valeria apenas para os líderes e não para as massas. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 71-73).

Por outro lado, surgiu, em 1921, o movimento dos “*Arditi del Popolo*” (“os corajosos do povo”) com a finalidade de organizar a defesa contra a violência do esquadrismo fascista e contou com numerosas formações armadas, integradas por comunistas, socialistas, anarquistas, republicanos e sem partido. Embora vários comunistas tenham aderido ao movimento, o Comitê Executivo do PCI alertou para a necessidade de que os comunistas deviam ter formações armadas próprias. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 447-448, n. 43).

Acima de tudo, estava o entendimento por parte dos comunistas de que não bastava um pequeno esforço para se salvar dos perigos de uma associação privada e das ideologias patrióticas, mas sim de todo o aparelho estatal, com a sua política, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas. Conforme Gramsci, o fascismo não era uma manifestação superficial de psicose pós-bélica, mas estava organicamente ligado à crise do regime capitalista e só desaparecerá com a sua supressão. Em sua realidade objetiva, o fascismo era um centro espontâneo de energias reacionárias que se agregava, desagregava-se e reagrupava-se seguindo os líderes oficiais quando as palavras de ordem deles correspondiam à natureza do movimento. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 73-77).

A degeneração da violência fascista suscitou, no entanto, uma crise profunda entre os núcleos urbanos e os rurais, formados por grandes e médios proprietários agrícolas e pelos colonos que se interessavam pela luta contra os camponeses pobres e suas organizações. Estes núcleos anti-sindicais e reacionários realizavam a ação armada direta, oprimindo os camponeses pobres de forma violenta e sangrenta, deixando muitos mortos e feridos, desenvolvendo nas zonas agrícolas um poder sem limites. Essa

violência acabou gerando um sentimento de hostilidade entre os núcleos urbanos pequeno-burgueses constituídos por parlamentares e colaboracionistas, que começaram a ver um perigo na tática exclusivamente negativa dos *fasci* das zonas agrícolas.

Segundo Gramsci, o fascismo sairia dessa crise com uma cisão. Por um lado, os núcleos urbanos acreditavam ter alcançado o seu objetivo com o abandono do PSI da sua intransigência classista e com a assinatura do pacto de pacificação já mencionado. Essa parte parlamentar liderada por Mussolini tentaria criar uma organização política própria, abandonando o movimento dos *fasci*. Por outro lado, os capitalistas agrários não renunciariam a única tática de exploração livre da classe camponesa, ou seja, o verdadeiro fascismo do terror branco prosseguiria. (GRAMSCI, 2004, v.2, p. 80-83).

A crise das classes médias é a própria crise do capitalismo. De acordo com o autor, para atenuar os efeitos da crise capitalista, era preciso rebaixar o nível de vida das classes médias e sufocar todas as liberdades. Na Itália, devido ao escasso desenvolvimento da indústria e o seu caráter regional, a pequena burguesia era uma classe numerosa e “territorialmente” nacional. No pós-guerra, o esfacelamento do Estado favoreceu o renascimento das ideologias patrióticas como o regime fascista. Mas este não conseguiu deter a crise das classes médias, ao contrário, contribuiu para acelerá-la porque, com a legislação fascista sobre os aluguéis, entre outras, ocorreu a transferência da riqueza da pequena e média para a grande burguesia, sem que se desenvolvesse o aparelho de produção, gerando muitas falências e a ruína da pequena e média empresa. Essa crise se expressou na Itália setentrional e central, onde houve uma redução do aparelho produtivo que só não se esfacelou completamente devido à queda do nível de vida da classe operária, provocada pela diminuição dos salários, pelo aumento da jornada de trabalho e pela elevação do custo de vida. No Sul, devido às condições econômicas “atrasadas”, a crise não se revelou imediatamente de modo profundo. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 286-289).

As eleições, em abril de 1924, demonstraram que a estabilidade do regime fascista era apenas aparente. Nestas eleições, os fascistas obtiveram apenas 1,2 de um total de 4,6 milhões de votos. Isso significava que o eleitorado fascista era recrutado principalmente no centro e no Sul, onde a oposição era, frequentemente, impedida de apresentar candidatos. Esse resultado deu início ao movimento das massas, que

culminou no assassinato brutal do deputado Matteotti²², depois de pronunciar na Câmara um duro discurso contra o governo fascista. Esse crime cometido pelos fascistas abriu, na Itália, uma intensa crise política.

As oposições ganharam importância política na construção de agitações promovidas nos jornais e no Parlamento, discutindo e negando a legitimidade do governo fascista, agindo no sentido de dissolver os organismos controlados e dominados pelo fascismo. A onda de indignação suscitada repercutiu no interior do Partido Nacional Fascista, provocando fissuras na maioria parlamentar e até na cúpula do Partido, como exemplos, os casos de Finzi, Filippelli e Cesarino Rossi.

Depois da prisão de um dos assassinos, Amerigo Dumini, Mussolini precisou de um bode expiatório e exigiu a demissão de Finzi, que redigiu então um documento no qual revelava a existência de uma polícia paralela secreta, responsável pelas agressões contra os dirigentes da oposição e os fascistas dissidentes. Filippelli foi quem alugou a viatura na qual Dumini sequestrou Matteotti e, ao ser preso, também redigiu um documento que chegou às mãos da oposição. Cesare Rossi, antigo amigo de Mussolini, valia-se de Dumini para diversas missões. Ao ser obrigado a se demitir, escreveu um documento, no qual indicava a inteira responsabilidade de Mussolini e do seu círculo no assassinato de Matteotti e na organização do terror. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 483-484).

A oposição tomou conhecimento desses documentos logo após a sua redação, entretanto, demorou mais de seis meses para torná-los públicos, facilitando a retomada do controle da situação por parte de Mussolini, consolidado em 3 de janeiro de 1925. Neste dia, Mussolini, apesar de negar qualquer cumplicidade no assassinato de Matteotti, declarou: “se o fascismo é uma associação criminosa, sou o chefe desta associação” (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 483-484).

A atitude unitária da oposição de obrigar os liberais a se diferenciarem ativamente do fascismo criou, segundo Gramsci, um dualismo entre o Partido Fascista e a organização dos grupos armados, deslocando para a direita o bloco das oposições e revelando o seu caráter conservador. Os maximalistas²³, ao participarem do Comitê

²² Giacomo Matteotti era deputado e fazia parte do Partido Socialista Unitário, que congregava os reformistas. O PSU foi criado em 1922, depois que os reformistas foram expulsos do Partido Socialista Italiano pela maioria maximalista.

²³

Parlamentar das Oposições, garantiram a passividade do proletariado, assegurando à burguesia (que vacilava ainda entre fascismo e democracia) que uma ação autônoma da classe operária só aconteceria mais tarde, quando no governo estivesse se constituído e se fortalecido (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 286-289).

Tudo isso demonstrou, conforme o autor, a impossibilidade da pequena burguesia dirigir uma contra reação, pois ela se resume em ser instrumento do domínio do capital e dos proprietários rurais, numa época de imperialismo, que para Gramsci significa, antes de qualquer coisa, exportação do capital financeiro. Ou seja, somente a fraqueza dos adversários permitiu que o fascismo superasse as crises internas e sobrevivesse.

Com a incorporação dos liberais-nacionais, o fascismo tornou-se o centro aglutinador das forças reacionárias. No campo econômico, a unificação e centralização realizam-se mediante uma série de medidas, como a nova política sindical, a lei sobre as associações, a reforma administrativa, que garantiram o controle de toda a economia do país pela oligarquia industrial e agrária. Contudo, a luta contra os velhos grupos dirigentes que davam sustentação e coesão ao Estado continuava através da luta contra a maçonaria, inclusive aplicando uma nova lei contra as sociedades secretas, a qual Gramsci desconfiou ser, na verdade, uma lei contra as organizações operárias. Nesse sentido, o autor fez o seu único discurso no Parlamento.

De acordo com a análise de Gramsci, dada a debilidade inicial da burguesia italiana, a maçonaria foi o único partido eficiente da classe burguesa que representou a ideologia e a organização real da burguesia capitalista: o liberalismo. Portanto, o fascismo facilmente faria um acordo com os maçons, que passariam em massa para o Partido Fascista, constituindo uma de suas tendências. A essência da lei era outra: o problema era que o Partido fascista já sentia a pressão da classe trabalhadora submetida à pressão fascista, especialmente no Sul, onde o Estado há anos extorquiu uma soma de impostos que não restituiu de nenhum modo, para dar base de sustentação ao capitalismo da Itália do norte. A resposta no campo manifestou-se com o fenômeno Miglioli²⁴, dirigente das ligas camponesas católicas, que se aproximou dos comunistas em 1924-25, defendendo uma frente única das oposições operárias e camponesas contra o fascismo (GRAMSCI, 1924, v. 2, p. 490). Esse fenômeno teve enorme significância,

²⁴ Guido Miglioli, deputado do Partido Popular.

conforme Gramsci, principalmente considerando que as classes rurais, as quais antes eram representadas pelo Vaticano, passaram a ser pelo fascismo que, com a concordata, desempenhava a tarefa de controlar as classes populares do campo. Portanto, ao perceber essa movimentação, a lei fascista contra as associações pretendia impedir o desenvolvimento de organizações operárias e camponesas. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 297-311).

Gramsci defende que o fascismo e a democracia são dois aspectos de uma mesma ação promovida pela burguesia para deter o avanço da classe operária. A impossibilidade da burguesia italiana de se manter dentro do regime democrático ficou evidente depois da guerra. Antes, a singular “democracia” italiana mantinha-se com base na indiferença da liberdade econômica e política, além de impedir, por meio da corrupção e da violência, o desenvolvimento das novas forças sociais. Desde as eleições gerais de 1913, a burguesia sentia-se impotente e insegura em relação à sua perda de poder. Foi, então, que o fascismo prestou o serviço à classe burguesa de destruir qualquer possibilidade de organização entre os trabalhadores e estendê-las às grandes massas:

Por isso, sua ação mais eficiente foi àquela exercida na periferia, na base do edifício organizativo da classe trabalhadora, nas províncias, nos centros rurais, nas oficinas e nas fábricas. A demissão dos operários subversivos, a marginalização e o assassinato dos líderes operários e camponeses, a proibição das reuniões e da permanência fora da casa depois do horário de trabalho. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 280-281).

A democracia organizou o fascismo quando percebeu que não poderia mais resistir à pressão da classe trabalhadora. Há, conforme Gramsci, um processo de alternância entre o fascismo e a democracia, que não pode ser compreendido independente dos fatos econômicos e políticos. A ação do fascismo fez com que as grandes massas trabalhadoras fossem “desorganizadas, dispersas, pulverizadas no povo indistinto” (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 274) e, nessas condições, não podiam inserir sua força no conflito burguês e, justamente por isso, a burguesia sentia-se segura novamente em dar a possibilidade de existência à “democracia” e à lei e a possibilidade aos trabalhadores de reconstruírem suas organizações. Entretanto, no momento em que as

massas voltassem a pressionar no sentido de superar os limites da sociedade burguesa, a democracia voltaria a armar o seu exército contra os trabalhadores. Esse círculo vicioso só pode ser resolvido por meio de uma revolução. (GRAMSCI, 2004, v. 2, p. 278-285).

Gramsci, na prisão, busca compreender o que é o fascismo. E, interessado em realizar uma análise da realidade concreta italiana, ele se propõe a seguinte questão: “Tem um significado ‘atual’ a concepção de ‘revolução passiva’? Estamos num período de ‘restauração-revolução’ a instituir permanentemente, a organizar ideologicamente, a exaltar liricamente?” (GRAMSCI, 2006, v. 1, C10, p. 281). Como já observado em capítulos anteriores, a “revolução passiva” é um processo social no qual há o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas através da restauração do poder da classe dominante antes em crise. Em vez de um processo de desenvolvimento dirigido por uma burguesia revolucionária, que arraste consigo as massas camponesas e os trabalhadores, é o Estado o seu principal protagonista e o impacto externo, a força propulsora da mudança.

O autor entende o movimento fascista como uma reação para mudar a direção do Estado, reformar seu aparelho administrativo e reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante que se desagregou em razão das consequências da primeira guerra mundial. Além disso, a Itália, assim como a Alemanha e toda a zona periférica, recebeu o impacto revolucionário do Oriente, despertando em seus territórios forças revolucionárias não desprezíveis. O fascismo seria, então, o centro aglutinador de todas as forças reacionárias ao impacto da revolução Russa e do movimento proletário na Itália.

A hipótese poder ser apresentada nestes termos: ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. (GRAMSCI, 2006, v. 1, C10, §9, p. 299).

Pode-se dizer que houve três períodos de desenvolvimento do fascismo: o primeiro corresponde ao surgimento dos *fasci* até a Marcha sobre Roma em 1922; o segundo se inicia no final de 1922 e vai até 1925, quando todas as instituições liberais são mantidas; o terceiro, de 1925 até 1930, quando o regime se torna totalitário e enfrenta a grande crise. Neste período, há a predominância do capital financeiro na esfera econômica, mas principalmente no plano político. Também a ideologia nacionalista e a ideia de corporativismo são associadas para organizar a vida social e política do país com o Estado, interferindo ativamente na sociedade civil.

O Estado fascista, baseado no corporativismo, no intervencionismo estatal, na economia e no expansionismo militarista, recuperou a economia, organizou uma legislação trabalhista, proibiu a emigração, reforçou a censura e passou a perseguir a oposição política. Com isso, ao mesmo tempo em que retinha o “perigo vermelho”, desenvolvia as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, as quais concorriam com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizavam as matérias-primas e acumulavam gigantescos capitais. Esse esquema serviu para conquistar cada vez mais posições na sociedade ao criar expectativas e esperanças na grande massa de pequeno burgueses urbanos e rurais.

Antes, em 1922-1925, o fascismo italiano expressava-se como um regime neoliberal vinculado ao interesse do capital inglês. Depois desse período, há uma rearticulação de forças sociais, e o governo passa a ser um Estado fascista que faz uma reorganização das instituições, propiciando a ascensão da camada pequena burguesa. Nesse processo, alguns intelectuais e indivíduos da classe operária, originários do anarco-sindicalismo, aderem ao fascismo.

Esta ideologia serviria como elemento de uma ‘guerra de posição’ no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderia à guerra de movimento) internacional, assim como a ‘revolução passiva’ é esse elemento no campo político. Na Europa de 1789 e 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo. (GRAMSCI, 2006, v. 1, C10, §9, p. 299).

Os fascistas, dizendo realizar a revolução, como queriam os operários, autointitulam-se uma república sindical, corporativista, que incorpora a classe operária, algumas demandas e direitos, reorganiza a classe dominante italiana e assimila o impacto externo da revolução russa. Assim, a revolução fascista concorria ideologicamente com a bolchevique. Nessa forma de revolução passiva, a hegemonia configura-se com base no próprio processo produtivo e espalha-se pela sociedade civil, ou seja, segundo seus interesses, exige a intervenção legislativa do Estado. Sua força está na capacidade de recorrer à coerção apenas para vencer a resistência à sua generalização (DEL ROIO, 1998).

todos reconhecem que a guerra de 1914-1918 representa uma ruptura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que se acumulavam molecularmente, antes de 1914, ‘se sobrepuseram umas às outras’, modificando a estrutura geral do processo anterior. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C15, §59, p. 330)

Segundo Gramsci, é possível dizer que, como em outros países, no pós-guerra, a Itália entrou num período de “crise orgânica” ou “de autoridade” ou, ainda, crise do Estado, cujo conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente ocorrida devido ao fato de que esta fracassou em um grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas, como a guerra, ou porque amplas massas, principalmente os camponeses e pequeno-burgueses intelectuais, passaram da passividade política para a atividade desorganizada de reivindicações e movimentos que, em seu conjunto, constituem uma revolução. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §23, p. 60-70)

Uma característica da revolução passiva, tomando como base o modelo francês, é o “bonapartismo”²⁵. No caso francês, esta ocorreu em 1851-1870 e significou um

²⁵ O autor volta à obra de K. Marx. *Dezoito de Brumário*. Nesse texto, Marx demonstra que há a possibilidade do Estado ter um papel independente, apresentando uma relativa autonomia frente as classes em luta. Para explicar essa autonomia, o autor desenvolve o conceito de “bonapartismo” significando um regime político que se constitui numa “crise de hegemonia” e é caracterizado pela hipertrofia da burocracia e a abdicação da burguesia de seu poder político em nome da tranquilidade de seus negócios, embora continuem dominando economicamente e também politicamente, mas aqui não de forma visível. Esse regime acontece quando as classes se encontram em equilíbrio e o Estado aparece como neutro, fazendo a mediação das classes em disputa.

período histórico no qual houve um “equilíbrio estático” entre as classes em disputa. Diante disso, o Estado, através de um líder carismático, apresentou uma autonomia relativa frente às classes, desempenhando um papel próprio. Na Itália, segundo Gramsci, ocorreu o “cesarismo”, significando um período histórico em que um homem forte intervém para resolver o impasse entre forças sociais equivalentes e opostas.

O “equilíbrio estático” é característico de um período de “crise orgânica” que acontece quando os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, os quais não são mais reconhecidos como expressão de sua classe ou fração de classe. Os partidos políticos tornam-se anacrônicos, esvaziados, e seu conteúdo social é solto no ar. Essa é uma situação delicada porque abre espaço para entrar em campo as soluções de força e homens e a atividade de homens providenciais ou carismáticos. Essa situação de contraste entre representantes e representados, que se observa nos partidos no sentido estrito, reflete-se em todo o organismo estatal e reforça o poder da burguesia civil e militar, da alta finança e da Igreja. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §23, p. 60-70)

Diante disso, a classe dirigente tradicional, possuidora de um amplo pessoal treinado, muda homens e programas, faz promessas demagógicas e retoma o controle que lhe fugia com grande rapidez, o que não se verifica entre as classes subalternas, cujos dirigentes não são numerosos, nem adequadamente treinados. Estes são ou esmagados pela classe adversária ou absorvidos por elas, transformando-os em seu próprio reforço para manter o poder. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §23, p. 60-70)

Mas, quando a crise aguda não encontra esta solução orgânica, ou seja, quando nenhum grupo, nem o conservador, nem o progressista, dispõe de força suficiente para vencê-la, coloca-se a necessidade de uma terceira força, que se manifesta na figura de um senhor, de um homem com características de um líder carismático.

Mussolini foi um exemplo de líder carismático, chefe único de um grande partido e de um grande Estado. Servia-se do Estado para dominar o partido e do partido, apenas nos momentos difíceis, para dominar o Estado. Segundo Gramsci, o chamado “carisma” reflete no mundo moderno como uma fase primitiva dos partidos de massa. Nessa fase, a doutrina apresenta-se como algo nebuloso às massas que precisa ser interpretada e adaptada às circunstâncias por um “papa infalível”, assim, o partido nasce com base em ideologias incoerentes e confusas, que se nutrem de sentimentos e emoções porque as bases, das quais é expressão, ainda são apegadas às glórias do

passado e utilizam-nas como escudo contra o futuro. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C2, §75, p. 160-171).

Ele foi o homem que representou a ordem em meio ao “equilíbrio estático” das forças em luta, o que, em outras palavras, significa um momento de “anarquia permanente”, a qual é rompida pelo líder carismático, reunindo, em seu entorno, os grupos amedrontados, como exemplo, a pequena burguesia, cujo programa genérico é readaptar a política de forma a controlar a crise provocada pelo número excessivo de descontentes. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C2, §75, p. 160-171).

Gramsci atenta para o fato de que, ao analisar uma conjuntura de crise aguda, é preciso perceber que a burocracia é a força conservadora mais perigosa e que dá origem ao fenômeno descrito. Ela se constitui como um corpo solidário voltado para si mesmo e independente da massa, capaz de organizar um movimento político de caráter militar ainda que o exército não participe dele abertamente, visto que deve permanecer nos quadros constitucionais e aparentemente neutro em relação às facções em luta, o que, na verdade, significa apoio à classe retrógrada. Isso porque a burocracia civil e militar é composta pela pequena e média burguesia rural bastante numerosa na Itália, acostumadas a comandar “politicamente” núcleos de homens, mas esse comando deve ser entendido no sentido explanado a seguir.

A pequena e média burguesia rural não tem função produtiva, ela vive de renda porque é proprietária juridicamente de uma parte do solo nacional e sua função é impedir que o camponês cultivador melhore sua posição social porque isso diminuiria a sua própria posição e renda. Por isso, emprega todo a sua energia na resistência a qualquer mínima tentativa de organização do trabalho ou movimento cultural camponês. Entretanto, a fraqueza dessa classe está na sua não homogeneidade de composição, que por sua vez está ligada a sua dispersão territorial, o que explica a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §23, p. 60-70)

Quando a vontade específica deste grupo, entretanto, coincide com os interesses imediatos da classe alta, o seu processo de centralização e organização política se acelera, manifestando-se imediatamente na força militar dessa camada, que passa a ditar as leis à classe alta, pelo menos no que se refere à forma de solução, por exemplo: esta camada entendia que a origem dos seus problemas estava na força das cidades que

estimulava a manifestação da força do campo, provocando conflitos mais agudos devido à maior repressão econômica e política exercida sobre os camponeses pobres. Assim, desejava que o seu principal foco fosse destruído, mesmo que essa solução fosse inconveniente para as classes altas urbanas que a percebia como dispendiosa ou perigosa em longo prazo. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §23, p. 60-70)

O caráter militar desta camada social, que era um reflexo espontâneo, passa a ser conscientemente educado. Faz parte desse movimento o esforço para manter mobilizadas as forças privadas, como as associações de militares da reserva e de ex-combatentes, principalmente, oficiais ligados aos estados-maiores. Isso preserva o exército regular, tornando-o imune à decomposição política, mas influenciando em sua moral, sustentando-o e colocando-o ao longo das fronteiras dos grupos sociais. Então, a influência do elemento militar na vida estatal significa, concomitantemente, a influência e peso da camada social da qual se origina: a pequena e média burguesia. O governo militar é um parêntese entre dois governos constitucionais; o elemento militar atua quando a “legalidade” está em perigo e possui potencialmente a capacidade de gerar um governo “bonapartista” ou, no caso da Itália, “cesarista”. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §23, p. 60-70)

Gramsci afirma que o “cesarismo” se expressa quando as forças fundamentais em luta se equilibram de forma que a continuação dela termine com a debilitação mútua e destruição recíproca e uma terceira força intervenha de fora, submetendo o que resta de ambas. O autor observa a existência tanto de formas progressistas quanto reacionárias de “cesarismo” a partir da predominância do elemento da revolução ou da restauração: progressista quando o governo forte preside um processo mais ordenado de criação de um novo Estado; reacionária quando estabiliza o poder existente.

Não obstante, no mundo moderno, pode ocorrer uma forma intermediária: um cesarismo sem César, ou seja, sem uma personalidade “heróica”, mas através do sistema parlamentar. Isso pode ocorrer porque os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou intimidados por meios financeiros ou por organismos de repressão privado ou público, por exemplo, sem a necessidade de ações militares do tipo César.

Segundo Gramsci, é preciso especificar as forças progressistas e regressistas que, embora distintas, podem não ser absolutamente contrastantes, a fim de chegar

numa assimilação recíproca, pondo fim à luta orgânica fundamental. Como exemplo, se o cesarismo de César e Napoleão I representou uma transformação radical do Estado; o cesarismo de Napoleão III representou apenas uma “evolução” dentro do mesmo tipo de Estado. Entretanto, no período no qual se encontrava Gramsci, o cesarismo, mais do que militar, era policial e ainda encontrava possibilidade de desenvolvimento por poder contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista. (GRAMSCI, 2007, v. 3, C13, §27, p. 76-79).

Em resumo, o aumento da produtividade industrial em função da sua concentração produziu contradições na economia capitalista como a diminuição da taxa de lucro, que se explicitou com a crise de 1929, fazendo com que a intervenção do Estado na dimensão econômica fosse mais requisitada.

Na Itália, a ausência de mecanismos eficientes de acumulação de capital requereu incentivos estatais para fazer frente às demandas das classes. Entretanto, quando ficou evidente que o Estado intervencionista não poderia criar outros mecanismos de defesa dos interesses das classes dominantes, além dos já mobilizados, o grande capital também passou a enxergar o fascismo como uma alternativa para reagir à crise e à pressão do movimento operário.

Dessa forma, o fascismo passou a desempenhar o papel de uma Revolução Passiva do século XX, a qual desenvolveria as forças produtivas da indústria capitalista sem uma mudança radical nas posições das classes dirigentes, num contexto caracterizado pelo imperialismo. Entretanto, a orientação corporativa, na Itália funcionava no sentido de defender posições ameaçadas de classes médias, não para eliminá-las, ou seja, funcionava como uma máquina de conservação e não como uma mola propulsora para acelerar os elementos progressivos da sociedade. Diante disso, Gramsci parece duvidar do potencial do fascismo para realizar as transformações desejadas:

Na realidade, até agora, a orientação corporativa funcionou para defender posições ameaçadas de classes médias, não para eliminá-las, e está se tornando cada vez mais, em função dos interesses constituídos que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do que existe tal como existe e não uma mola propulsora. (GRAMSCI, 2001, v.2, C22, §6, p. 259).

O problema da queda da taxa de lucro, observa Gramsci, estava sendo solucionado, na América, através da racionalização da estrutura produtiva, conforme o autor:

Sobre a queda tendencial da taxa de lucro. Essa lei deveria ser estudada com base no taylorismo e no fordismo. Não são estes dois métodos de produção e de trabalho tentativas progressistas para superar a lei tendencial, eludindo-a graças à multiplicação das variáveis nas condições do aumento progressivo do capital constante? (GRAMSCI, C10, §41 p.380-381)

O problema da queda da taxa de lucro implicava acelerar os elementos progressivos da sociedade com a difusão dos métodos de racionalização da produtividade na indústria e na agricultura, o que exigiria uma completa transformação nas relações das estruturas e superestruturas italianas. A importação dos métodos e técnicas de organização da produção estava sendo posto em prática nas indústrias e Gramsci, num contraponto, passa a pensar sobre os impactos do *americanismo* na Europa, bem como a possibilidade de sua sobreposição ao fascismo, duas formas de revolução passiva.

2. O movimento fascista e o movimento operário de Turim como periferia do *Americanismo*

Que relação existe entre América e Europa? Qual o impacto que o americanismo criará na Europa, especialmente em relação às consequências sociais e políticas dos mecanismos de gerenciamento fordista-taylorista do trabalho e pensando na contraditoriedade desse processo?

O conceito de fordismo pode ser usado para caracterizar tanto a organização do trabalho na fábrica e um tipo específico de relação capital-trabalho, como algumas formas macroeconômicas e macropolíticas de regulação da sociedade. Porém, de acordo com Lincoln Secco (2006), o que importa para Gramsci é o fordismo como exercício de

hegemonia no mundo do trabalho, visto que “a potencialidade técnica de uma produção só se realiza quando assumida politicamente pelos homens”. (SECCO, 2006, p. 87-88).

O que Ford fez foi estender o taylorismo para o conjunto da fábrica mediante o uso da esteira automática. O taylorismo é definido como um método de organização da produção em que a concepção e a execução do trabalho estão separadas e o conhecimento da totalidade do processo de produção, bem como o controle cronometrado das tarefas ordenadas aos trabalhadores e o ritmo individual do trabalhador, é feito pelo capital através da gerência científica. Assim, ao lado da parcialização do trabalho e do controle dos ritmos do trabalhador, o fordismo introduziu o fluxo contínuo na linha de montagem através da esteira rolante, contribuindo para o aumento da intensidade do trabalho. (SECCO, 2006).

A necessidade de se dedicar ao esclarecimento do significado do americanismo para a história universal ganha destaque e sistematização nos estudos de Gramsci, especialmente no caderno 22 (escrito em 1934), embora haja desenvolvimentos prévios em cadernos anteriores. Neste caderno, o autor coloca o seguinte problema: a América, com o peso de sua produção econômica, obrigará a Europa a transformar radicalmente a sua estrutura econômico-social antiquada? Em suas palavras:

O problema é esse: questão de saber se o americanismo pode constituir uma ‘época’ histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual (do tipo examinado em outros locais) das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, ou seja, uma revolução [revolvimento] do tipo francês. (GRAMSCI, 200, v. 4, C22, p. 242).

Certamente, Gramsci retomava as preocupações de Trotski em *Europa e América* (1923). Este último, ao passar pelos EUA, impressionou-se com a enorme capacidade e desenvolvimento das forças produtivas americanas e o disciplinamento dos operários. Para Trotski, os EUA tendiam a se tornar uma potência de enorme força que se apossaria da Europa, caso a revolução não retomasse o seu fôlego. Isso seria feito através da difusão do americanismo pela social-democracia, que incorporaria o fordismo e educaria os trabalhadores para a retomada da acumulação capitalista

(TROTSKI, 1971). É por esse temor que Trotski, em 1920-21, era favorável a uma disciplina militar imposta nas fábricas russas para, assim, industrializar o país urgentemente, caso contrário, não se aguentaria o desenvolvimento desigual. Segundo Gramsci:

A tendência de Leão Davidovi estava estreitamente ligada a esta série de problemas, o que não me parece ter sido devidamente esclarecido. Seu conteúdo essencial, deste ponto de vista, consistia na vontade “demasiadamente” resoluto de Trotsky (portanto não racionalizada) de dar supremacia, na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar, com meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção, de adequar os costumes às necessidades do trabalho. (GRAMSCI, 2001, C22. §11, p. 265)

Gramsci, embora concordasse com a preocupação de Trotski, entende essa prática militarista na fábrica como perigosa e percebe que o americanismo também poderia se transformar em força operária antagônica, aproximando, assim, o americanismo e o fascismo ao socialismo, por se tratar, conforme sua análise, de um modo de assimilar as crises da época e de passagem de uma economia com base no individualismo econômico à economia programática.

De acordo com Secco (2006) o surgimento desse tipo de empresa caracterizou-se, na época de Ford, na América, pela passagem da economia capitalista para uma programática, ou seja, do capitalismo concorrencial para o monopolista. Os oligopólios conquistaram amplas fatias do mercado, e a gestão passou a ser planejada estrategicamente, situação já prevista por Engels e presente em seu texto de 1843 (p. 90-95), além de um processo combinado de oligopolização e financeirização da riqueza, com a fusão do capital bancário e do capital industrial, permitindo a mobilização de créditos vultosos para a aplicação produtiva.

No desenvolvimento desse processo, Gramsci percebe que a camada plutocrática que vive pelo dinheiro e o rentista no capitalismo foi invertido nos EUA, e o capital financeiro voltou-se para produção industrial e não à financeirização. Essa situação foi alterada depois dos anos 1980.

Mas, segundo Gramsci, a economia programática pode ganhar um sentido mais amplo. Nesse sentido, o americanismo e o fordismo são considerados pelo autor forças progressivas iniciadas pela própria burguesia como forma de revolução passiva, mas a questão é que pode ser incorporado pelo próprio proletariado. Em outras palavras, ocorre um processo no qual o americanismo fordista impacta decisivamente a Europa. Esse impacto poderia subordinar a Europa, mas também poderia gerar as novas condições para a retomada da revolução socialista e do movimento de criação de uma “nova civilização” (DEL ROIO, 2009, p. 78-85)

De acordo com a leitura de Del Roio (2009), a revolução passiva foi uma categoria formulada por Gramsci para contribuir na explicação de processos particulares da história italiana, fosse o Risorgimento, fosse o fascismo, a qual foi se ampliando de tal modo que Gramsci se permitiu utilizá-la na explicação do *americanismo-fordismo*, ao modo de uma analogia, como revolução passiva do século XX, mais como revolução-restauração concebida por Quinet, do que como revolução passiva pensada por Cuoco (DEL ROIO, 2009, p. 78-85).

Em *A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva* (2009), a problemática colocada por Gramsci é traduzida por Del Roio da seguinte forma: seria o americanismo uma variante de revolução passiva? O autor aponta no seguinte sentido: seria uma revolução-restauração, tendo em vista o resgate do passado puritano como identidade da América, a reordenação das classes dominantes e concessão a algumas demandas das classes subalternas (com salários e direitos). Mas também uma reação, sob forma de guerra de posição, em face de um contexto internacional revolucionário, gerando impacto externo, como exemplo, a migração em massa de trabalhadores brancos pobres em direção a América, a guerra imperialista e a revolução russa, cumprindo, dessa forma, o papel que a revolução francesa desempenhou no século XIX. (DEL ROIO, 2009, p. 79-81).

A apreensão da experiência do americanismo como revolução passiva demandou, segundo Del Roio (2009), uma alteração da categoria que foi anteriormente usada pelo autor de outro modo: o impacto da França no reino de Nápoles em comparação ao Risorgimento e, depois, para a análise do fascismo e, agora, para entender o americanismo, com o intuito de fazer um contraponto entre o fascismo e o americanismo, visto como revolução passiva contemporânea, numa tentativa do

capitalismo de superar suas crises e também a tendência decrescente da taxa de acumulação.

Em virtude da crise do liberalismo em 1929 e da pressão do movimento operário, o americanismo e o fordismo foram o resultado da necessidade de se chegar à organização de uma economia programática (planejada). Nesse ambiente histórico, o planejamento centralizado do tipo soviético surgiu como grande alternativa. Segundo Lincoln Secco (2006), muitos marxistas viram, na firma gerencial capitalista e no seu entrelaçamento com o Estado, um exemplo de avanço de técnicas administrativas socialistas ou uma hipótese de preparação técnica do capitalismo para o advento do socialismo.

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C22, §1, p. 241).

A planificação gerencial das empresas (que se tornaram transnacionais), contudo, em nada se assemelhava ao sistema soviético. Substituíram funções de mercado pelo planejamento, mas a sociedade não era planejada, e a rivalidade inter-oligopolista não desapareceu, mantendo a competição em novos patamares (SECCO, 2006, p. 95-96).

Algumas transformações, primeiramente no nível do processo produtivo e da organização do trabalho, foram feitas na América na tentativa progressista capitalista de superar a lei tendencial na América. Na América, a racionalização da produção foi combinada com a força e o consenso. Dessa forma, foram oferecidos altos salários e benefícios sociais diversos, todavia, foram destruídos os sindicatos dos operários, que, conforme Gramsci, por ser uma expressão corporativa pelos direitos, sua destruição teve aspecto progressivo. Mas as transformações também avançaram para o nível das superestruturas complexas:

Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: esta elaboração está até agora na fase inicial e, por

isso, (aparentemente) idílica. É ainda a fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento “superestrutural”, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C22, §2, p. 248)

As transformações nas formas de produção passaram a exigir um novo tipo de trabalhador. O americanismo significa, então, um esforço consciente, uma iniciativa que tinha uma finalidade clara: a adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, isto é, desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa. Essa adaptação foi buscada, como dito, através dos altos salários, mas também através da religiosidade, da moral, da luta contra o alcoolismo, com o resgate do puritanismo. Assim, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão ligados, significando o maior esforço coletivo, visto até então para criar com rapidez um novo tipo de trabalhador e de homem.

Dessa forma, o significado e o impacto da invenção de Ford ultrapassaram os limites da fábrica, e isso fez com que o conjunto da sociedade, até certo ponto, tivesse que se organizar de maneira fabril, criando uma ideologia própria, denominada por Gramsci de americanismo. O fordismo, entretanto, não inaugurou um novo modelo de produção, mas apenas fases distintas de organização social do trabalho sob o capitalismo. Ford constituiu uma unidade técnica combinando o trabalho de operários parcelizados com o intuito de concentrar o operário nas tarefas produtivas. Isso, portanto, só era possível na base tecnológica da grande indústria. (SECCO, 2006)

Marx já tinha dito que o advento da mecanização deslocou o controle dos ritmos do trabalho, antes incorporados à vontade do trabalhador, para a velocidade da máquina. E a gerência “científica” aprofundou esse processo, levando a graus mais elevados. Assim, o cronômetro de Taylor e a esteira de Ford não foram inovações tecnológicas, mas revoluções do ponto de vista administrativo e gerencial, colocando a ciência da administração a serviço do aumento do poder dos capitalistas através do gerenciamento científico do trabalho, significando uma manifestação ideológica que contribuiu para dar aparência de cientificidade ao comando patronal, mas que tinha reflexos objetivos no

aumento da produção e reorganização da sociedade segundo as necessidades da indústria capitalista (SECCO, 2006, p. 93).

Como é do interesse desse industrial ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, já que o trabalhador coletivo de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada ou renovada com frequência, sem grandes perdas, explica-se o desenvolvimento de ideologias puritanas de combate ao alcoolismo e aos “desvios sexuais”, além do alto salário. Os novos hábitos impostos pelo taylorismo ou pela racionalização em geral exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), um fortalecimento da família em sentido amplo, da regulamentação e da estabilidade das relações sexuais. O novo industrialismo quer a monogamia, para que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada da satisfação sexual ocasional. Por isso, os industriais, especificamente Ford, interessaram-se pelas relações sexuais de seus empregados e em criar uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e trabalho.

O alto salário é o instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho para mantê-lo de modo estável. Entretanto, é uma faca de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste racionalmente para conservar, renovar e aumentar sua eficiência muscular-nervosa e não para destruí-la ou danificá-la. Nesse sentido, a luta contra o álcool tem a função de evitar a destruição das forças de trabalho, tornando-se a convicção puritana uma luta do Estado articulado ao modo de vida tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros. Secco (2006) ressalta que a exigência de que família, Estado e escola suprimissem ensinamentos, hábitos e condutas inúteis para o trabalho produtivo data do final do século XIX, de modo que “o americanismo não é um produto automático do fordismo”, ou seja, muitas das prescrições comportamentais de Ford já haviam sido feitas antes da produção do automóvel (SECCO, 2006, p. 98)

O americanismo, portanto, não se trata de uma nova civilização, mas da fase mais recente de um longo processo que começou com o nascimento do industrialismo, numa fase mais intensa, mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, superior, ocorrendo uma seleção forçada. Um prolongamento orgânico e intensificação da civilização europeia, com a diferença fundamental de que na América existe “uma composição

demográfica racional”, ou seja, não existem classes absolutamente parasitárias, sem função essencial no mundo produtivo. Ao contrário da civilização europeia, onde riqueza e complexidade histórica passadas deixaram sedimentações passivas, saturadas e fossilizadas do pessoal, estatal e intelectual, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército, os quais não são produtivos nem se destinam a fazer as necessidades e as exigências das classes produtivas.

Gramsci passa a fazer uma relação entre a América, a Europa e o Sul da Itália, onde a máquina burocrática é maior do que a necessidade criada pela complexidade da economia social, expressando um aspecto de “atraso”, de oriente. Nessa relação, o autor percebe a necessidade do Estado como promotor do americanismo no caso italiano.

De acordo com o autor, na Europa, as tentativas de introduzir alguns aspectos do americanismo foram feitas pelas velhas camadas plutocráticas que desejavam conciliar a anacrônica estrutura social-demográfica europeia com uma forma moderníssima de produção, a indústria Henry Ford. Essa introdução encontra muitas resistências “intelectuais” e “morais” pelas camadas sociais resistentes à inovação e, por isso, ocorre de forma coercitiva. Essa resistência acontece, principalmente, por parte da classe parasita.

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar, da qual não se ocuparam os americanos que trataram destes problemas, já que na América ela existe “naturalmente”: esta condição pode ser chamada de “uma composição demográfica racional”, que consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C22, §2, p. 243)

A América, por não ter grandes “tradições históricas e culturais”, não está sufocada por esta camada de chumbo, principal razão de sua formidável acumulação de capitais. A inexistência dessas sedimentações parasitárias legadas do passado foi o que permitiu uma base sadia para a indústria e comércio, possibilitando a redução da função econômica representada pelos transportes. Aqui, esta atividade foi incorporada à própria produção, gerindo diretamente o transporte e o comércio da mercadoria produzida, o que permitiu melhores salários e preços de venda, conseguindo centrar toda a vida do

país na produção. Na América, foi a produção que determinou o sentido das estradas para a o transporte dos produtos.

Na Itália, além da igreja e dos intelectuais, no Sul, há os pequenos burgueses que concedem a média e pequena propriedade rural em meação primitiva, extraindo do trabalho do camponês o seu sustento e, ainda, poupam-na, conformando-se numa outra fonte de parasitismo, além da administração do Estado. No entanto, o desenvolvimento do americanismo propriamente dito exige uma determinada estrutura social e um tipo específico de Estado, que é o liberal no seu sentido fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico, que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do desenvolvimento histórico, ao regime de concentração industrial e do monopólio. Portanto, o desaparecimento do tipo semifeudal, do rentista, é uma das principais condições para a transformação industrial na Itália.

N. Massimo Fovel, um fascista italiano, concebia o “corporativismo” como a premissa para a introdução na Itália do americanismo. A sua concepção é de uma corporação como um bloco industrial-produtivo autônomo, destinado a resolver os elementos semifeudais e parasitários da sociedade, os quais se apropriam de grande parcela da mais-valia. Ele defende um bloco contra os chamados “produtores de poupança”. Gramsci enxerga com bons olhos a possibilidade de um bloco formado por todos os elementos diretamente eficazes na produção, que são os únicos capazes de se reunirem em sindicato e, portanto, de constituir a corporação produtiva. Mas, neste bloco industrial-produtivo, o elemento técnico (direção e operários) deve predominar. Na concepção do autor, o corporativismo também serve para estatizar a sociedade civil (GRAMSCI, 2001, v. 4, C22, §6, p. 256-257)

Assim, o que Fovel tinha de interessante, segundo Gramsci, era uma perspectiva de fascismo, cujo elemento avançado, progressista, foi pensar a produção capitalista de maneira orgânica, sendo positivo no combate ao parasitismo e na construção de uma produção industrial mais ocidental e não simplesmente de um regime reacionário e violento. Diante disso, Gramsci, pensando numa temporalidade passado-futuro, reconhece no fascismo algum elemento progressista.

Contudo, o *americanismo* pela força de sua hegemonia, poderia se sobrepor ao fascismo que não cumpria a função de promover alterações progressistas na produção. A solução do tipo americanista para a crise, devido a sua força hegemônica, deslocaria a

solução fascista tornando-a periférica em relação à nova revolução passiva advinda pelo centro. As classes dirigentes do Ocidente estavam cada vez mais interessadas na capacidade do *americanismo* de ampliar a produção industrial e ao mesmo tempo de manter o controle da classe operária sem se utilizar de instrumentos coercitivos do Estado. Dessa forma, o americanismo contava com maior potencial de universalização e de construção hegemônica.

O *americanismo*, apesar de ser uma revolução passiva, acabaria por exigir necessariamente uma completa transformação nas relações das estruturas e superestruturas para se desenvolver, reorganizar a indústria e modernizar a economia. Assim, desempenharia, contraditoriamente, um papel positivo em relação ao fascismo na Itália devido ao seu sistema mais avançado no modo de produzir e trabalhar.

Todavia, o autor levanta a seguinte hipótese: Em sua contraditoriedade, o *americanismo* poderia ser um conjunto de elementos que podem prenunciar uma revolução socialista? Qual a relação entre *americanismo* e comunismo? Gramsci pensa numa temporalidade longa e nos aspectos que ele considera positivos no *americanismo* para decorrer daí uma estratégia política adequada. O *americanismo-fordismo*, ao chocar-se na Europa, poderia também ser incorporado pela classe operária, transformando-a numa classe superior de organização. Essa preocupação, demonstra que o autor continua pensando como o Gramsci de *L'Ordine Nuovo*.

Gramsci, assim, valoriza a inversão do americanismo e a questão posta é: Como emancipar o trabalhador? O autor entende que a “humanidade” e a “espiritualidade” só podem se realizar no mundo da produção e do trabalho, na criação produtiva, quando a personalidade do trabalhador se reflete no objeto criado, numa ligação entre arte e trabalho. As iniciativas “puritanas” do tipo Ford vão precisamente contra isso, pois tem o objetivo de conservar, fora do trabalho, certo equilíbrio externo e mecânico psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Porém, pode se tornar interno se proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora (GRAMSCI, 2001, v.4, C22).

Conforme Gramsci, o taylorismo exige que o operário esqueça e não reflita sobre o conteúdo que produz, e sua qualificação é avaliada justamente pelo seu desinteresse intelectual, isto é, por sua “mecanização”. O esforço que estes trabalhadores devem fazer para se isolar do conteúdo do trabalho, por vezes

apaixonante, talvez seja o maior esforço que se requer de uma profissão. Ele é feito e não destrói espiritualmente o homem, pois, quando o processo de adaptação se completa, o operário alcança um estado de completa liberdade porque o cérebro fica livre para outras ocupações, podendo, assim, pensar em tudo que quiser. Como isso acontece exatamente, o autor não explica. Os industriais americanos perceberam bem essa dialética presente nos novos métodos industriais, ou seja, o operário não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dê satisfações imediatas e que ele compreende que querem reduzi-lo a gorila amestrado. Esta preocupação está presente numa série de cautelas e iniciativas “educacionais” encontradas nos livros de Ford e Philip (GRAMSCI, 2001, v.4, C22).

Segundo Lincoln Secco (2006), Gramsci aponta que esse equilíbrio americanista exterior e mecânico tem possibilidade de se tornar interior e voluntário se for proposto por uma “nova forma de sociedade” e não imposto de fora, abrindo uma alternativa que tanto pode reforçar a hegemonia americanista, quanto servir de ponto de partida para outra hegemonia que, inicialmente, não só terá que incorporar um princípio de direção coercitivo no terreno econômico, mas tratará de uma direção consensual, pois suas funções são delegadas sob a autoridade última do trabalhador coletivo (SECCO, 2006, p. 100). Nesse processo,

A conexão pode se dissolver; a exigência técnica pode ser concretamente concebida não só como algo separado dos interesses da classe dominante, mas como algo unido aos interesses da classe ainda subalterna. Que uma tal “cisão” e nova síntese esteja historicamente madura é algo demonstrado peremptoriamente pelo fato mesmo de que um tal processo é compreendido pela classe subalterna que, precisamente por isto, não mais é subalterna, ou seja, demonstra que tende a sair de sua condição subordinada. (GRAMSCI, 2001, v. 4, C9, §67, p. 313).

Lincoln Secco, entretanto, lembra-nos de que Marx já havia observado o fato de que a direção que cumpre a função de explorar é condicionada pelo antagonismo de classes, pois, no capitalismo, a unidade do corpo produtivo total se dá pela autoridade do patrão. Entretanto, essa autoridade pode ser substituída pela burocratização e racionalização da empresa ou pelo planejamento consciente dos próprios trabalhadores. Gramsci, consoante a essa formulação, sugere-nos a hipótese de que os trabalhadores

poderiam substituir os padrões mediante uma luta política, incorporando uma disciplina e um planejamento consciente da produção, que foi desenvolvida com a sua experiência com as ocupações de fábrica de Turim no período de 1919-1920 (SECCO, 2006, p. 94)

Gramsci, a partir da visão dialética de Marx sobre o duplo papel da direção capitalista, consegue perceber no fordismo, apesar do controle patronal sobre os ritmos do trabalhador, uma junção da dimensão técnica e ideológica, de modo que, como destaca Secco (2006), naquele período histórico e no interior do nível de desenvolvimento daquela época, seria possível propor outro fordismo, não-americano, que resultaria da autodisciplina consciente, autônoma, espontânea e livre (SECCO, 2006, p. 96-98). Ao findar a brutalidade e coerção externa e conseguir-se incorporar o novo nexos psico-físico, o trabalhador seria um tipo superior mais capaz para o desenvolvimento do Socialismo.

Em resumo, o método Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar a partir de um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ser apenas através da “coerção”, mas da combinação entre coação e persuasão, sob a forma de altos salários, pois um aparelho de coerção custaria mais do que os altos salários. Isso significa um melhor padrão de vida, adequado aos novos modos de produção e de trabalho, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço, particular dispêndio de energias musculares e nervosas.

Mas, assim que o novo tipo de operário for criado universalmente e os novos métodos se difundirem, os altos salários desaparecerão junto com os grandes lucros. Outro ponto interessante, apontado pelo autor, é que o quadro de operários qualificados da Ford é muito instável, isso porque a forma de consumo da força de trabalho e a quantidade de força consumida no mesmo tempo médio são mais gravosas e extenuantes do que em outros locais, de forma que a quantidade de salário não consegue compensar em todos os casos.

Todavia, mesmo com toda a persuasão e consenso, uma vez obtido o resultado, a pressão exterior quebra-se e surge a crise do libertinismo que, ou atinge a classe trabalhadora superficialmente, pois a mesma já adquiriu hábitos e costumes necessários aos novos sistemas de vida e de trabalho, ou continua a sentir a pressão coercitiva sobre as necessidades elementares de sua existência. No terreno sexual, o fator ideológico

mais depravante e “regressivo” é a concepção iluminista e libertária, que o autor considera própria das classes não ligadas ao trabalho produtivo, que acaba contagiando as classes trabalhadoras. (GRAMSCI, 2001, C22, §10, p. 263-264). É preciso atentar para fato de que a boemia pode significar justamente aspecto de resistência ao capitalismo e não somente um aspecto de “atraso” e não necessariamente algo próprio de determinada classe social.

Gramsci lembra-nos de que a história do industrialismo foi sempre uma luta contínua contra a “animalidade” do homem, um processo ininterrupto de sujeição dos instintos a normas e hábitos de ordem cada vez mais complexa. Contudo, essa luta imposta a partir de fora teve resultados de valor prático e puramente mecânicos, pois não se transformaram numa “segunda natureza”. Só uma coerção de novo tipo poderia defini-la, autocoerção ou autodisciplina.

A fábrica como centro de uma sociedade é apresentada por Gramsci já na sua experiência ordinovista. O autor apresenta-a como a célula básica da produção capitalista que concentra, de forma resumida, as características básicas dessa sociedade, projetando sobre ela seus elementos essenciais. Partindo dessa célula, o operário pode compreender as unidades cada vez mais vastas até a nação como um gigantesco aparelho de produção e, assim, educar-se para a capacidade de direção (SECCO, 2006).

E, para dirigir de forma hegemônica as amplas camadas subalternas, a classe operária precisa fazer sacrifícios corporativos, bem como, por ter uma posição estratégica na produção, ela não deve ser empecilho às inovações tecnológicas que o desenvolvimento das forças produtivas materiais exige. E foi o que ocorreu na História italiana no período antes de 1922 e 1926, quando os operários foram os portadores das mais modernas exigências industriais. E, por outro lado, foi pela sua incapacidade de construir a sua hegemonia a partir da fábrica que, entre outras razões, a classe operária ocidental foi derrotada no período histórico posterior à Revolução Russa (SECCO, 2006, p. 97-98).

Certamente, uma resposta ao impacto do *americanismo* na Europa, no sentido de forçar o nascimento de uma nova civilização, não virá dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem, mas sim daqueles que estão criando as bases materiais desta nova ordem: estes “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em “liberdade” o que hoje é “necessidade”. Por ora, a nova

classe operária fordista não passava de um grupo social subalterno que vinha sendo formatado pela ação do capital. Faltava muita coisa ainda para ela vir a ser classe operária propriamente dita, construtora de um novo Estado e de uma nova civilização. (DEL ROIO, 2009, p. 85).

Secco (2006) mostra-nos o quanto Gramsci consegue desvelar o papel político da classe operária diante das inovações do mundo da produção: assimilar o gerenciamento moderno, imprimindo-lhe outros objetivos políticos a fim de superá-lo, mostrando sua falsidade e sua dimensão técnica. Além disso, o autor mostra-nos que uma mudança essencial no gerenciamento da produção capitalista e nos métodos de trabalho se irradia para o conjunto da sociedade. Por fim, as mudanças trazidas pelo fordismo criavam problemas de hegemonia, dividiam a classe operária entre nativos e imigrantes, qualificados e desqualificados, precarizados e detentores de altos salários, mas também havia um espaço para a luta política dos trabalhadores enquanto classe, acima dessas divisões (SECCO, 2006, p. 103-104).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preocupado em entender como a Revolução acontece na periferia e a partir dela, o revolucionário sardo construiu análises que expressam uma dinâmica, na qual a periferia torna-se centro sempre que nela acontece uma inovação revolucionária. Essa dinâmica traduz uma posição na correção de forças, na luta pela hegemonia ou a incapacidade de compreendê-la como uma forma de movimento no processo de conquista do poder político e de cristalização de determinadas relações sociais.

A expressão dessa relação dinâmica entre centro e periferia está contida nos seus estudos sobre o *Risorgimento*, processo de unificação do Estado italiano, uma manifestação reflexa e periférica da explosão revolucionária francesa que se espalhou pelo mundo, impactando a Europa e gerando reações mediante ondas reformistas.

Também em seus estudos, as classes subalternas aparecem como periferia da classe dirigente. Tal definição de forças cristalizou-se no interior da Itália numa divisão estabelecida entre o Norte e o Sul do país, numa relação em que o Sul se expressa como periferia ou, especificamente, como colônia de exploração do Norte. Posteriormente, já no cárcere, Gramsci amplia o modelo Norte-Sul da Itália para o mediterrâneo e para a análise das periferias dos impérios ocidentais, entendido metaforicamente como o “sul do mundo”. Através dessa metáfora, o autor faz um espelhamento histórico entre as condições italianas e a de outras periferias, diversas daquela na qual ele viveu e conheceu e pensa a questão meridional como uma questão internacional.

Além disso, o revolucionário sardo viu o oriente russo como a grande periferia, que se tornou o centro revolucionário, impactando tanto o Ocidente quanto o Oriente, colocando em prática a construção de sua hegemonia. Mas, com o estabelecimento da ditadura stalinista e a implantação de um programa de industrialização acelerada e de coletivização forçada, se estabelece uma situação semelhante à revolução passiva, a qual recompõe a condição de periferia da Rússia e sua subalternidade frente ao bloco histórico do Ocidente. Nessa dinâmica, Norte e Ocidente são o centro por tradição, enquanto Sul e Oriente são periferia subalterna.

Fascismo e *americanismo-fordismo* foram formas de reação ao impacto da revolução russa e da queda da taxa de lucro na década de 1930. A solução advinda pelo centro, do tipo *americanista*, deslocaria a fascista, tornando-a periférica devido ao seu

potencial em construir a sua hegemonia a partir da fábrica, ao contrário do que foi capaz o movimento operário de Turim e o russo que, embora tenham colocado em prática inovações revolucionárias como a experiência dos conselhos de fábrica e a revolução na especificidade de um “orientes russo atrasado”, foram derrotados pela mentalidade econômico-corporativa dos seus dirigentes, recompondo a subalternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. *O Eurocentrismo. Crítica de uma Ideologia*. Tradução Ana Barrador. Ed. Dinossauro, Liboa, 1999.
- BUKHARIN, N. *O Imperialismo e a Economia Mundial*. RJ, Guanabara, 1969.
- COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Paz e Terra, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria ‘ampliada’ do Estado. In: Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DEL ROIO, Marcos T. “A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva”. In GUADALUPE, Sueli L.; SILVA, V. P. & Miler, S. (Org.) *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Marília. Araraquara, SP: Junqueira&Marin Editores, SP: Cultura Acadêmica, 2009.
- _____. “Gramsci Contra o Ocidente” In: Alberto Aggio. *Gramsci: A vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998.
- _____. “Gramsci e o trabalho como fundamento da hegemonia” In: MENEZES NETO, A. J. de [et al]. *Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci*. SP, Ed. Xamã, 2009.
- _____. “Introdução” In: *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília, SP: Oficina Universitária da FFC – Unesp Marília, 2008.
- _____. *Os Prismas de Gramsci*. SP: Xamã editora e Instituto Astrojildo Pereira, 2005.
- FERRI, FRANCO. *Política e História em Gramsci*. Tradução Luiz Mario Gazzaneo, RJ, Civilização Brasileira, 1978.
- GIORGIO BARATTA. *As rosas e os Cadernos*. RJ:DP&A,2004
- GIUSEPPE, FIORI. *A vida de Antônio Gramsci*. Tradução de Sérgio Samarão, RJ, Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Escritos Políticos*. Organização e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Escritos Políticos*. Organização e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cartas do Cárcere: 1926-1930*. Organização e Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Cartas do Cárcere: 1931-1937*. Organização e Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Alguns temas da questão meridional. A questão meridional*. Paz e Terra, 1987.

- COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “Imagens de Gramsci” In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GRUPPI, Luciano. *O Pensamento de Lenin*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. RJ: Ed. Graal, 1979.
- LAJOLO, L. *Antonio Gramsci: Uma vida*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, SP, Brasiliense, 1982.
- LENIN, V. I. . *La bancarrota de la II Internacional*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- LEPRE, Aurelio. *O Prisioneiro. A vida de Antonio Gramsci*. Tradução Eliana Aguiar. Ed. Record, RJ-SP, 2001.
- LOSURDO, Domenico. *Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MENEZES NETO, A. J. de [et al]. *Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci*. SP, Ed. Xamã, 2009.
- NERES, G. Magella. *Política e hegemonia: a interpretação gramsciana de Maquiavel*. 2002.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SILVA, E. da Cruz. *Hegemonia e revolução passiva: aspectos do pensamento político de Antonio Gramsci.*, 2003.
- TROTSKI, L. *A História da Revolução Russa*. Ed. Saga, RJ, Guanabara, 1967
- TROTSKI, L. *A Revolução Permanente*. Tradução de Hermínio Sacchetta, Ed. Expressão Popular, SP, 2007.
- TROTSKI, L. *Europe e Amerique*. Paris: Anthropos, 1971.